

ET CETERA

VENEZUELA

Países dividem-se no apoio a Guaidó e a Maduro enquanto as ruas esperam pelos militares. ● P6 e 8



ENERGIA & AMBIENTE

Carvão poluente será substituído por biomassa florestal



Nº 1973 | 25 janeiro 2019



O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves **Diretor Adjunto** Shrikesh Laxmidas **Diretor de Arte** Mário Malhão
Preço €2,90 (continente) | Semanário, sai às sextas

Caixa Geral contrata Vieira de Almeida para avaliar ações contra ex-gestores

Banco público contratou sociedade de advogados para analisar eventuais ações de responsabilidade civil contra ex-administradores do período entre 2000 e 2015. Responsabilidade jurídica está já a ser avaliada e relatório será entregue até ao verão. ● P4



Cristina Bernardo

TECNOLOGIA

Pagaqui lança terminais de pagamento que aceitam cartões de crédito

João Barros, CEO da Pagaqui, já controla 3.000 pontos de venda em Portugal, quer criar uma rede nacional de TPA, lançar uma “carteira digital” e entrar no mercado brasileiro. ● P22

ENTREVISTA

António Jaime Martins admite candidatura a bastonário dos advogados ● P28



António Jaime Martins
Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados

“Espero chegar aos dois dígitos no Parlamento”

Pedro Santana Lopes quer contributo da Aliança para uma maioria de centro-direita. Embora não pretenda voltar ao Governo, promete combate à dependência energética e admite ministérios fora de Lisboa. ● P6

Novos acionistas da Douro Litoral pedem reunião com o regulador

Fundos liderados pela Strategic Value Partners executaram um penhor e apropriaram-se da concessionária de autoestradas. Concedente Estado não comenta. A Brisa também não se manifestou. Vasco de Mello afastado da Douro Litoral. ● P16

TRANSPORTES

IGF recomenda à Transtejo devolver 730 mil euros ao Estado português ● P3

PUB

MUNDO

Washington e Moscovo num impasse atómico ● P14

EMPRESAS

Renacionalização dos CTT esbarra em Bruxelas e Centeno ● P20

MERCADOS

Banqueiro central, uma profissão repleta de risco em 2019 ● P24

UNIVERSIDADES

Há quatro candidatos na corrida às eleições para reitor de Coimbra ● P30

BARÓMETRO EY



PERSPETIVA

AVENIDA DA LIBERDADE

Desatar o nó górdio



FILIPE ALVES
Diretor

Na entrevista com Pedro Santana Lopes que publicamos nesta edição do Jornal Económico (páginas 6 e 7), o líder da Aliança tem o mérito de abordar um problema que, infelizmente, tem passado à margem das preocupações e dos discursos da maioria dos líderes partidários: a necessidade de a economia portuguesa voltar a crescer a sério, após duas décadas de quase estagnação.

A triste verdade é que, devido a um conjunto de factores internos e externos, a economia portuguesa está praticamente estagnada desde a adesão ao euro, pois temos uma moeda que é demasiado forte para o nosso nível de produtividade e competitividade. Desatar este nó górdio - se necessário à boa maneira de Alexandre - devia ser a prioridade da nossa classe política, à esquerda e à direita, porque disto depende tudo o resto.

Portugal pode fazer muito pouco a respeito de alguns destes factores, como a arquitetura da zona euro e a inexistência de mecanismos eficazes que compensem os desequilíbrios existentes entre países excedentários e deficitários.

Resta-nos tentar resolver aquilo que está ao nosso alcance, isto é, criar condições para que a produtividade e a competitividade da nossa economia possam aumentar, no contexto da pertença à zona euro.

Ao longo dos anos, tentaram-se várias soluções para o problema, como a simplificação da burocracia estatal, a reforma das leis laborais e, em desespero de causa, a brutal desvalorização interna de Vítor Gaspar.

Mas não se conseguiram progressos significativos em duas áreas que se afiguram decisivas para que possa libertar o potencial da economia e al-

cançar um nível de crescimento que permita melhorar o nível de vida dos portugueses e manter o nosso estado social. São elas a reforma do Estado e a redução da carga fiscal que aquela permitiria.

Deixando de lado o tema da eternamente adiada reforma do Estado, foquemo-nos nos impostos sobre as empresas, que até à data ficaram de fora da celebrada devolução de rendimentos.

Se bem se lembram, há alguns anos, o PS e o PSD entenderam-se a respeito da descida do IRC, mas foi sol de pouca dura, pois o Governo de António Costa colocou essa descida na gaveta.

Agora, com o ciclo da “geringonça” a chegar ao fim e a economia a dar sinais de arrefecimento, é altura de voltar a colocar este tema em cima da mesa. Portugal precisa de uma nova política fiscal para as empresas, para os próximos dez anos, para que estas possam investir e criar emprego. Esperemos que haja coragem nos dois principais partidos - PS e PSD - para que se chegue a um entendimento neste sentido.

Nota: O Jornal Económico venceu o prémio Escolha do Consumidor, na categoria de Imprensa Económica (ver notícia na página 3). Uma distinção que muito nos honra e que tem um sabor especial, dado que reflete a escolha dos leitores. A todos, muito obrigado pela confiança em nós depositada. Tudo faremos para a continuar a merecer. ●

Portugal precisa de uma nova política fiscal para as empresas, com uma descida dos impostos para que possam investir e criar mais emprego. Haja coragem nesse sentido



ESTA SEMANA

O caderno Et Cetera traz-lhe um trabalho sobre a situação política na Venezuela. No Caderno Energia & Ambiente, perceba o carvão poluente será substituído a curto prazo por biomassa florestal. No Especial Economia Circular, leia uma entrevista em que Nuno Lacasta, presidente da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, defende que o sistema fiscal deve incentivar este tipo de atividades.



4

PRIMEIRA MÃO

A Caixa contratou a sociedade Vieira de Almeida para avaliar ações de responsabilidade civil contra ex-administradores. Responsabilidade jurídica está já a ser avaliada. Relatório será entregue até ao verão

ECONOMIA & POLÍTICA

6 Pedro Santana Lopes, fundador do partido Aliança em entrevista, espera chegar aos dois dígitos no Parlamento

8 PS acusa Bloco de “acirrar ânimos” contra a Polícia

MUNDO

14 Washington e Moscovo estão num impasse atómico

MERCADOS & FINANÇAS

24 Banqueiro central, profissão de risco em 2019

DESPORTO

33 Só treinar não chega, há que rentabilizar o jogador

EMPRESAS

16 Novos acionistas da Douro Litoral pedem reunião ao IMT

ADVISORY

28 António Jaime Martins, Presidente do Conselho Regional de Lisboa em entrevista

UNIVERSIDADES & EMPREGO

30 Quatro candidatos na corrida à Universidade de Coimbra

IMOBILIÁRIO

32 Tétris faturou 108 milhões de euros em quatro anos

20 Renacionalização dos CTT esbarra em Bruxelas e Centeno

22 João Barros, CEO da Pagaqui, controla uma rede de três mil, pontos de venda no país e vai lançar uma “carteira digital”



TRANSPORTES

IGF recomenda à Transtejo devolver 730 mil euros ao Estado

Auditoria da Inspeção Geral de Finanças recomenda que a transportadora fluvial aperfeçoe o sistema informático na contabilização de passageiros.

NUNO MIGUEL SILVA

nmsilva@jornaleconomico.pt

Uma auditoria da IGF - Inspeção Geral das Finanças à execução económica e financeira dos contratos de prestação de serviço público do grupo empresarial Transtejo/Soflusa, a que o Jornal Económico teve acesso, recomenda à empresa pública de transportes que devolva ao Estado 730 mil euros, mais IVA, "relativo ao montante pago em excesso de compensações financeiras recebidas".

A auditoria em causa é referente ao período entre 2012, em que João Pintassilgo era presidente da Transtejo/Soflusa. Segundo a IGF, "teve por finalidade verificar se os montantes atribuídos estão em conformidade com o serviço público de transporte fluvial de passageiros".

E a conclusão é que houve dinheiro pago a mais pelo Estado. Segundo a IGF, o valor das compensações financeiras atribuídas pelo Estado à Transtejo/Soflusa, certificado pela sua Autoridade de Auditoria, ascendeu, no período em análise, a 17,4 milhões de euros à

Transtejo e a 4,3 milhões de euros à Soflusa. "Entre 2012 e 2014, o montante de indemnização compensatória recebido pelas duas empresas foi de 22,5 milhões de euros, superior em 730 mil euros (mais IVA) ao montante certificado pela IGF", conclui esta entidade.

A auditoria da IGF recomenda ainda que a Transtejo/Soflusa desenvolva e aperfeçoe "o sistema informático relacionado com o embarque de passageiros, por forma a que os dados não apresentem divergências". Com efeito, a IGF detetou que "o sistema informático no controlo de embarques apresente fragi-

lidades", em particular ao nível das ligações fluviais efetivamente realizadas, da taxa de ocupação dos navios e dos atrasos ocorridos".

A auditoria da IGF apurou também que no período em análise a Transtejo e a Soflusa comunicaram o transporte de 46.501.355 passageiros. Mas, "no âmbito da presente auditoria, aquele número foi corrigido em 526.381, por não respeitar a viagens realizadas ou referirem-se a títulos indevidamente atribuídos".

Irregularidades no IMT

Numa outra auditoria à contratação pública do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a IGF encontrou irregularidades com impacto na concorrência e na transparência dos procedimentos de contratação externa do órgão regulador do setor dos transportes, numa amostra identificada de 18 milhões de euros no período entre 2013 e 2015. Também os ajustes diretos assumidos pelo IMT, em 25 casos, no valor conjunto de 6,4 milhões de euros, foram atribuídos "com base em critérios materiais e sem a adequada fundamentação", de acordo com a IGF. ● *com LS*

IGF detetou divergências nos valores das compensações financeiras e dos passageiros transportados pela Transtejo e Soflusa entre 2012 e 2014

CATEGORIA DE IMPRENSA ECONÓMICA

Jornal Económico vence prémio Escolha do Consumidor 2019

O Jornal Económico foi distinguido nos prémios Escolha do Consumidor 2019, na categoria de Imprensa Económica. A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar esta quarta-feira, 23 de janeiro, no Clube Ferroviário, em Lisboa.

Os Prémios Escolha do Consumidor são promovidos anualmente pela ConsumerChoice - Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor, para distinguir as melhores marcas em Portugal, que são selecionadas pelo grau de satisfação que proporcionam aos consumidores. Nesta edição, foram questionados 25 mil consumidores em mais de 375 mil avaliações de marcas nos setores da comunicação social, alimentação, festivais, viagens e lazer, produtos, equipamentos e higiene para o lar, cuidados pessoais, serviços e comércio especializado, produtos e serviços de beleza,



cuidados infantis, financeiro, automóvel e telecomunicações, entre outros.

Na imprensa, para além do Jornal Económico, foram premiados o "Expresso" (Imprensa Semanária), o "Público" (Imprensa Diária), o "Notícias ao Minuto" (Imprensa Online) e "A Bola" (Imprensa Desportiva). A Escolha do Consumidor 2019 premia as marcas, com base na *performance* em 2018, via um processo que envolve a identificação dos atributos mais importantes para os consumidores e uma avaliação efetiva das marcas de cada categoria, permitindo aferir as que apresentam maiores níveis de satisfação e intenção de compra ou recomendação. O JE agradece a confiança dos leitores, parceiros e anunciantes, renovando o compromisso de fazer jornalismo de qualidade, isento e rigoroso. ●

RATING DA SEMANA

Por Leonardo Ralha



A-

JOANA AMARAL DIAS
Comentadora

RATING:

D C C+ B- B+ A- A+

Prometeu que iria revelar uma "bomba" no espaço de comentário que tem ao domingo na CMTV e, ao contrário do que muitas vezes sucede com quem se mete na política, nada deixou por cumprir: a divulgação pública da auditoria da Caixa Geral de Depósitos que detetou a perda de 1,2 mil milhões de euros em negócios de risco marcou a atualidade e foi um serviço público inesperado, cujas ondas de choque continuarão a sentir-se durante muito tempo.



B+

JUAN GUAIÐÓ
Político venezuelano

RATING:

D C C+ B- B+ A- A+

Poderá questionar-se a prudência, já que os militares cerram fileiras em torno do regime de Caracas, mas não a coragem do presidente da Assembleia Nacional da Venezuela. Face à deriva (ainda mais) autoritária de Nicolás Maduro, ter-se proclamado presidente interino do país sul-americano, com a missão de convocar eleições livres, faz do jovem de 35 anos, que conta com os apoios de Washington e Brasília, uma figura incontornável para o futuro dos venezuelanos.



B-

CRISTIANO RONALDO
Futebolista

RATING:

D C C+ B- B+ A- A+

Regressou a Madrid sorridente e ativo, enfrentando os fotógrafos com a companheira ao lado, mas a viagem de regresso à capital espanhola saiu cara ao português. Declarou-se culpado de quatro crimes de fraude fiscal e pagou a multa de 18,8 milhões de euros, capaz de fazer estremecer mesmo um dos atletas mais bem pagos do Mundo. O preço a pagar para evitar uma pena de 23 meses pode ter ainda a consequência de fazer com que lhe sejam retiradas as condecorações nacionais, à imagem de Armando Vara.

FALECEU JOAQUIM DA SILVA LOPES, COLABORADOR DO JE

Faleceu no passado dia 16 de janeiro o jornalista Joaquim da Silva Lopes, correspondente do JE em Torres Novas e região Centro. Tinha 72 anos, grande parte dos quais ligados ao jornalismo, uma das suas grandes paixões. Natural de Curvaceiras (Tomar), foi o primeiro diretor do "Jornal Torrejano", a partir de 1994, conseguindo afirmar esta publicação no panorama da informação regional. Colaborava regularmente com o JE desde 2017, destacando-se pelo empenho, dedicação e qualidade da sua prosa. Em nome de toda



JOAQUIM DA SILVA LOPES
Correspondente do Jornal Económico na região Centro

a equipa, a direção do JE apresenta as mais sentidas condolências à família e aos amigos do Joaquim. *FA*

PRIMEIRA MÃO

NEGÓCIOS RUINOSOS

Caixa contrata Vieira de Almeida para avaliar ações contra ex-gestores

Caixa contratou a sociedade VdA para avaliar ações de responsabilidade civil contra ex-administradores. Responsabilidade jurídica está já a ser avaliada. Relatório será entregue até ao verão.

LÍGIA SIMÕES

lsimoes@jornaleconomico.pt

A administração da Caixa Geral Depósitos (CGD) contratou uma das maiores sociedades de advogados em Portugal para avaliar ações judiciais contra antigos administradores do banco público que possam ser responsabilizados pelos negócios ruinosos do banco, entre 2000 e 2015. Em causa estão perdas de 1,2 mil milhões de euros em financiamentos de risco, cujos critérios de decisão estão já a ser vistos à lupa pela sociedade Vieira de Almeida Associados (VdA), revelou ao Jornal Económico fonte próxima ao processo. A avaliação jurídica reporta ao período em que a auditora EY detetou créditos concedidos com análise de risco desfavorável, sem pareceres para fundamentar a decisão ou ainda sem as devidas garantias. Objetivo: apurar responsabilidade jurídica com vista a ações de pedidos de indemnização que poderão dar entrada nos tribunais nos próximos meses.

A VdA foi contratada pela CGD, no último trimestre do ano passado, após consulta prévia ao mercado a várias sociedades. A contratação surge depois de, em outubro de 2018, o Governo de António Costa ter solicitado à administração do banco que fossem efetuadas “todas as diligências para apurar quaisquer responsabilidades que possam advir da informação constante do relatório” da EY que foi entregue à Caixa, em julho de 2018. No pedido dirigido a Paulo Macedo, o Ministério das Finanças transmitiu ainda a necessidade “de tomar medidas adequadas para a defesa da situação patrimonial da CGD”.

Segundo a mesma fonte, na sequência da contratação da VdA pela Caixa, estão a ser avaliadas ações declarativas de condenação (onde se exige uma indemnização, pressupondo a violação de um direito) que poderão abranger ex-administradores da CGD (executivos

e não executivos), bem como antigos directores com responsabilidades no conselho de crédito.

Na mira do banco liderado por Paulo Macedo estão ações de responsabilidade civil que poderão dar lugar a pedidos de indemnização de centenas de milhões de euros para cobrir danos resultantes da violação dos deveres profissionais, por erro ou omissão, de carácter negligente, nos actos de gestão.

O JE confrontou João Vieira de Almeida, managing partner da VdA, sobre esta contratação, bem como a administração da CGD. Ambos recusaram comentar.

Relatório final até ao verão

O relatório final da VdA deverá ser entregue à administração da CGD até ao verão. Até lá, a análise jurídica incide, assim, no cumprimento dos

PS E PSD EXIGEM RESPONSABILIDADE CIVIL

O PS defende que a actual administração da CGD deve levar os ex-gestores do banco público aos tribunais caso o relatório final de auditoria da EY venha a confirmar que o património da Caixa foi danificado, tal como sinalizado na versão preliminar.

O deputado do PS, João Paulo Correia, defendeu ao JE que a administração da Caixa deve “procurar junto dos antigos gestores da Caixa a responsabilidade civil de cada um destes” e “defender-se de quem lesou o seu património”. O líder parlamentar do PSD, Fernando Negrão, afirmou, por seu turno ao JE, que o partido “insistiu para a comissão de inquérito à CGD continuar a funcionar, mas foi inviabilizada pelo PS, BE e PCP”. Por isso, prossegue, continua a defender o mesmo: “se se vier a confirmar as imparidades da Caixa, é preciso apurar todas as responsabilidades e todos os responsáveis”. Questionado sobre se o PSD também defende que o banco deve levar a tribunal os ex-gestores, responde: “naturalmente”.

deveres de diligência dos antigos gestores da Caixa que devem ser acautelados no seu exercício profissional, cujas decisões devem ser criteriosas e cuidadas. E, caso se conclua pela sua violação, a Caixa poderá dar entrada nos tribunais com ações por responsabilidade solidária, processos judiciais onde para ex-gestores serem condenados “não é necessário que a responsabilidade seja dolosa, será suficiente provar que houve negligência”. A mesma fonte recorda aqui que a lei prevê apenas situações específicas para gestores que não participaram ou votaram vencidos em decisões aprovadas pela administração que tenham sido prejudiciais para as entidades.

Risco de prescrição

Estas ações judiciais estão ainda a ser avaliadas com base nos prazos de prescrição dos crimes, que são contactados a partir do conhecimento pelo lesado dos factos danosos. Ou seja, a partir julho de 2018, data em que a CGD recebeu o relatório final de auditoria da EY.

Estes prazos de prescrição variam entre cinco a 10 anos, consoante o tipo de crimes, como é o caso do crime de administração danosa ou de infidelidade para o prazo de prescrição mais curto ou acumulação de crimes para a prescrição mais dilatada e que poderão incluir também outro tipo de crimes como falsificação de documentos, crimes cometidos no exercício de funções públicas e de natureza patrimonial.

Os processos que darão entrada nos tribunais, segundo a mesma fonte, poderão ser direcionadas a apenas alguns antigos administradores ou recair sobre o conjunto de ex-gestores da Caixa com responsabilidade solidária. A decisão estará, pois, nas mãos da administração da CGD, após receber o relatório dos advogados. Um documento que terá por base as conclusões da auditoria financeira da EY e outras informações solicitadas ao banco. E ainda uma análise forense, agora desencadeada, para apuramento de responsabilidades jurídicas (civis e criminais).

As suspeitas do MP

A avaliação forense surge numa altura em que prossegue um inquérito na justiça à gestão danosa da Caixa que ainda não tem arguidos, mas, segundo a Procuradoria Geral da República, estão “em curso diligências abrangidas por segredo de justiça”. A investigação dirigida pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal considera que uma parte substancial dos créditos que resultaram das imparidades foi concedida a partir de 2007, com sucessivas alterações das condições dos contratos, nomeadamente no que se refere às garantias. Nessa altura, a CGD era liderada por Carlos Santos Ferreira, sucedendo-se Fernando Faria de Oliveira, de 2008 a 2010, cargo posteriormente assumido por José de Matos, até agosto de 2016.

Já entre 2000 a 2004, o banco foi liderado por António de Sousa e teve como vice-presidente Mira Amaral, seguindo-se as administrações de Vitor Martins (2004-2005) e de Santos Ferreira (2005-2008) que integrou como vogais Carlos Costa, actual governador do Banco de Portugal, que tinha a área internacional, bem como Armandinho Vara.

Também num acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, publicado no verão de 2017, é dado a conhecer que no entender do Ministério Público, os negócios de concessões de crédito são reveladores de uma “deficiente” análise de risco e de “negligência”, podendo haver “intencional prática” de favorecimento de determinados agentes económicos.

O acórdão que obrigou Banco de Portugal a entregar a lista de maiores créditos da Caixa sinaliza ainda “uma ação deliberada no sentido de omitir o passivo gerado na esfera do banco” através da omissão de alguns registos de incumprimento. E realça que as suspeitas além de passíveis de constituir crime de gestão danosa, são possíveis de configurar “eventuais crimes cometidos no exercício de funções públicas que possam vir a apurar” e de “eventuais outros crimes de natureza patrimonial”. ●



RELATORIO PRELIMINAR SOBRE A CAIXA

Faria de

Faria de Oliveira denuncia erros e falhas graves no relatório preliminar da EY sobre a CGD. Santos Ferreira não comenta.

ANTÓNIO VASCONCELOS MOREIRA

amoreira@jornaleconomico.pt

Fernando Faria de Oliveira, ex-presidente da Caixa e presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) está debaixo de fogo por causa dos créditos concedidos pela CGD durante os anos em que presidiu ao banco do Estado. Faria de Oliveira contra-argumenta que o documento preliminar de auditoria que originou esta polémica - elaborado pela consultora EY - “contém erros graves e falhas de interpretação”. Segundo o relatório da EY, Fa-



Cristina Bernardo (Arquivo)

GOVERNO PEDIU À CGD PARA SER ASSISTENTE NO INQUÉRITO JUDICIAL

O ministro das Finanças revelou, no debate a pedido do CDS sobre a auditoria ao banco público, que deu instruções à administração da CGD para se constituir assistente no processo que decorre na Procuradoria-Geral da República. Segundo Mário Centeno, o objectivo é o de “ter uma participação ativa e acompanhar de perto a investigação em curso”. O governante justificou ainda com a necessidade de “agir na defesa do interesse dos contribuintes”. No debate de ontem, Centeno acusou os partidos da oposição, PSD e CDS-PP, de quererem a resolução da Caixa. E lembrou que quando tiveram no Governo “injetaram 1600 milhões e não houve auditoria”. Sobre o acompanhamento da auditoria por parte do Executivo, defendeu que foi o Governo de António Costa que pediu que a auditoria fosse realizada e que fosse “levada às últimas consequências”. Já o deputado do PSD, António Leitão Amaro que compete ao Executivo, enquanto acionista, apurar as responsabilidades civis de ex-gestores da CGD. E realçou aque se houve decisões por orientação política, “esse governo era socialista”. Do lado do CDS, o deputado João Almeida apontou baterias à “promiscuidade evidente de um Governo específico, o Governo de José Sócrates, e aqueles que foram os projetos mais catastróficos”.

AUDITORIA DA EY

Operação ‘Caravela’ gerou perdas de 340 milhões

Operação de “risco elevado” visou eliminar perdas no balanço de dívida pública detida pela Caixa.

Chama-se “Operação Caravela”, um investimento realizado pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) em eurobonds emitidos em escudos, por emittentes internacionais e colocadas no mercado internacional, no final dos anos 1990. A operação teve como o objectivo camuflar perdas no balanço do banco público face aos elevados níveis de dívida pública que se estava a desvalorizar, cujos títulos a Caixa não se conseguia livrar no final da década de 90. E veio a revelar-se ruíno-sa: gerou uma perda aproximada de 340 milhões de euros à CGD.

Esta é uma das conclusões de uma versão preliminar da auditoria da EY aos empréstimos problemáticos concedidos pela Caixa durante os anos de 2000 a 2015, cuja versão preliminar o JE teve acesso e onde conclui que os elevados riscos desta operação não foram analisados correctamente.

Segundo o documento, os motivos inerentes à operação são meramente contabilísticos, com a necessidade de eliminar uma menos valia potencial transitória numa carteira de obrigações de taxa fixa.

“Tratou-se de uma tomada de operação com um risco elevado, sem evidência de análise de suporte nem conhecimento para riscos inerentes à operação”, explica a EY no documento que foi dado a conhecer, a 20 de janeiro, pela comentadora da CMTV, Joana Amaral Dias.

Esta operação foi desencadeada, em finais de 1999, na administração de João Salgueiro que tinha o actual chairman do Santander, António Vieira Monteiro, como vice-presidente. E passou por um investimento significativo em dívida pública designada ‘Obrigações Caravela’.

Até à venda, em 2006, das “obrigações Caravela”, a operação abran-

geu ainda as administrações de António de Sousa que foi presidente do conselho de administração entre 2000 e 2004 e de Carlos Santos Ferreira (que fez um mandato entre 2005 e início de 2008). O valor as das carteiras alienadas ascendeu a cerca de 90 milhões de contos (cerca de 447,1 milhões de euros) e o prazo da operação foi de 11 anos. A venda das obrigações ao veículo especial, criado pelo Crédit Suisse para absorver a dívida pública, permitiu a anulação de provisões de 5,1 milhões de contos (25,6 milhões de euros). Mas, segundo a EY, os novos títulos também desvalorizaram, gerando ainda mais perdas.

Perdas de 1,2 mil milhões

O relatório preliminar da EY, que data de dezembro de 2017, revela agora que o banco público perdeu 1.200 milhões de euros em créditos de risco em 46 financiamentos, num montante de perto de três mil milhões de euros, concedidos entre 2000 e 2015. O documento sinaliza ainda que a Direção de Risco da Caixa realizou uma análise de risco desfavorável a 7% dos créditos a grandes devedores, entre 2007 e 2012, mas ainda assim as administrações de Carlos Santos Ferreira e de Faria de Oliveira deram ‘luz verde’.

Segundo esta auditoria, a CGD já reconheceu perdas de 580 milhões de euros por conta de sete financiamentos ruinosos, em que não adotou as boas práticas na concessão de crédito (ver quadro). Nos créditos ruinosos revelados é ainda destacada a perda 555 milhões com o BCP - investimento feito pela Caixa no BCP entre 2000 e 2013 que gerou uma perda efetiva de 595 milhões (prejuízo que foi ligeiramente compensado pelo recebimento de 40 milhões em dividendos). ● LS

Oliveira acusa EY de falta de rigor

ria de Oliveira liderou o banco público entre 2007 e 2012. Mas, ao Jornal Económico, o ex-presidente da Caixa diz que o relatório da EY enganou-se em relação ao período em que liderou o banco: “não foi de 2007 a 2012”, mas de “2008 e a 2010”.

Faria de Oliveira disse que sente “manifesta e profunda estranheza pelo facto de a versão que circula ser um documento de trabalho que não [corresponde] à versão final” do relatório.

Entre as sete operações com maior risco associado identificadas pela EY, que somaram mais de 1,1 mil milhões de euros em créditos concedidos e cerca de 593 milhões de euros em imparidades, Faria de Oliveira reconheceu que “só a da Artlant (La Seda) passou por mim”, mas que herdou a operação da administração anterior. O ex-presidente disse ainda que “o grosso do financiamento, incluído o project finance, passou por mim”, que se encontrava na fase final de estruturação, em

2008. Faria de Oliveira sucedeu a Carlos Santos Ferreira que, segundo o relatório, liderou a CGD entre 2005 e 2006 e substituiu António de Sousa.

De acordo com a EY, além da Artlant, a CGD começou a financiar, em 2007, a Birchview, a QDL, a Fundação Berardo, a Metalgest e a Finpro. Só a Investifino obteve financiamento antes, em 2005.

Carlos Santos Ferreira referiu ao Jornal Económico que “nunca na vida comentei qualquer documento que não conheço”. “Tenho a certeza que a auditoria refletirá a verdade e estou tranquilo”, realçou o ex-presidente.

Ausência de cultura de risco

O documento em circulação e que tomou de assalto a comunicação social revela que, no período em análise, a CGD não assegurou “a implementação de uma cultura de risco”, o que poderia ter mitigado o aumento do crédito malparado e das imparidades que assolaram as contas do

banco público entre 2011 e 2015.

Segundo a EY, as estruturas de governo interno da banca nacional, no que diz respeito à gestão de risco, “evoluíram significativamente no período em causa e com maior ênfase na sequência da crise financeira de 2007”.

Neste ponto, a EY coloca a decisão da CGD em criar a Direção Global de Risco, em 2001, na “vanguarda das práticas da banca nacional”.

Entre 2001 e 2008, o presidente do conselho de administração da CGD “acumulava as funções relacionadas com as segunda e terceira linhas de defesa, designadamente a DGR, para os riscos”, com o *Chief Risk Officer* a não ter assento naquele conselho, concluiu a EY.

Desta forma, o presidente da CGD assumia, entre outras, as funções operacionais de gestão de risco (identificação, mensuração, controlo e mitigação) e de monitorização de risco (*compliance*, planeamento e acompanhamento do capital). ●

CGD COM PERDAS DE 580 MILHÕES EM SETE CRÉDITOS

Operações/Cliente	Total Exposição 31 dez 15*	Imparidade (%) 31 dez 15
Artland	350,8	60,2%
Birchview	88,8	30,0%
QDL	80,8	30,0%
Fundação Berardo	267,6	46,5%
Investifino	138,3	100,0%
Finpro	114,1	35,0%
Metalgest	52,5	53,0%
TOTAL	1.092,9	53,8%

*valores em milhões de euros

Fonte: Versão preliminar da auditoria da EY

ECONOMIA & POLÍTICA

ENTREVISTA **PEDRO SANTANA LOPES** Presidente da Aliança

“Espero chegar aos dois dígitos no Parlamento”

Ex-primeiro-ministro confia num resultado eleitoral que contribua para um governo de centro-direita. Aponta a produtividade e energia como prioridades e admite “um ou outro ministério” fora de Lisboa.

FILIPE ALVES E LEONARDO RALHA
falves@jornaleconomico.pt

A duas semanas do primeiro congresso da Aliança, o partido que fundou no final de 2018, Pedro Santana Lopes revela as ideias fortes que quer defender através de um Governo de centro-direita para o qual espera contribuir com deputados. As últimas sondagens são-lhe animadoras.

Ficou acordado até às três da manhã na sexta-feira passada para ver se a moção de confiança de Rui Rio era aprovada?

Sobre o meu antigo partido não falo nem devo falar. Mas não fiquei. Vi o resultado às sete e tal da manhã.

A manutenção de Rui Rio é uma boa notícia para a afirmação do seu partido?

Garanto que não faço essas contas. Temos que contar com o nosso mérito, não com o demérito dos outros.

Os 4% atribuídos à Aliança pela Eurosondagem souberam a pouco ou foram celebrados?

O estado de espírito foi de contentamento e satisfação. Não estou a fazer nenhum bluff. Temos três meses de vida e taxa de notoriedade reduzida. Quando formos mais conhecidos as intenções de voto tenderão a subir. Estou convencido de que isso vai acontecer à medida que identificarem a Aliança e quem cá está. Temos o Congresso daqui a duas semanas e tudo está planeado para crescermos.

Têm defendido a redução da carga fiscal sobre empresas e famílias. Além dessa, quais são as principais bandeiras da Aliança? Há várias, que estão ligadas. Tem havido muito pouca mobilização para o tema do crescimento. É preciso que, do Presidente da República aos vários agentes políticos, sindicais e sociais, a sociedade portuguesa saiba que depende, para a sobrevivência do modelo de organização económico e social, de um crescimento duradouro e acima da média europeia.

Portugal não cresce de forma significativa desde a adesão ao euro.

Em média crescemos menos de um por cento por ano desde 2000.

É suficiente para manter o Estado social?
Não.

O que propõem para fazer crescer a economia?

Criar um clima propício ao investimento. O PIB cresce muito assim e pela melhoria da produtividade.

É preciso mexer na legislação laboral?

Algumas alterações perspectivadas pela frente de esquerda, como o banco de horas, são contraproducentes para a melhoria da confiança no tecido económico. No entanto, não considero que seja uma questão-chave, ao contrário da questão fiscal e dos custos de energia para muitas empresas, que são um constrangimento para toda a economia.

Os custos de contexto...

Qual foi o grande objetivo deste Governo? Foi uma moeda de duas faces: em Portugal a devolução de rendimentos, e em Bruxelas o défice zero, que são dificilmente compatíveis se a economia não crescer o suficiente. Sabemos como se vai para o défice zero: sacrificando serviços essenciais e aumentando impostos. Qual será a razão para os países da Europa de Leste, um após outro, nos ultrapassarem todos os anos? Qualquer dia

“

Fomos muito prejudicados, não por sermos bons alunos, mas por querermos ser excelentes alunos. Hoje em dia até o Bloco e o PCP aceitam apoiar um Governo que vai além das exigências de Bruxelas

estamos em último. Estamos há 30 anos na União Europeia, houve 120 mil milhões de euros que entraram...

O maior entrave é a forma como o Estado atua?

Isso só se consegue quando a sociedade e os responsáveis políticos olharem para as opções e escolherem o caminho certo. Quem tem chegado ao Governo olha para o IRC, compara-o com o de outros países europeus, e sobe em vez de descer.

Esse compromisso entre o PS e o PSD ficou congelado.

É por isso que as opções de quem sobe ao poder fazem a diferença entre meio ponto a mais ou a menos no PIB. De vez em quando fala-se na importância do crescimento económico, mas depois os responsáveis políticos esquecem-se. A grande arte é cortar. São os quatro cês: corta, cativa, come e cala.

Vivemos em austeridade, ainda que diferente?

Isso é manifesto. A questão que mais confusão me faz na sociedade portuguesa é a tolerância para situações intoleráveis: haver operações ou consultas na área da cardiologia que demoram seis meses ou um ano no Sistema Nacional de Saúde (SNS). É inadmissível.

Os utentes do SNS devem ter noção dos custos para o Estado?

Não só os utentes, mas também os gestores.

E essa pressão não pode causar decisões que ponham em causa a saúde dos utentes?

Os portugueses sofrem muito devido a preconceitos que ainda existem. Na Constituição lê-se que o SNS é tendencialmente gratuito, portanto ninguém paga nada e as taxas moderadoras são baixas, mas custa dez mil milhões de euros por ano. Na Aliança estamos a trabalhar para a generalização dos seguros de saúde.

Defende o modelo holandês, em que o Estado assegura mas cada cidadão tem que ter seguro?

E paga por ele. Mas tem de ter, até que o seu rendimento acomode essa despesa, a correspondente dedução fiscal. E há camadas da população em

que o Estado, na prática, oferece. Sendo assim, aquilo que o SNS gasta ou o custo daquilo que faz seria pago, mas não pelo Estado. É pago pela participação das companhias de seguro, como nos hospitais privados.

Isso não iria carregar ainda mais os portugueses, pois além dos impostos pagariam o seguro?

Por isso é que o seguro seria deduzido no encargo fiscal. Gera menos receita para o Estado, mas também menos despesa no SNS.

A Aliança é europeísta mas com postura mais reivindicativa?
Sim.

Propõe uma Europa das Nações ou um federalismo?

Federalismo não, de todo.

Uma postura musculada em Bruxelas basta para resolver o problema da competitividade de uma economia com uma moeda demasiado forte?

Não. O trabalho tem de ser nosso.

Implica desvalorização interna?

Já houve um ajustamento significativo. Lembro-me sempre de Trichet, em 2004, me dizer “vão ter que fazer um ajustamento em 30%”. Foi de oito por cento, mas veio a acontecer, pois estas coisas são inexoráveis. E agora em que ponto estamos?

A voltar ao mesmo ponto.

Com endividamento excessivo. O Banco de Portugal tomou medidas e já se sente no crédito à habitação a exigência de alguns capitais próprios. Houve intervenção, o que é melhor do que não haver.

Mas alguns bancos continuam a financiar a 100%.

Dá jeito às pessoas, mas depois vira-se contra elas. Há cada vez mais dívida fora do perímetro orçamental. Veja-se o SNS: três mil milhões de euros de dívidas a fornecedores, aumentando 50% em três anos? Não é possível. A única saída é crescermos. Os países-membros da União Europeia têm de apresentar uma convergência maior. Não estou a defender a mutualização da dívida. Podemos trabalhar no sentido de alguma reestruturação de encargos com a dívida.

Foi feita por vários governos.

Mais pelo lado da substituição de dívida. Alguma coisa não está certa. Portugal está há 30 anos na União Europeia e é ultrapassado constantemente. Se é erro nosso, digam qual é, para escolhermos as medidas que temos de corrigir. Fomos muito prejudicados, não por sermos bons alunos, mas por querermos ser excelentes alunos. Hoje em dia até o Bloco e o PCP aceitam apoiar um Governo que vai além das exigências de Bruxelas. Todos no Parlamento são, na prática, ortodoxos nesta matéria, e a Aliança não é nem vai ser.

Qual é para a Aliança o papel do investimento público no crescimento económico?

Há investimento público reprodutivo e outro que oferece grandes dúvidas. Tudo o que favoreça o escoamento de produtos e o estatuto do porto de Sines, e de outros, é importante. E incluo a questão da bitola do caminho de ferro para estarmos na primeira linha europeia.

O que propõem para travar a desertificação do interior?

A aposta no regadio, a política fiscal e a transferência de serviços de Lisboa. Sou favorável à transferência de departamentos governamentais, com



Cristina Bernardo

Se o PS vencer e procurar um parceiro no centro-direita a Aliança está disponível para trabalhar com o PS se este tiver um programa mais reformista?

Espero que este PS vá para a oposição. Não nascemos para dar uma segunda encarnação a António Costa. Propus uma coligação entre forças que acreditam numa economia deste tipo – ainda não recebi respostas. O Dr. Costa escolheu a frente de esquerda, fez a figura em Bruxelas de andar a beijar a mão à senhora Merkel como criticava aos antecessores. A democracia é ganha com alternância e alternativas fortes.

António Costa pode encontrar maior compreensão da parte do atual presidente do PSD?

Tem de lhe perguntar a ele.

Para si o que é um bom resultado nas eleições?

É eleger uma boa representação no Parlamento Europeu, com dois deputados, e no Parlamento espero chegar aos dois dígitos.

Isso vai de 10 a 99 deputados.

Dez, pelo menos. Também não me importo de ir a 99 ou mais de 100.

Havendo maioria parlamentar à direita do PS quais são as pastas ou áreas de governação em que a Aliança fará maior diferença?

Áreas sociais, da investigação e inovação e da economia mobilizam-nos.

A Saúde será uma das grandes bandeiras da Aliança?

Para não dizer a principal. Ainda militava noutro partido e num congresso em 2014 fiz um discurso, com o dr. Passos Coelho sentado na primeira fila, contra o encerramento de unidades de saúde pelo país todo.

O Presidente da República está a ir longe de mais ao telefonar para um programa televisivo?

Cada um tem o seu estilo e maneira de ser. Ele fez muito bem à auto-estima de Portugal nesta primeira parte do mandato, mas na segunda parte deve dedicar-se aos grandes desígnios: o crescimento económico, a produtividade e a justiça.

Concorda que ele tem servido de muleta ao Governo?

Vai ser difícil ouvirem-me criticar um Presidente por ser solidário com o Governo. Hão-de compreender porquê. Oxalá todos os primeiros-ministros tivessem tido a sorte de ter um Presidente assim.

Está disponível para assumir uma pasta após ter sido primeiro-ministro?

Já tinha sido primeiro-ministro quando fui vereador da oposição em Lisboa. Porque não membro do Governo? Mas não tenho essa vontade. Quero puxar por quem nunca esteve na política. ●

contratação local de todos os quadros que seja possível.

Fala de organismos públicos ou mesmo de secretarias de Estado?

A mim não me choca que um ou outro ministério possa estar fora de Lisboa. A comunidade nacional está habituada há séculos, mesmo que não goste, à centralização em Lisboa. Há que adotar medidas disruptivas.

Grande parte da floresta está abandonada e há quem defenda a ‘nacionalização’ e entrega a concessionários. É uma solução?

Sou um grande defensor, desde há anos, de que a responsabilidade nessas áreas tem que estar muito mais entregue às autarquias, que conhecem como ninguém o território. E podem fazer contratos com privados para assegurar proteção e desenvolvimento equilibrado.

Para que as empresas tenham um clima mais propício até que valor pode descer o IRC?

Não quero quantificar. Agora, com a derrama, passamos os 30%.

Só no caso das grandes. E grande parte do tecido empresarial

é composto por pequenas e médias empresas.

Também estou a pensar na atratividade para o investimento externo. Daí a importância do IRC. Se numa primeira fase descer para o nível previsto no acordo entre o Governo PSD-CDS e o PS, seria um bom primeiro passo. Mas gostaria que fosse mais além.

Foi divulgado um estudo em que empresários nacionais disseram que os maiores obstáculos ao investimento em Portugal são o custo da energia e a burocracia. Como se reduz um e outro?

Não me peçam soluções técnicas, mas falo de medidas que possam reduzir a prazo a dependência energética, que tem o peso que tem na balança comercial. Um dos caminhos que Portugal deve seguir, e a que o primeiro-ministro fez alguma alusão na mensagem de Natal, é a exploração dos nossos recursos. O petróleo pode ser um combustível datado...

Já nos anos 80 era visto assim...

Facto é que continua a ter um peso muito significativo no saldo importador, e Portugal dá-se ao luxo de dizer que não quer fazer a prospeção, por decisões em tribunal suscitadas por grupos de cidadãos que metem

providências cautelares. A Aliança apoia a aposta nas renováveis, nomeadamente solar e eólica, e a diminuição da fatura energética exige investir nessas formas de produção, mas a prospeção e exploração dos nossos recursos são essenciais. Demoram anos, pelo que nos temos de dedicar o mais cedo possível, sem prejuízo de querermos Portugal na linha da frente da descarbonização, com progressiva substituição dos automóveis a gasóleo e a gasolina.

Se a aposta no petróleo e no gás natural correr bem, Portugal deve fazer como a Noruega e ter um fundo soberano? Quem nos dera!

Viveria bem com isso, embora a Aliança seja defensora de um Estado mínimo?

Não me chocaria. Em recursos sagrados, como a água e o subsolo, tenho a posição, apesar de ser liberal em matéria económica, de que devemos ter noção do que são os bens coletivos fundamentais. Mas também de que o Estado não é bom a fazer quase nada. Deve dar a responsabilidade aos privados, salvaguardando a posição principal na repartição das receitas. Não temos nada de maoista e não queremos uma revolução cultural,

mas é preciso estudar as realidades comparáveis perto de nós e ver qual se aplica melhor a Portugal.

Para pôr em prática tais ideias tem de haver maioria de centro-direita. A melhor forma de derrotar o PS é questionar a atuação de Mário Centeno?

É uma das vias. Centeno manifestamente exagerou e levou a um paradoxo político há algum tempo inimaginável: ter a frente da esquerda a pôr o SNS neste estado, a rebentar com o investimento público durante anos, a levar à prática um programa contraditório com muitos dos pressupostos dos partidos que a apoiam.

Há que desmontar a ideia do “Ronaldo do Eurogrupo”?

Nunca o considerei como tal. Todos os governos fazem cativações, mas Centeno perdeu o norte por completo. Já chefei um governo e participei noutros. Sei que há cativações, mas quem cativa tem de saber descativar, e o grande pecado deste Governo foi ter tornado a cativação regra absoluta e não ter mecanismos para descativar em áreas em que isso seria essencial. A frente de esquerda, Centeno e António Costa têm que ouvir o que merecem.

ECONOMIA & POLÍTICA

INTERVENÇÃO POLICIAL NO SEIXAL

PS acusa Bloco de “acirrar ânimos” contra a Polícia

Carlos César alinhado com o PSD Lisboa, que exigiu responsabilidades à deputada bloquista Joana Mortágua por causa de “declarações irresponsáveis”.

GUSTAVO SAMPAIO
gsampaio@jornaleconomico.pt

O líder da bancada parlamentar do PS acusou ontem o Bloco de Esquerda (BE) de adotar posições que têm “acirrado ânimos” face aos episódios de “perturbação” da ordem pública na sequência da intervenção policial no bairro da Jamaica, no Seixal. Esta posição foi transmitida por Carlos César aos jornalistas no final da reunião semanal do Grupo Parlamentar do PS, na Assembleia da República.

“De modo muito claro, quero condenar as ocorrências, que são situações inéditas e pouco comuns no nosso país, de perturbação da ordem pública que têm acontecido nos últimos dias. Condenei também, de forma muito clara, as intervenções de carácter partidário nesses processos, procurando acirrar ânimos, perturbar a intervenção das forças da ordem, que têm por dever assegurar a tranquilidade pública”, afirmou o deputado socialista, antigo presidente do Governo Regional dos Açores.

César sublinhou também que “o PS condena veementemente as declarações a esse propósito que têm sido feitas pelo Bloco de Esquerda. Em nenhum dos momentos, as declarações [de responsáveis do BE] têm contribuído para a tranquilidade e o bom esclarecimento daquilo que se encontra em causa”.

O PS parece assim alinhar com a posição do PSD Lisboa que, na segunda-feira, através de um comunicado, exigiu responsabilidades à deputada bloquista Joana Mortágua, por causa do vídeo que partilhou nas redes sociais com imagens dos confrontos entre a PSP e moradores do referido bairro no Seixal, ocorridos no domingo. “São quatro minutos de violência policial no bairro da Jamaica. Podem ir começando a pensar em desculpas mas não há explicação para isto. E o Bloco vai exigir responsabilidades”, escreveu Mortágua no Twitter, comentando o ví-

deo. “Quatro minutos que sintetizam a violência policial e o racismo neste país”, denunciou no Facebook.

No dia seguinte à intervenção policial no Seixal, realizou-se uma manifestação no centro de Lisboa, com cerca de 200 pessoas, incluindo muitos residentes do bairro da Jamaica, culminando em nova intervenção da PSP. “Quem exige responsabilidades é o PSD Lisboa, mas a Joana Mortágua e ao Bloco de Esquerda, pelas declarações irresponsáveis e que não podem ser alheias aos distúrbios ocorridos esta tarde, em Lisboa, entre manifestantes e a polícia”, criticou então o PSD Lisboa.

No mesmo sentido apontou a Associação Sindical dos Profissionais da Política (ASPP) que, na terça-feira, acusou o BE e a associação SOS Racismo de incitarem à violência. “Os comentários de entidades políticas, como o Bloco de Esquerda, e a associação SOS Racismo, não vieram contribuir para a solução do problema. Tiveram um objetivo contrário e incitaram à violência”, criticou o presidente da ASPP, Paulo Rodrigues, depois dos incidentes ocorridos na madrugada de terça-feira, nomeada-

mente o ataque contra a esquadra da PSP da Bela Vista, em Setúbal.

Rodrigues considerou “inadmissíveis” os comentários que “colocam a população contra a polícia” e adiantou que criam a ideia de que é legítimo tentar agredir a polícia. Na perspetiva do sindicalista, houve uma tentativa de classificar a PSP como racista e xenófoba. Referia-se às publicações de Mortágua e também de Mamadou Ba, assessor parlamentar do BE e dirigente da SOS Racismo.

Ba tem sido outra frente de tensão. Na segunda-feira publicou um texto no Facebook, começando da seguinte forma: “Sobre a violência policial, que um gajo tenha de aguentar a bosta da bófia e da facho-esfera é uma coisa natural, agora levar com sermões idiotas de pseudo-radical iluminados é já um tanto cansativo”. O bloquista referia-se ao que a polícia (denominada como “bófia”) estava a dizer sobre os acontecimentos de domingo, mas a interpretação geral das suas palavras centrou-se na expressão “bosta da bófia”, assumindo que estaria a insultar a instituição. Ao ponto de um vereador do PSD na Câmara Municipal de Setúbal, Nuno Carvalho, ter anunciado que tenciona enviar estas declarações de Ba ao Ministério Público, para que se avalie se existe motivo para um processo judicial.

Por seu lado, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, defendeu ontem que a “posição sensata” sobre os casos de violência registados nos últimos dias na Grande Lisboa é não generalizar nem os comportamentos dos cidadãos envolvidos, nem a atuação da polícia. “Penso que a posição que é a posição sensata é não generalizar neste tipo de acontecimentos, não generalizar nem o comportamento de cidadãos isolados, que venham a ser considerados censuráveis, nem o comportamento de elementos de forças de segurança isolados, que venham a ser considerados censuráveis”, disse Rebelo de Sousa. ●

OBJETIVO

O regime e a sua Caixa



JOÃO MARCELINO
Jornalista

O desastre, agora apenas um pouco mais conhecido, da Caixa Geral dos Depósitos (CGD) ilustra o estado do regime, que ficará ainda mais à vista quando for revelada a lista dos grandes devedores do BCP, do BES/Novo Banco e dos outros sorvedouros dos dinheiros públicos das últimas décadas, como o BPN e o Banif.

Começemos pela dimensão política: é preciso não ter vergonha para qualquer um dos grandes partidos nacionais procurar simular desconhecimento da situação concreta agora conhecida quanto à concessão de crédito na CGD. Foram o PS e o PSD, sempre em harmonia mesmo quando um era poder e o outro oposição, que formataram o banco tal e qual é hoje: uma repartição político-financeira do bloco central, nos tempos mais modernos caricaturada com a irmandade Carlos Santos Ferreira, Armando Vara e Francisco Bandeira (o homem que Sócrates depois enviou para o BPN) pelo lado rosa e Faria de Oliveira, que tinha maiores obrigações, pelo lado laranja. A certa altura, estes dois sócios incorporaram mesmo o CDS de Paulo Portas, que se fez convidado do banquete e foi a correr com Celeste Cardona, primeiro, e Nuno Henriques Thomaz, depois. É perante este quadro que se torna incompreensível a posição recente de PCP e Bloco de Esquerda na abortada comissão de inquérito parlamentar. Ambos se juntaram ao PS para evitar que o país conhecesse a situação da CGD. Essa é uma nódoa que não se apaga com simples declarações que buscam recuperar a legitimidade desbaratada.

Depois a dimensão do negócio de ocasião: parece não haver nenhum interesse notável dos

últimos anos, de Vale do Lobo ao Grupo Lena, passando por empresas do grupo BES, entre outras já falidas ou em liquidação, que não tenha tido direito ao seu quinhão neste bolo que os contribuintes pagaram com a recente injeção de capital no banco. Os ‘empresários’ apoderados beneficiaram de dinheiro vindo de decisões obviamente políticas, tomadas à revelia das mais elementares regras de concessão de crédito, para fazerem a sua vida – como outros, mordomos de Ricardo Salgado, também receberam do BES aquilo de que necessitavam para fazerem os negócios diretamente proibidos à banca, do imobiliário à comunicação (como mais adiante se irá saber).

Acrescentem-se a dimensão social (é criminoso ver desbaratar tantos recursos dos impostos que depois faltam ao SNS e à SS) *e a dimensão económica* (como pode a economia funcionar devidamente com tantos entorses e o tecido empresarial ser saudável com tanta concorrência desleal?).

Finalmente, temos o caso particular de assalto ao BCP por parte do socratismo. Como se vê agora melhor, a CGD avançou com o dinheiro para que José Berardo e a sua Metalgest, mais Manuel Fino, comprassem importantes posições acionistas no BCP, tomando o poder no maior banco privado nacional e abrindo caminho à ‘transferência’ de Carlos Santos Pereira e Armando Vara. Sabendo-se como funcionava o BES de Ricardo Salgado (sempre em apoio ao governo de turno), quem tinha a CGD e controlava diretamente o BCP ficava com poder quase absoluto sobre os negócios do país. Belmiro de Azevedo sentiu isso na pele quando tentou a OPA sobre a Portugal Telecom, de Granadeiro e Zeinal Bava.

Este é um retrato real do que valem as chamadas elites políticas e os seus correlativos traficantes de influências. Portugal deve ser um grande país para continuar a resistir a tudo isto. Mas tem, com urgência, de mudar o pessoal político e calibrar a dimensão do Estado. ●

CONTA CAIXA AZUL
SOLUÇÃO MULTIPRODUTO

**UM GESTOR DEDICADO
COM QUEM PODE CONTAR.**

**NUMA CONTA
QUE CONTA COM TUDO.**

Ter uma Conta Caixa Azul significa poder contar com um Gestor Dedicado disponível para o conhecer e acompanhar, mesmo à distância, e para lhe oferecer soluções financeiras à sua medida. Além disso, beneficia de uma solução multiproduto que já conta com tudo: conta à ordem, Caixadirecta, cartões de crédito e débito sem anuidades, transferências online ilimitadas (zona SEPA, não urgentes) e descontos em seguros e parceiros Caixa. Tudo isto com uma única comissão mensal, sem surpresas.

Adira até 28 de fevereiro e ganhe uma oferta exclusiva*.



CONFIANÇA FEITA DE CERTEZAS.

Saiba mais em cgd.pt

(*) limitada ao stock existente

OPINIÃO

OPINIÃO

Caixa negra



RITA GARCIA PEREIRA
Advogada

A semana passada o país adormeceu sobressaltado por uma auto-designada peça jornalística onde dois menores viram a sua vida devassada, sob a aparência de se procurar discutir o estatuto de vítima das crianças envolvidas em processos de violência doméstica. A exibição da dita re-

portagem não contribuiu para esclarecer fosse quem fosse, transformando a televisão de cada um de nós numa enorme caixa negra.

Para que nos entendamos, o que aquele *trabalho fez* foi o oposto do que afirmou ser a sua preocupação: visando apenas captar audiências, sacrificou-os à hora do jantar, tratando de “servir” dois menores como lixo televisivo, apimentado pela circunstância de ambos os pais serem conhecidos. Há limites para tudo e, seguramente, para o jornalismo. O que se passou foi muito grave e não pode tornar a acontecer. Mesmo quando não gostamos dos alegados prevaricadores. Se calhar, principalmente nesses casos.

Foi, também, tornada pública a

lista dos principais devedores dessa outra *caixa negra*, a Caixa Geral de Depósitos, avultando os negócios ruinosos, feitos entre amigos e sem a prestação das inúmeras garantias que um comum mortal tem de apresentar para um qualquer contrato de mútuo.

A listagem dos referidos devedores é curiosa, abrangendo até um “eminente” gestor que foi pedir dinheiro emprestado para comprar acções de outro banco e um empreendimento turístico no Sul do país que se tem tornado célebre por via de um mediático processo. Por outro lado, entre 2000 e 2015, embora não pela sua experiência bancária, muitos foram os nomes conhecidos, que tiveram funções de

relevância na Administração da Caixa Geral de Depósitos, pagos a peso de ouro com a incumbência de a gerirem bem.

Porque, durante décadas, a Caixa funcionou como reservatório de políticos sem (outro) cargo pago, um dos nomes a reter é o de Faria Oliveira, o qual, seguramente esquecido da sua passagem por esta instituição, agora na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Bancos se apressou a manifestar-se contra a divulgação dos principais devedores, imposta por recente legislação.

Justificou tal inusitada posição, agora expressa na representação dessas entidades tão credíveis quanto se têm revelado os bancos, pelo

prejuízo que aquela trará aos clientes dos bancos, percebendo-se agora que o que estará em causa é a publicidade que poderá ser dada a “negócios entre amigos”.

Nada haveria a dizer se, no final, não fôssemos todos chamados a pagar. Estranho país este que, apenas quando a altura é de prejuízo, torna os cidadãos banqueiros mas, pelo contrário, quando a época é de lucro, os atira para o papel de meros espectadores. Justamente aquele não deveríamos ter tido quanto às filmagens dos filhos de Bárbara Guimarães e Manuel Maria Carrilho. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.



Cristina Bernardo

PALCO ECONÓMICO

Responsabilidade



PEDRO LINO
Economista

Os últimos 20 anos foram marcados pelo desaparecimento das grandes empresas portuguesas. A gestão focada num grupo de accionistas específico, nas ambições pessoais ou nos objectivos políticos, em detrimento do interesse da empresa causou prejuízos incalculáveis e anos de atraso à economia portuguesa. As empresas de ban-

deira nacional foram, literalmente, assaltadas.

Vem esta consideração a propósito da leveza como é tratado o que deve ser considerado como um desfalque à Caixa Geral de Depósitos (CGD), pago por todos os portugueses. Neste caso em particular a responsabilidade não é apenas dos administradores, mas também do próprio Estado, que os nomeou. Deveria ter conhecimento da gestão das suas empresas e, a ser verdade, a inacção lesou o interesse público. Esse mesmo Estado tenta agora sacudir a água do capote ao recusar receber o resultado da auditoria, com base no sigilo bancário, o mesmo que se pretende abolir para conhecer quem tem mais de 50.000 euros nas suas contas.

Mais de dez anos a depois da concessão de crédito sem garantias, à re-

velia do departamento de risco, aprovadas pela administração, não existem ainda responsáveis. Mais de 1.200 mil milhões de euros concentrados em 64 créditos ficam sem apurar. O mais mediático foi o investimento em acções do BCP, quer pela própria CGD, quer financiando alguns grupos, sem garantias, fomentando uma tomada de controlo de um banco privado à custa do contribuinte.

Esta operação nunca foi bem explicada e não o foi porque não é do interesse dos deputados, que encerraram prematuramente a Comissão Parlamentar de Inquérito. Fica a pergunta: para que servem afinal os auditores se os seus avisos são ignorados, ou se ninguém olha para os conflitos de interesses pessoais e entre empresas, caso do BCP e da CGD.

Neste momento, a Caixa está capitalizada graças aos contribuintes e investidores que subscreveram obrigações, prometendo até, segundo o Orçamento do Estado aprovado para 2019, iniciar a distribuição de dividendos, numa ilusão óptica para as contas públicas.

Enquanto a consequência da irresponsabilidade política ou da gestão se cingir apenas a não ser reeleito, sem consequências económicas, sanções ou até a prisão de responsáveis, não teremos gestores à altura e capazes, uma vez que o sistema está mais vulnerável à captura por interesses.

Não é só em Portugal que o sector financeiro continua no centro das atenções da classe política. Na Alemanha, a ideia do governo alemão de fundir o Deutsche Bank com o Commerzbank não deixa de

ser uma ironia na nova arquitectura europeia de supervisão bancária, que devia evitar a criação de grandes conglomerados demasiado grandes para falir.

Este aspecto demonstra por si só que a zona euro pouco aprendeu com a crise financeira, e menos ainda a lidar com o peso que estas entidades de grande dimensão podem ter em termos de concorrência e de impacto económico, quando confrontadas com uma recessão ou crise nos mercados financeiros.

Enquanto os políticos não deixarem os mercados funcionar e mantiverem agendas escondidas, não podemos esperar uma sociedade melhor. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

NOVO BANCO¹



O melhor Banco de Trade Finance em Portugal.

Oferta customizada, experiência sólida e competências reconhecidas globalmente, constituem os instrumentos certos para as empresas. Juntos fazemos a diferença nas operações de comércio internacional, competência reconhecida pela **GLOBAL FINANCE em 2019** (relativa à actividade de 2018).

As nossas equipas de Trade Finance abrem caminho para o seu negócio internacional de apoio à exportação.

Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.

tradefinance@novobanco.pt

OPINIÃO

OPINIÃO

“Há um tempo para todo o propósito debaixo do céu”



PATRICIA FRAGOSO MARTINS
Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Não é fácil ficar imune ao alvoroço que tomou conta da Câmara dos Comuns nos últimos dias. A experiência democrática britânica é apaixonante e muito temos todos a aprender com ela.

Malgrado os discursos inflamados, aqui e ali quase apocalípticos, a agitação actual reflecte a importância e a solenidade do momento: aquele em que os representantes do povo são chamados a votar um acordo que afectará a vida da comunidade de forma inelutável nos anos por vir. Acordo esse que pretende implementar uma decisão soberana do povo, a qual tem

como contraponto histórico o momento em que esse mesmo povo, nos mesmos moldes, manifestou a vontade de aí permanecer.

Acontece que, espante-se, o processo de desintegração europeia é mais complexo que o da integração. Começar é mais fácil que terminar. Enquanto ali se espera, se acredita, se investe; aqui, se desespera, se desconfia, se esmorece.

A separação, tal como a união, não pode deixar de se entender sobretudo por aquilo que primeiramente é: um processo, um caminho. Como tal, é feita de avanços e recuos, pausas e intervalos. Requer forças, lucidez, tempo.

Certamente, por isso, os Estados-Membros estabeleceram nos Tratados o prazo (indicativo) de dois anos para negociar os termos da saída. E certamente também por isso assumiram que poderia ser necessário estender este prazo quando as partes nisso assentissem unanimemente. Cientes de que quanto mais acauteladas estivessem as dificuldades que se podem antever, melhor preparado se esta-

rá para as que inevitavelmente escaparão a qualquer antevisão.

E reconheça-se, com justiça, a complexidade do processo negocial em causa. Alcançado um entendimento quanto aos pontos tidos por fundamentais, as negociações fazem-se pelo meio, entre linhas verdes e vermelhas, aí onde alegadamente reside a virtude. Acontece que, como bem dizem os ingleses, “the devil is in the detail”, e quando se trata de dividir soluções concretas para consensos difíceis, as premissas de que se partiu podem rapidamente ser postas em causa.

Não deve, assim, constituir surpresa que tenha efectivamente chegado esse momento prenunciado: aquele em que, apesar de todos os esforços, é preciso mais tempo. Não tendo o Reino Unido viabilizado o acordo de saída, não resta senão concretizar o que se adivinhou. Prorroguem-se então os prazos. Todos: o de saída, o de transição, o de negociação. Pois que, se o tempo urge, urge mais tê-lo em mãos. É que, como bem ensinava Sófocles, só ele “vê, escuta e revela tudo”. ●

A TRIBUNA SOCIAL

O sigilo e a devassa bancária



EDUARDO TEIXEIRA
Economista e Conselheiro Nacional do PSD

O Parlamento aprovou, a 11 de janeiro e por proposta do Governo, com os votos do PS, do BE e da CDU, uma nova lei que prevê o levantamento do sigilo bancário, com o envio anual ao Estado e às Finanças do saldo das contas dos residentes em Portugal, que, num mesmo banco, ultrapassem os 50 mil euros.

Pretende-se, inclusive, que arranque muito em breve a possibilidade de as Finanças receberem esta informação relativa a 2017 e 2018, para que se forme um histórico que permita comparar a evolução dos valores das poupanças dos cidadãos.

Por outras palavras, este diploma obriga as instituições financeiras a reportar automaticamente e anualmente ao Fisco os valores que um

contribuinte residente em Portugal tenha nas várias contas que possam estar em seu nome e que excedem os 50 mil euros no final de cada ano civil. Ou seja, quem tem poupanças ou participa em contas familiares acima deste valor verá essa informação ser fornecida às Finanças, que decidirá se existem ou não razões para uma inspeção ou para um exame mais completo e rigoroso da informação com movimentos das contas incluídos. Tudo em nome de um pretenso combate à fraude e à evasão fiscal. A questão que se levanta é se a divulgação destes nomes não coloca em causa, não só o sigilo bancário, como a proteção dos dados, também estes direitos consagrados na lei. E será que o levantamento do sigilo bancário de forma automática é benéfico para o sistema financeiro português? E qual a vantagem do ponto de vista fiscal, considerando que o Estado já detém a informação dos juros que cada cidadão recebe?

Há ainda outro problema que se agudiza com esta medida, que será o trazer ainda mais barreiras à criação de poupança, agravando os terríveis níveis baixos já existentes, ou podendo ainda provocar uma fuga de capitais para outros mercados, com to-

dos os efeitos inerentes e nefastos para a nossa economia.

Por outro lado, o que este diploma vem intensificar são os riscos de ver circular pelo Estado a informação financeira dos cidadãos, antes circunscrita aos bancos e aos gestores de conta e que agora ficam à mercê do Fisco, abrindo as portas à devassa da vida dos portugueses (convém esclarecer que a lei aprovada não dá qualquer garantia sobre a forma como as Finanças irão proteger os dados dos cidadãos). Obviamente que este é um tema tão político quanto populista: a lei passou com os votos da ‘frente esquerda’, a meses das legislativas.

O que interessa reter neste tema é que o sigilo bancário é vital para a democracia. Para os direitos dos cidadãos. Para a sobrevivência do sistema financeiro. Quando falamos em poupanças, falamos na maioria das vezes em economia familiar, em titulares de contas que o são por afinidades familiares, nem sempre donos das aplicações. O montante dos 50 mil euros é curto para justificar tamanho voyeurismo. Não é difícil de prever que o Fisco irá ficar entupido em análises de poupanças de depositantes e de cidadãos cumpridores. Porque, na realidade, é disso que falamos. ●

O PODER DA PALAVRA

Caixa Geral de “Destroços” (I)



JOÃO GONÇALVES PEREIRA
Deputado e Vereador do CDS-PP na CML

Eu sou daqueles que defende que o Estado deve ter, ou pode ter, um banco público que ajude a regular o mercado e que possa potenciar, em nome do interesse nacional, a nossa economia.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) era, até há bem pouco tempo, uma das entidades bancárias com maior notoriedade em Portugal. Hoje, a reputação e a credibilidade volatilizaram-se como ativos, porque uns ditos “administradores” entenderam ignorar os departamentos de risco e *compliance* que existiam no banco público. Infelizmente, algumas Administrações da Caixa, designadamente durante o “período Sócrático”, andaram a brincar com o dinheiro dos seus clientes. Hoje, sabemos que houve empréstimos concedidos a amigos de banqueiros, como se o dinheiro emprestado fosse dos próprios e em total desrespeito pela confiança que os depositantes conferiram ao banco.

Estas irresponsabilidades têm rostos e tem de haver responsáveis a responder pelas desastrosas decisões. Muitos milhares de milhões estão a ser retirados às famílias e às empresas portuguesas para pagar as tão faladas imparidades dos bancos, que mais não são do que “calotes de colarinho branco”.

Só na Caixa, esses “calotes” superaram os 1.200 milhões de euros. No ano passado, o Estado português capitalizou a CGD em 3.900 milhões

de euros. Isto é, os impostos que famílias e empresas portuguesas colocaram na Caixa a fundo perdido (uma vez que não haverá retorno desse dinheiro), cerca de 3.900 milhões de euros para corrigir os devaneios de banqueiros irresponsáveis.

Não gosto de generalizações e, por isso, é justo também querer destacar a elevada competência e seriedade da grande maioria das equipas de gestão e administração que passaram pela CGD ao longo da sua história. Mas também é justo, para com o povo português, que sejam exigidas todas as responsabilidades aos (ir)responsáveis do “nacional amiguismo”.

No entanto, e porventura mais importante do que saber o nome dos amigos dos banqueiros, é saber o que é que as autoridades nacionais – nomeadamente o Banco de Portugal na qualidade de entidade supervisora – têm feito, por exemplo, para impedir que estes “mega-devedores” e as suas empresas possam recorrer ao crédito junto de instituições financeiras em Portugal. Andam esses “mega-devedores” des preocupadamente a fazer bom uso do “calote” em despesas pessoais ou nos seus interesses empresariais? O que é que está a ser feito? Ou nada está em curso?

António Costa e Mário Centeno têm de dar explicações ao país sobre quais foram, são, ou virão a ser, as consequências para aqueles que andaram imprudentemente a brincar com o dinheiro que estava à guarda do banco estatal. O Governo não pode ficar mudo perante explicações que são devidas aos portugueses, principalmente perante aqueles que são sérios e que cumprem as suas obrigações fiscais. Porque ainda há muito a dizer sobre este assunto, como os próximos dias se encarregarão de comprovar, na próxima semana será publicada a segunda parte deste meu artigo sobre o presente e o futuro da CGD. ●



Peter Schneider/EPA via Lusa

Num país dominado por temas futebolísticos, não pode passar sem referência o triunfo alcançado por João Sousa, indubitavelmente o melhor tenista português da actualidade e que há poucos dias se sagrou o primeiro jogador português de sempre a atingir as meias-finais do Open da Austrália em pares, após vencer com Leonardo Mayer a dupla Raven Klaasen-Michael Venus. Para ele, e como adepto do desporto, o meu reconhecimento e sinceros parabéns!

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

QUANDO A TEMPESTADE ACABA, A FIDELIDADE CONTINUA.

Quando a tempestade chega, e o vento e a chuva derrubam, estamos ao lado de quem precisa para ajudar a reconstruir e a reerguer. Continuamos juntos na proteção e na assistência a cada pessoa.

Somamos esforços e multiplicamos vontades para sermos mais fortes e estarmos mais próximos das pessoas. E continuamos para além das cidades, para chegarmos às freguesias de norte a sul do país. Se a tecnologia nos faz chegar mais rápido, é com o coração que chegamos mais perto. Foi com este espírito que há mais de 200 anos demos o nosso primeiro passo. E, desde então, não parámos.

Em qualquer lugar, em todos os momentos, a Fidelidade continua.

PARA QUE A VIDA NÃO PARE

fidelidade.pt



Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. • NPC e Matricula 500 918 880, na CRC Lisboa • Sede: Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa - Portugal • Capital Social € 457 380 000
Linha de Apoio ao Cliente: T. 808 29 39 49 • E. apoiocliente@fidelidade.pt • Atendimento telefónico personalizado nos dias úteis das 8h às 23h e Sábados das 8h às 20h.

MUNDO

ARMAMENTO

Washington e Moscovo estão num impasse atómico

Subsecretária de Estado norte-americana Andrea Thompson admite que “lamentavelmente, mas não surpreendentemente”, não houve nenhuma evolução nas negociações para manter o tratado que ajudou a reduzir perigo nuclear na Europa.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

A subsecretária de Estado norte-americana para o Controlo de Armas e Segurança Internacional, Andrea Thompson, acusou a Rússia de não avançar com propostas concretas que possam servir de base de entendimento para que os dois países salvem o Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Inter-médio (INF), assinado em dezembro de 1987 por Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev.

Thompson, acabada de chegar de uma reunião em Genebra com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Ryabkov, afirmou – em conferência com um grupo restrito de órgãos de comunicação social europeus de que o Jornal Económico faz parte – que “lamentavelmente, mas não surpreendentemente, não pudemos alcançar qualquer evolução com a Rússia” sobre o tema.

O Tratado INF previa que fossem eliminados os mísseis balísticos, incluindo nucleares, com alcance entre 500 e 5.500 quilómetros e que nenhum outro dispositivo semelhante fosse construído. Mas, em 20 de outubro passado, o presidente norte-americano, Donald Trump, disse publicamente que, face às constantes violações por parte da Rússia nos últimos anos, iria rasgar o documento. Pouco depois, Trump esclareceu que já tinha planos para regressar à produção do tipo de mísseis que o Tratado pretendia eliminar.

“Os russos pediram uma reunião em dezembro e nós dissemos que sim: estamos dispostos a ouvir, e formámos uma delegação de alto nível para discutir o Tratado INF com o meu colega russo”, recorda Andrea Thompson. Mas, apesar do aparente esforço de aproxima-

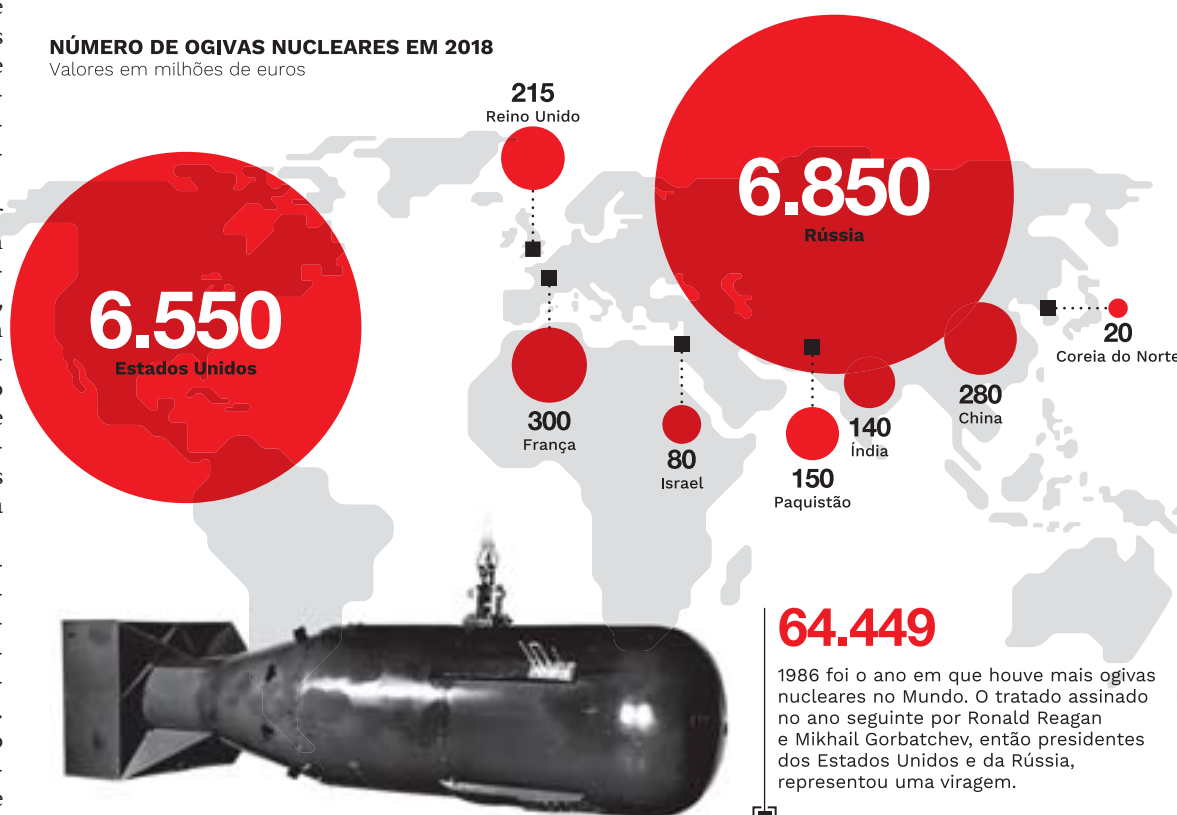
NUCLEAR

ARMAS CAPAZES DE DESTRUIR A HUMANIDADE SOBREVIVERAM AO FINAL DA GUERRA FRIA

Nem todas podem ser usadas a qualquer instante, mas nove países têm milhares de ogivas nucleares. Rússia e Estados Unidos concentram a maioria das principais armas de destruição em massa e teme-se que haja uma escalada devido à falha nas negociações entre Washington e Moscovo.

NÚMERO DE OGIVAS NUCLEARES EM 2018

Valores em milhões de euros



“LITTLE BOY”

“Little Boy” foi a alcunha dada à primeira bomba atômica utilizada em tempos de guerra. Pesava 4,4 toneladas e tinha 64 quilos de urânio. Criada no laboratório de Los Alamos, no âmbito do Projeto Manhattan, levou à vitória dos EUA sobre o Japão na II Guerra Mundial e alterou o Mundo para sempre.

64.449

1986 foi o ano em que houve mais ogivas nucleares no Mundo. O tratado assinado no ano seguinte por Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, então presidentes dos Estados Unidos e da Rússia, representou uma viragem.

BOEING B-29 SUPERFORTRESS

Enola Gay tornou-se um símbolo do pesadelo nuclear a 6 de agosto de 1945, quando esse bombardeiro, pilotado por Paul W. Tibbets Jr., largou a bomba em Hiroshima. A cidade japonesa foi arrasada e morreram mais de 100 mil pessoas.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OGIVAS NUCLEARES NO MUNDO

Valores em unidades



Fonte: thebulletin.org

ção, a Rússia, segundo a subsecretária de Estado, nada tinha para oferecer.

O ponto prévio, disse, era que a Rússia aceitasse uma verificação internacional do cumprimento do Tratado INF face às suspeitas de que Moscovo voltou a produzir armamento do tipo proibido, mas não foi possível qualquer entendimento. Segundo a subsecretária de Estado, os Estados Unidos não vão mover-se desta cláusula, o que parece pressupor que as negociações estão num impasse – uma vez que o vice-ministro do Ministério liderado pelo poderoso Serguei Lavrov não deu mostras de abertura face à pretensão contrária.

Mal deixou Genebra, Andrea Thompson voou para a sede da NATO, em Bruxelas, para dar conta do teor da reunião aos Estados-membros europeus, sobre os quais recai o fantasma do regresso dos dias de chumbo da Guerra Fria. A subsecretária de Estado afirmou que “a NATO apoia fortemente as dúvidas que os Estados Unidos têm” sobre o cumprimento do Tratado por parte da Rússia e que agirá em bloco se se der o caso de as negociações continuarem.

Entretanto, o mundo vai acordando para um fantasma que paira sobre a Europa. Esta semana, na reunião do Fórum Económico Mundial de Davos, o ex-embaixador norte-americano William Burns, disse à plateia que se assiste à pior crise entre os dois países por causa de armas nucleares desde que, em 1962, o mundo esteve à beira da guerra total durante a crise dos mísseis em Cuba. Burns não se esqueceu de enfatizar que, “para o bem e para o mal, os Estados Unidos e a Rússia têm responsabilidades únicas nas questões nucleares e, quando não estão à altura delas, isso tende a inspirar os piores comportamentos da parte de outros países”. ●

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

OPINIÃO

Uma economia competitiva e inovadora



CHRIS SAINTY

Embaixador do Reino Unido em Portugal

Tal como eu, provavelmente quem está a ler este artigo terá começado o ano muito atento ao que se tem passado na Câmara dos Comuns. E pode muito bem ter a expectativa de encontrar aqui uma previsão definitiva sobre o que vai acontecer a seguir no processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

Por muito que eu gostasse, essa é uma previsão muito difícil de fazer. O Governo Britânico continua empenhado em alcançar um acordo e está a fazer um enorme esforço para o conseguir. Com mais um debate parlamentar sobre o tema e uma nova votação na próxima semana, o processo vai avançar e o caminho a seguir tornar-se-á mais claro. No entanto, há ainda muito a decidir. Será claramente um ano de mudança e desafios, mas quero focar-me aqui nas certezas que temos relativamente a 2019.

Em primeiro lugar, a economia do Reino Unido continua aberta ao exterior e com um bom desempenho. Os números recentes divulgados a 11 de janeiro pelo nosso Instituto Nacional de Estatística (ONS), revelam que as exportações (bens e serviços) até novembro de 2018 tinham atingido 630 mil milhões de libras – mais 13,9 mil milhões de libras que no ano anterior. Isto significa que houve 32 meses consecutivos de crescimento das exportações com base em períodos de 12 meses.

À medida que desenvolvemos a nossa Estratégia Industrial moderna, queremos aproveitar os nossos pontos fortes, procurando transformar a nossa economia numa economia altamente qualificada e competitiva que beneficie todos. A nossa economia tornar-se-á

mais inovadora comercializando a nossa elevada base científica à escala mundial, desenvolvendo novas tecnologias e promovendo o crescimento através de todo o Reino Unido.

Sendo a quinta maior economia do mundo, continuamos a atrair mais investimento direto estrangeiro que qualquer outro país europeu. O empreendedorismo no Reino Unido está mais forte do que nunca, havendo mais de mil empresas que se lançam todos os dias no Reino Unido. O número de empresas em regiões como Londres, Edimburgo e Belfast aumentou dois milhões entre 2010 e o início de 2016 – um crescimento de 20%.

O novo “visto para startups” foi anunciado recentemente e entra em vigor na primavera. Trata-se de um visto simplificado para empreendedores que lancem o seu primeiro negócio e tenham ideias comerciais fortes. Com o apoio da nossa equipa comercial em Lisboa, muitas empresas portuguesas de sucesso têm-se estabelecido no Reino Unido e tenho a certeza que isso vai continuar a acontecer em 2019.

A nossa relação com Portugal está construída sobre fundações muito fortes. Somos amigos, aliados e parceiros de negócios há séculos. E se por um lado 2019 irá trazer mudanças, por outro não tenho a menor dúvida de que o carinho e a intensidade da nossa relação perdurará. A minha equipa e eu iremos trabalhar incansavelmente para alcançar esse objetivo. ●

Somos a quinta maior economia do mundo e continuamos a atrair mais investimento direto estrangeiro que qualquer outro país europeu

ISEG MBA

INSCRIÇÕES ONLINE
www.idefe.pt/mba

- O MBA da Universidade de Lisboa
- Acreditado internacionalmente pela AMBA
- Semana de Imersão numa Business School Internacional
- 18 meses com horário pós-laboral
- +1000 MBAs formados desde 1984
- Lecionado em inglês



Luís Pinto
Bachelors in Applied Chemistry
PhD in Organic Chemistry
MBA from ISEG

“The experience of ISEG MBA has been great, allowing me to grow my knowledge of management, its pitfalls and to find my inner manager features.”

ISEG- LISBON SCHOOL OF ECONOMICS & MANAGEMENT
RUA DO QUELHAS, 6, 1200-781 LISBOA / PORTUGAL

☎ (+351) 213 925 813

✉ mbaisseg@iseg.ulisboa.pt www.idefe.pt/mba

ACCREDITATIONS:



MEMBER:



RANKINGS:



EMPRESAS

AUTOESTRADAS

Novos acionistas da Douro Litoral pedem reunião ao IMT

O concedente Estado não comenta. A Brisa também não. O IMT ficou mudo. Ninguém se pronuncia sobre a execução do penhor que os fundos credores fizeram esta semana à concessionária que era controlada pela Brisa. Agora pedem reunião com o regulador.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Pela primeira vez em Portugal um conjunto de *hedge funds* - informalmente designados como “fundos abutres” - executou parte da dívida detida em duas empresas, assumindo uma dessas empresas como penhor. O valor total da dívida ronda os 1,6 mil milhões de euros. As devedoras eram as concessionárias de autoestradas Brisa e Douro Litoral e o incumpridor era o grupo concessionário Brisa. A execução foi feita à Douro Litoral. Os fundos apropriaram-se desta concessionária e nomearam novos administradores, afastando o Grupo José de Mello da sua gestão. Além da situação ser incomum, nenhum responsável do concedente Estado, da tutela governamental, dos organismos reguladores e da própria Brisa fez comentários. Tudo se passou no maior silêncio.

Mas, afinal, que aconteceu na concessionária de autoestradas Douro Litoral? “Aconteceu o mesmo que se passaria quando alguém decide executar um penhor. Os credores apropriaram-se da empresa”. É desta forma simples que os advogados explicaram ao Jornal Económico o que se passou esta semana com a AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral.

Tudo ocorreu na manhã de quinta-feira, 24 de janeiro. As participações sociais da concessionária AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral foram transferidas para um conjunto de credores da Brisa, liderado pelos fundos de investimento geridos ou assessorados pela Strategic Value Partners e suas afiliadas, a SVP Global e a Cross Ocean Adviser, mais as sociedades que lhe estão relacionadas. Depois divulgaram um comunicado. O passo seguinte foi pedirem uma reunião com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), com o administrador Eduardo Feio, provavelmente para ocorrer já na próxima semana, conforme o Jornal Económico apurou. No entanto, antes de executarem o penhor tentaram ter reuniões com elementos do Governo, mas nunca foram recebidos em audiências relevantes.

Agora, sob o ponto de vista prático, que significado tem a execução do



penhor? “Não mais que a execução de um crédito. Os credores pretendem receber um valor, supostamente elevado, pela dívida que controlam, mas o devedor não aceitou o valor que lhe pediram. Por isso executaram garantias, apropriando-se da empresa”, esclareceram ainda os mesmos advogados.

Terceira questão: que valor jurídico tem essa execução à luz da concessão que a Douro Litoral detém? “A grande dúvida está aí e só os contratos de concessão poderão confirmar se, para gerir a concessionária e continuar a operar as autoestradas incluídas nessa concessão, precisam que o concedente Estado aprove a alteração dos acionistas ou, ainda, se precisavam que a operação de apropriação da empresa implicaria uma autorização prévia do governante com tutela direta”, concluem.

O Jornal Económico questionou a Brisa sobre esta situação totalmente incomum em Portugal. Mas a Brisa diz que “não tem comentários a fazer neste momento”.

O IMT também não faz comentários. E o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, que tutela diretamente as concessões das autoestradas também não faz comentários.

Esta operação surgiu de uma forma que pode ser considerada hostil.

No entanto, este processo não começou há pouco tempo. Pelo contrário. Arrastou-se durante meses. Sabia-se que os fundos tinham aberto conversas informais sobre os valores que poderiam aceitar. Mas a Brisa nunca admitiu que poderia chegar a pagar tais valores.

Mas o facto do concedente Estado não se ter pronunciado também não significa que não pondere a situação atual e que não possa encontrar nesta operação uma forma de solucionar um problema para o qual ainda não tinha resposta. A 17 de janeiro o Jornal Económico tinha contactado o IMT, para saber se os fundos SVP Global, Deutsche Bank, JP Morgan e Cross Ocean poderiam executar a cláusula “step in” que diziam ter relativa ao contrato de aquisição de dívida da Brisa e assumir as concessões da Brisa e Douro Litoral se não obtiverem as contrapartidas pretendidas relativas à dívida da Brisa que adquiriram no mercado. Resposta: “o IMT não comenta”. Na realidade, a execução do penhor sobre as ações não é tecnicamente igual ao *step in*, mas os efeitos práticos são quase idênticos.

O Jornal Económico sabe igualmente que os credores e os representantes dos fundos se encontravam em fase de conversações com a Brisa sobre soluções a adoptar rela-

tivamente a este processo, quando a concessionária foi confrontada com a divulgação do comunicado dos credores.

O Jornal Económico também sabe que o processo da Douro Litoral é mais simples que o da Brisa - que é muito mais complexo juridicamente e não permite concretizar e executar penhoras ou uma cláusula *step in* tão facilmente.

Adianta o comunicado dos credores que “nos últimos cinco anos, a AEDL tem incumprido as suas obrigações de pagamento de reembolsos de capital, juros, custos e comissões dos seus contratos financeiros, devido a uma estrutura de custos elevada e níveis de tráfego que estão abaixo das expectativas originais”.

“Os novos acionistas, com uma vasta experiência em investimento em infraestruturas e gestão de autoestradas com portagens, e uma presença noutros investimentos em Portugal, estão empenhados em garantir que o serviço público não sofra interrupções ou alterações nos níveis de serviço e segurança”, adianta o comunicado, esclarecendo que “o principal foco da nova administração da AEDL é assegurar a qualidade do serviço aos utilizadores”.

“Foram nomeados três novos administradores independentes para o

Conselho de Administração da AEDL. Andy Pearson, que atuará como presidente do conselho de administração, tem mais de 10 anos de experiência no setor de infraestruturas, mais recentemente como ex-CEO da autoestrada com portagem M6 no Reino Unido, e como diretor da autoestrada com portagem SH 130 no Texas. A equipa de gestão será liderada por José Custódio dos Santos, diretor geral da concessão. José Custódio dos Santos tem mais de 30 anos de experiência em cargos executivos em concessões de infraestruturas em Portugal, incluindo como ex-CEO da MSF Concessões e CEO da Auto-Estradas do Atlântico e Auto-Estradas do Litoral Oeste”, detalha o comunicado.

O presidente do conselho de administração, Andy Pearson, refere no mesmo comunicado que “a AEDL é um ótimo ativo, com perspectivas futuras fantásticas. A estrada, que é um componente chave da infraestrutura para a área do Porto, continuará a desempenhar um papel no desenvolvimento económico da região e tem um potencial significativo para aumentar seus níveis de tráfego. Tenho o prazer de trabalhar com o José Custódio, que traz um profundo conhecimento local e operacional para o projeto”.

O comunicado termina com as declarações de José Custódio a afirmar que “hoje começa um novo período para a AEDL, com a nova estrutura acionista, que proporciona à concessão uma base financeira fortalecida que garantirá o seu futuro. Tenho o prazer de trabalhar com o novo conselho de administração e os nossos novos acionistas. A principal prioridade da equipa de gestão será assegurar que a concessão forneça aos seus clientes os mais altos níveis de serviço e segurança”.

Contactado pelo Jornal Económico, o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas não faz comentários. O Jornal Económico contactou com vários advogados especialistas nesta área que admitiram que, no caso do contrato da AEDL, era fácil executar o penhor sobre as ações, explicando que o próprio contrato de concessão tem prazos legais que orientam as posições de todas as partes envolvidas. ● NMS

activeONE

Veículos de transporte automatizado para a Indústria 4.0
LOGÍSTICA SIMPLIFICADA, MAIOR PRODUTIVIDADE!



ECONOMIA DE CUSTOS COM MOVIMENTAÇÃO AUTOMATIZADA DE CARGAS

Os AGV ActiveONE são veículos automatizados para transporte de materiais e mercadorias em instalações de fabrico e armazenamento. Com elevada capacidade de carga e rentabilidade são facilmente adaptáveis às infraestruturas e sistemas de gestão de diferentes sectores de actividade, apoiando integralmente operações de alta cadência 24h/7.



Configurações base de AGVs: ActiveONE com elevação hidráulica ou pino rebocador, ActiveONE com Transportador de Rolos e ActiveONE XL.

EMPRESAS



Cristina Bernardo

causa questões da “independência”, que não se confirmaram.

Carlos Tavares vai acumular com presidência do BEM

Os estatutos do banco permitem que exista um presidente do conselho de administração com dois administradores delegados (executivos), e é esse o modelo que vai ser adotado para o banco de investimento do Montepio, que adotará a designação de BEM - Banco de Empresas Montepio.

Carlos Tavares vai assumir a presidência do BEM, que está a recrutar dois administradores executivos que vêm de fora do Grupo, soube o Jornal Económico.

O BEM será lançado em março, depois de concluído o “encarteiramento das empresas no seio do banco Montepio”, disse uma fonte conhecedora do processo. Todas as empresas com vendas superiores a 20 milhões passarão para o BEM e passarão a ser acompanhadas por este banco que, para além do crédito, oferece serviços de assessoria financeira, monta operações de capitalização e emissão de títulos, entre outras.

No entanto, a nova estrutura organizativa do grupo financeiro entra em vigor já no início de fevereiro, segundo as nossas fontes.

Montepio avança já com processo de escolha de auditor

Depois da decisão da CMVM de não autorizar a prorrogação da KPMG como auditor da Caixa Económica Montepio Geral por mais dois anos, o banco vai imediatamente lançar um concurso para escolher um auditor para um novo mandato que começa este ano. Em concurso estarão a Deloitte, a PwC e a EY.

A CMVM disse ontem que “o processo de decisão está concluído após um período de audiência prévia, que abrimos para que o Montepio pudesse trazer novos argumentos. Não foi o caso, portanto, a decisão final confirma a primeira decisão”, afirmou Gabriela Figueiredo Dias, num encontro com jornalistas. Carlos Tavares tinha avançado com um requerimento para, ao abrigo do regime de exceção, a CMVM autorizar a prorrogação do mandato da auditora KPMG, por dois anos. O argumento invocado pela administração de Carlos Tavares foi a defesa da estabilidade de um banco que passou por uma tumultuosa alteração dos órgãos sociais. A CMVM recusou o pedido, mas deu ao banco liderado por Carlos Tavares a possibilidade de apresentar argumentos em audiência prévia. O que acabou por acontecer. Mas após a audiência prévia, a CMVM manteve a recusa anterior. A CMVM (que desde 2016 tem a supervisão das auditoras) justificou que não estão preenchidos os requisitos para ser aplicado o regime de exceção à rotatividade obrigatória do auditor. ●

AValiação e ADEQUAÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS

Mutualista espera decisão do BdP sobre ‘chairman’ do Montepio

A Associação Mutualista está a contar que a decisão do Banco de Portugal sobre a avaliação do ‘chairman’ do Montepio, João Ermida, chegue até 9 de fevereiro. Carlos Tavares vai ser CEO do BEM.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

O processo de eleição de João Ermida para *chairman* do Banco Montepio ainda está em avaliação pelo Banco de Portugal (BdP). Fonte da Associação Mutualista disse ao Jornal Económico que espera que o supervisor financeiro se pronuncie até 9 de fevereiro.

Isto resulta do facto de nessa data se completar um mês desde que foram pedidos novos elementos pelo supervisor financeiro para o processo de *fit & proper* (adequação e avaliação).

Carlos Tavares acumula os cargos de *chairman* e CEO até haver um desfecho do processo de avaliação da idoneidade do can-

didato a *chairman* do Montepio.

Apesar de ter sido dada uma autorização pelo Banco de Portugal a Carlos Tavares para acumular as duas funções apenas até 21 de janeiro, a verdade é que o supervisor considera que esse prazo foi cumprido a partir do momento em que a Associação Mutualista e o banco por ela detido enviaram um nome para *chairman* (presidente não executivo) do banco ao supervisor bancário.

Se o nome de João Ermida for chumbado, o acionista teria de propor outro nome e o processo teria de ser reiniciado, o que implicaria um novo pedido de prorrogação da acumulação de funções a ser remetido ao Banco de Portugal. Mas nesse caso seria sempre por facto inimputável ao Banco Montepio.



JOÃO ERMIDA
Candidato a Chairman do Montepio



CARLOS TAVARES
Chairman do Montepio

Recorde-se que o presidente da Associação Mutualista, Tomás Correia, assumiu em comunicado que “endereço o convite a João Ermida”. O nome proposto para o cargo de *chairman* do Banco Montepio resultou de uma “articulação” entre Carlos Tavares e Tomás Correia, recentemente reeleito presidente da Associação Mutualista, dona do Banco Montepio.

Entretanto Carlos Alves, o outro administrador que esteve a ser avaliado e aprovado pelo BdP, e que levantou algumas questões ao supervisor, já foi aprovado e já está em funções no Banco Montepio.

O BdP chegou a levantar objeções ao nome de Carlos Alves, que foi proposto para presidente do Comité de Risco, por este ter vindo da CMVM, podendo estar em

FUSÕES E AQUISIÇÕES

CGD e Novo Banco recebem propostas para a Esegur

Fundo Atena Partners é um dos cinco candidatos à compra da empresa de segurança que entregaram propostas aos assessores Caixa BI e Haitong.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

A Caixa Geral de Depósitos (com 50% e o Novo Banco com 44%) receberam cinco propostas firmes para a compra da empresa de segurança que era do Grupo Espírito Santo, a Esegur, soube o Jornal Económico.

A lista de candidatos que no passado dia 19 de dezembro entregou as propostas aos bancos de investimento que estão a assessorar a operação – o Caixa BI e o Haitong Bank – é composta pelo Fundo Atena Equity Partner, liderado por Miguel Lancastre, pela Prosegur, pela Securitas, por uma empresa espanhola do setor e por um fundo chinês, cuja identidade não foi possível apurar, mas que estará a ser representado em Portugal pelo escritório SRS Advogados.

SIBS não foi a jogo

Para além destes candidatos que avançaram com propostas vinculativas, a SIBS chegou a levantar informação da Esegur. Mas acabou por não avançar com nenhuma proposta, segundo soube o Jornal Económico.

Os bancos de investimento entregaram na passada sexta-feira o relatório com a avaliação das propostas à CGD e ao Novo Banco, que o estão a analisar.

A decisão quanto ao vencedor do concurso não está, no entanto, ainda tomada, segundo fonte próxima dos bancos detentores da empresa.

A empresa que foi do GES está avaliada em aproximadamente 25 a 30 milhões de euros, segundo fontes ligadas ao processo. O valor do fecho da operação vai depender da data do *closing*, que neste momento não é possível prever devido ao facto de estar sujeito à autorização da Autoridade da Concorrência.

Prosegur e Securitas colocam questões de concorrência

Da lista de cinco candidatos só a

Prosegur e a Securitas apresentam um potencial problema de concorrência, uma vez que são concorrentes no mercado português. A escolha de um destes candidatos, poderá obrigar a Autoridade da Concorrência a uma investigação aprofundada e eventualmente à aplicação de remédios. Isto significa que o processo só ficará concluído depois da avaliação da Autoridade da Concorrência.

Isto porque, dentro da segurança privada, o segmento dos transportes de valores é dominado pela Esegur, com cerca de 55% de quota de mercado, a que se segue a Prosegur com 25%, a Securitas/Loomis com 20% e o Grupo 8 com uma posição de cerca de 2% a 3%. Logo, se algum dos dois ganhar a corrida, há uma excessiva concentração do mercado, já que se for a Prosegur fica com 80% do mercado, e se for a Securitas fica com 75% da quota de mercado.

Nenhum dos outros candidatos está a operar no setor em Portugal, pelo que a escolha de um dos restantes candidatos tornaria o *closing* da operação mais célere.

Segundo as nossas fontes, a ven-

da da Esegur não é um dossiê urgente para os bancos uma vez que, dada a pequena dimensão, não faz parte das obrigações assumidas perante a DG Comp (DG da Concorrência) europeia, aquando da recapitalização. Quer a CGD, quer o Novo Banco, estão sob compromissos assumidos com Bruxelas impostos como remédios pela ajuda de dinheiros públicos à recapitalização.

Alienação da Esegur arrasta-se desde 2016

O processo de venda da Esegur, empresa de segurança especializada em transporte de valores, começou por ser lançado em 2016. Mas foi interrompido entretanto e só voltou a ser relançado no final de 2018.

Já na altura, em 2016, a Prosegur estava na corrida, bem como o Fundo Atena Equity Partners.

O fundo de *private equity* está vocacionado em investir em companhias que necessitem de assegurar a sucessão ou a sua reestruturação, bem como em unidades de negócios e empresas onde os grupos acionistas pretendem desinvestir (*carve-outs*).

Atena Partners lançou novo fundo de private equity

A Atena Equity Partners – cujos sócios são João Rodrigo Santos, Miguel Lancastre e Victor Guégués – anunciou esta semana que lançou um novo fundo de *private equity* de 75 milhões de euros para investir em empresas portuguesas. O novo fundo de *private equity* da Atena Equity Partners foi subscrito na totalidade por investidores institucionais internacionais privados da Europa e dos Estados Unidos da América, entre os quais fundos de fundos e fundações.

A sociedade de *private equity* alargou inclusive a sua base de investidores participantes nos fundos, fruto da sua estratégia de investimento que se afasta das apostas tradicionais da sua classe de ativos e dos resultados já alcançados no primeiro fundo Atena I. ● com VN

INDÚSTRIAS 0.4

‘Velhennials’



XAVIER RODRÍGUEZ-MARTÍN
Empresário

Quando falamos do impacto transformacional das tecnologias digitais na vida das pessoas, pensamos imediatamente nos nativos digitais. Mas a verdade é que a mudança é transversal a todas as faixas etárias.

Os nativos digitais têm os seus próprios rituais de passagem, sendo o mais marcante o momento em que recebem o seu primeiro dispositivo digital de utilização pessoal, tipicamente na forma de um écran portátil que nasceu sendo um telefone e transformou-se numa coisa muito diferente. A partir desse momento, esses equipamentos acompanham-nos, com diferentes funções, até à nossa velhice.

De forma um tanto surpreendente, os mais velhos têm adotado massivamente as novas máquinas digitais. Utilizam-nas para ocupar o tempo com aplicações específicas de entretenimento, companhia, ginástica mental ou monitorização da saúde; e para manter uma ligação permanente à família, muitas vezes dispersa em localidades remotas.

Uma verdadeira panóplia de aplicações que fomentam o *fitness* digital da terceira idade e que são um banco de provas da ligação, através de sensores, do mundo biológico, mais frágil nesta altura da vida, à Internet. E também um laboratório para explorar as associações entre dados e emoção e comprovar que a vinculação emocional, ainda mais profunda nesta fase da vida, é a chave para captar e fidelizar clientes.

Mas, além das aplicações que endereçam as circunstâncias biológicas e sociais das pessoas de idade avançada, as plataformas digitais abrem novas perspectivas laborais a este coletivo, com base numas características teoricamente bem adaptadas às pessoas da terceira idade, entre as quais se destacam as seguintes: a divisão do trabalho em micro tarefas individuais de

muito curta duração; uma modalidade de externalização que requer contratar um número muito elevado de pessoas para garantir permanentemente a resposta à procura; a alocação instantânea da prestação de um serviço aos trabalhadores disponíveis em cada momento; e a liberdade das pessoas para determinar o seu horário e disponibilidade para trabalhar.

Ou seja, as características do trabalhador do futuro, que são a autonomia, a flexibilidade e a “remotividade”, encaixam surpreendentemente bem com os velhos.

Infelizmente, muitas pessoas de idade avançada estão a ver-se obrigadas a entrar nesta nova economia não como opção mas como consequência do desemprego ou da degradação das pensões de reforma. Chama a atenção a quantidade cada vez maior de pessoas com cabelos brancos nas manifestações de reivindicações sociais, que são testemunhas de um mundo que já não existe e reivindicam o seu regresso impossível.

Há já algumas décadas chamava-me a atenção a quantidade de hospedeiras de terceira idade que encontrava nas companhias aéreas norte-americanas. Pensava eu que era uma anomalia que respondia à ganância dos anglo-saxónicos perante a minha inferência errada de que o sistema social europeu era no mundo a regra e não a exceção.

Este é um âmbito em que, mais uma vez, as tecnologias digitais levam-nos a flutuar entre o horror e a maravilha. Mas a realidade é que os *bits* cor de prata têm cada vez um peso maior na sociedade e na economia. E, na era dos robôs, a humanidade será um elemento de diferenciação e uma vantagem competitiva, o que poderá contribuir para recuperar a relevância das pessoas de mais idade, que são habitualmente também mais humanas. ●

Os ‘bits’ cor de prata têm cada vez um peso maior na sociedade e na economia

EMPRESAS



União Europeia

GUSTAVO SAMPAIO

gsampaio@jornaleconomico.pt

Aumenta a pressão sobre o Governo para reverter a privatização dos CTT - Correios de Portugal. O PCP avançou com um novo projeto de lei nesse sentido, entregue no Parlamento a 18 de janeiro, ao passo que o BE está a preparar uma iniciativa similar. Acresce um projeto de resolução do PEV que está em discussão desde novembro de 2018. Alguns setores do PS também defendem a recuperação do controlo público dos CTT, mas o Governo deverá limitar-se à revisão do contrato de concessão do serviço postal universal, introduzindo condições mais exigentes.

No seio do Grupo Parlamentar do PS é notória e generalizada a insatisfação com a degradação do serviço postal, desde a privatização no final de 2013. Contudo, também predomina o ceticismo quanto à exequibilidade de uma reversão dessa mesma privatização. “A reversão não passaria em Bruxelas, nem no Centeno”, antecipa um deputado socialista. Perspetiva que é perfilhada por vários colegas da bancada parlamentar contactados pelo Jornal Económico. Em abstracto, apoiam a iniciativa. Na prática, consideram que não será concretizável.

A passagem obrigatória por Bruxelas resulta do facto de os CTT deterem uma licença bancária. Como tal, a entrada do Estado português no capital da empresa implica uma aprovação por parte da Direção-Geral da Concorrência da União Europeia. “À partida, teria que ser este o procedimento, o que se traduz num constrangimento muito grande. Seria muito complicado, quase impossível”, explicou na terça-feira Carlos Pereira, deputado e coordenador da bancada parlamentar do PS para os assuntos económicos, em declarações ao jornal “Público”.

Outro condicionamento seria a passagem pelo Ministério das Finanças, liderado por Mário Centeno, o qual dificilmente autorizaria uma despesa tão avultada. Recorde-se que o processo de privatização dos CTT - concluído em setembro de 2014 - gerou um encaixe financeiro de cerca de 909 milhões de euros para o Estado português.

A alternativa mais viável poderá ser a revisão do contrato de concessão. No dia 19 de janeiro, aliás, o jornal “Expresso” noticiou que “o Executivo de António Costa quer apertar as regras da concessão do serviço postal universal assim que terminar o atual contrato com os CTT, no próximo ano. Segundo soube o ‘Expresso’, se o atual Governo permanecer no poder após as legislativas, o objetivo é aumentar a exigência onde for preciso e

dotar a Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) das ‘armas’ jurídicas necessárias à prossecução da atual política do regulador das comunicações”.

A renacionalização dos CTT tem sido uma bandeira política dos comunistas e bloquistas ao longo desta legislatura. Em fevereiro de 2018, diplomas do PCP e do PEV para a recuperação do controlo público dos CTT foram chumbados no Parlamento, com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP. Na mesma ocasião, um projeto de resolução do BE visando a rescisão do contrato de concessão dos CTT também foi chumbado, com os votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PCP e PEV. No início de 2019, porém, comunistas e bloquistas voltam a insistir na reversão da privatização dos CTT, enquanto alguns setores do PS (nomeadamente as federações do Porto e do Algarve) estão a pressionar o Governo nesse mesmo sentido.

O PCP já apresentou um novo projeto de lei que “estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT”. No diploma em causa, os deputados comunistas reafirmam que “é um imperativo nacional, de soberania, coesão territorial e justiça social, que se inicie o processo de recuperação do controlo e gestão do serviço postal universal por parte do Estado, através da reversão da privatização dos CTT”. De acordo com o regime proposto pelo PCP, se for aprovado, “o Governo fica obrigado a concretizar a recuperação do controlo público dos CTT no prazo máximo de 180 dias após a entrada em vigor” da nova lei.

Por seu lado, o PEV entregou em novembro de 2018 um projeto de resolução visando igualmente a reversão da privatização dos CTT, o qual ainda está em discussão. “Quase cinco anos depois da privatização desta importante empresa e face à constante degradação do serviço prestado aos cidadãos, é tempo de repensar, não o contrato de concessão, aliás descaradamente incumprido, porque isso não resolverá rigorosamente nada, mas a própria propriedade dos CTT”, sublinham “Os Verdes”. Quanto ao BE, também pretende apresentar uma nova proposta. ●

REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO

Renacionalização dos CTT esbarra em Bruxelas e Centeno

Comunistas, bloquistas, verdes e alguns setores do PS querem recuperar o controlo público dos CTT. Regras da UE e restrições orçamentais impelem Governo a cingir-se à revisão do contrato de concessão do serviço postal.

“A reversão [da privatização dos CTT] não passaria em Bruxelas nem no Centeno”, antecipa um deputado socialista

CONFERÊNCIA TOWARDS A GREEN ECONOMY

“Economia mais verde faz sentido se pensarmos no futuro”

O antigo conselheiro ambiental de Obama e Al Gore discursou na cimeira ‘green’, em Lisboa. Em conversa com o JE, Juan Verde acredita que “sem o planeta, não há economia”.

JÉSSICA SOUSA

jsousa@jornaleconomico.pt

Juan Verde, conselheiro e assessor ambiental do ex presidente norte-americano Barack Obama e do vice presidente Al Gore, foi um dos convidados da conferência “Para uma Economia Verde: Oportunidades de Negócios e Desafios para o Século XXI”, que decorreu ontem, cabendo-lhe a abertura do evento.

Depois de um “bom dia” caloroso e em bom português, o ‘empreendedor do ambiente’ admitiu que o evento “Towards a Green Economy” é “uma grande oportunidade para instituições, governos mas também empresas e empresários” promoverem e adotarem políticas económicas mais ‘verdes’ e sustentáveis.

Estas medidas têm sido altamente reforçadas tanto por ONG e ambientalistas, como também pelos governos e empreendedores, e foi o principal tema desta cimeira. “Uma economia mais verde faz sentido na perspectiva competitiva. Faz sentido se pensarmos no lucro e se pensarmos no futuro, especialmente se as empresas quiserem ser competitivas no século XXI e se quiserem encontrar um equilíbrio entre a economia e o planeta”, reforçou mais uma vez o conselheiro ambiental. “Sem o planeta, não há economia e por isso não há razão que justifique o porquê de não ser uma prioridade”.

“O debate acabou: esqueçam o que o Trump diz, o facto é que as alterações climáticas são reais e nós, enquanto seres humanos, somos responsáveis por acelerar o processo”, afirmou. “Há uma hipótese que 90% das alterações climáticas sejam reais e que o nosso comportamento seja catastrófico para a economia global. Está na hora de agir”, rematou, no encontro organizado pela Câmara de Comércio Americana em Portugal (AmCham Portugal) e que decorreu no Auditório da EDP – Energias de Portugal, em Lisboa.

Atualmente, grande parte da responsabilidade para desacelerar o aquecimento global recai sobre as empresas. Em Portugal, empresas como a EDP, Galp Energia, The Navigator e a Jerónimo Mar-



Cristina Bernardo

tins têm sido continuamente premiadas por entidades internacionais pelas suas boas práticas ambientais. O CEO da The Navigator Company, José de Melo Bandeira foi também um dos oradores na cimeira e integrou o debate da ‘Mesa Redonda’ moderado pelo secretário geral da BCSD, João Meneses. Durante o debate, o diretor executivo da produtora de papel revelou ter sido estabelecida uma meta a favor da descarbonização total até 2035, “se calhar alguns de vocês pensam que não é suficientemente ambicioso, mas vai ser um desafio”, admitiu. “Vamos conseguir reduzir a utilização de combustíveis fósseis como recurso. As alterações climáticas já chegaram a Portugal. Acredito que temos de começar a trabalhar contra isso”, assegurou.

No entanto, e segundo aquilo que o ‘empreendedor do ambiente’ porto-riquenho afirmou numa conversa com o JE, a responsabilidade recai igualmente sobre os governos. “Se querem acelerar o processo, os governos têm que legislar estruturas reguladoras. Essas medidas têm que ser implementadas para que as empresas entendam que podem sofrer certas consequências. Acho que os governos não estão a fazer o suficiente, e a esta altura do campeonato, deviam

estar a fazer muito mais”, revela. “A razão por não estarem a fazer tanto dá-se ao facto das empresas estarem a bloquear e a pressionar os governos. O tal lobismo. Mas digolhe o seguinte: mais de metade da população mundial quer que os governos façam mais e melhor pelo planeta, e acho que está na hora de agirmos”, venceu Juan Verde.

E isso comprova-se. Segundo os dados da consultora Nielsen, que foram apresentados durante a conferência, 85% dos consumidores globais acredita que as empresas e os governos devem manter um papel mais ativo no combate às alterações climáticas. “Por isso é que eu digo às empresas e aos CEO que não há necessidade para tal [lobismo]. Há uma grande margem de lucro e competitividade em modelos sustentáveis. Os governos têm que legislar melhor, e têm que o fazer o mais rápido possível”, rema-

“Acho que os governos não estão a fazer o suficiente e, a esta altura do campeonato, deviam estar a fazer muito mais”

tou. Durante a sua palestra, Verde tocou em vários tópicos, sendo que um deles foi a importância da implementação de uma economia circular num contexto global. No mais recente estudo da Circle Economy, divulgado durante o Fórum Económico Mundial, em Davos, foi feito um apelo aos executivos mundiais para que tomem medidas para passarem de uma economia linear para uma circular. Uma que maximize o uso de ativos existentes, de modo a reduzir a dependência de novas matérias-primas e minimize o desperdício. Segundo o relatório, apenas 9% dos mil milhões de toneladas de materiais que entram na economia mundial são reciclados, uma percentagem que tem que aumentar drasticamente. Juan Verde acredita que as empresas não devem ter que escolher entre uma economia circular e uma economia baseada em energias renováveis, devem sim optar por modelos de negócio que obriguem estas empresas a serem mais responsáveis e a pensarem a longo prazo. “Estes novos modelos oferecem às empresas dois resultados” refere, “lucrar por pouco tempo ou lucrar durante muito tempo. As empresas têm que escolher fazer mais e melhor e isso pode significar, para algumas, adotar um modelo de negócio circular”, concluiu. ●

MERCADO PURO

CEO menos confiantes para 2019



FILIPE GARCIA

Economista da IMF,
Informação de Mercados
Financeiros

À margem da cimeira de Davos foram apresentados os resultados de um inquérito anual feito a mais de 1.300 líderes de empresas. Segundo os dados compilados pela PwC, 30% dos CEO consideram que o crescimento económico mundial irá abrandar nos próximos 12 meses, o que compara com apenas 5% há apenas um ano.

As perspetivas estão mais polarizadas, com 42% dos inquiridos ainda a prever uma melhoria das condições económicas. Foi na América do Norte que se observou o maior aumento de pessimismo, provavelmente devido às tensões comerciais e ao desvanecer dos efeitos do pacote fiscal de Trump.

As ameaças ao crescimento mais citadas pelos líderes de negócio são os conflitos comerciais, a incerteza política/populismo e o protecionismo que substituíram o terrorismo, as alterações climáticas e o aumento da carga fiscal no *top ten*. A maioria antevê que a Inteligência Artificial irá alterar significativamente os modelos de negócio.

Os resultados em Portugal também mostram maior prudência, mas com perspetivas mais positivas do que a média. Face aos resultados globais, nota-se a preocupação dos líderes nacionais em encontrar talento para as organizações. ●

A maioria dos líderes empresariais antevê que a IA vai alterar os modelos de negócio

EMPRESAS



Cristina Bernardo

Obriga-nos ao investimento de ter três pessoas no Brasil.

O que é a “carteira digital”, que será lançada ainda neste trimestre?

É uma aplicação 100% desenvolvida pela Pagaqui que vai servir um segmento da população que hoje em dia é servido pelos bancos. Os bancos têm as melhores soluções digitais, como os *homebankings*, mas têm custos de estrutura tão pesados que não lhes permitem fazer comissões mais baixas. Aquilo que vamos fazer é semelhante ao que faz a Revolut e a N26. Tudo o que é necessário é ter uma conta de pagamentos na Pecunia Cards, uma instituição de moeda eletrónica espanhola. Trata-se de um cartão de débito pré-pago, que é registado e é aberta uma conta *online*.

Este porta-moedas digital vai permitir empréstimos de curta duração abaixo dos 200 euros a 30 dias e serviços de poupança. Como irão fazer isso? Têm de estar associados a um banco.

Vamos fazer uma parceria com um banco português para o serviço do “Emprestaqui”. Acima de tudo queremos estar nos microempréstimos (microcrédito). Por exemplo, para uma pessoa que precise de um crédito de 30 dias para pagar uma conta da luz, da água... A nossa plataforma vai permitir essa funcionalidade. Há o estigma de que as pessoas não pagam o microcrédito, mas é ao contrário: é onde há menos incumprimento. Já o “Poupaqui” não é mais do que permitir poupanças programadas através de seguros de capitalização. É uma parceria que estamos a estudar com duas seguradoras, para permitir fazer poupanças programadas de pequenos montantes. Por exemplo, programar uma poupança de três euros/semana e de modo automático subscrever um seguro de capitalização. Trabalhamos um segmento que, tipicamente, nem sequer os bancos querem porque é caro e não é o seu ADN. Na prática, não concorremos, somos complementares.

Qual é a área mais forte da Pagaqui?

A cobrança de bilhética de transportes, que já representa 35% do nosso negócio. Carregamos o cartão Lisboa Viva, temos um acordo com o Metro do Porto e uma parceria com a Aveiro Bus e a Rede Expresso. No futuro, queremos disponibilizar muitos desses serviços na nossa carteira digital. Vamos passar a poder carregar os títulos de transporte na *app* ou carregar o Netflix. Os pagamentos em numerário vão desaparecer. Já está a acontecer na Europa, excepto na Alemanha, que é o único país que faz ainda pagamentos em dinheiro. ●

TRANSAÇÕES ELETRÓNICAS

“Os pagamentos em numerário vão desaparecer”

O CEO da Pagaqui, João Barros, controla uma rede de 3.000 pontos de venda no país e vai lançar este trimestre uma “carteira digital”. Já assinou um contrato para entrar no mercado brasileiro.

**MARIANA BANDEIRA
E MARIA TEIXEIRA ALVES**
mbandeira@jornaleconomico.pt

A Pagaqui, empresa portuguesa de serviços de pagamentos e carregamentos, vai lançar uma “carteira digital” e ‘voar’ até ao Brasil. O presidente executivo da empresa, João Barros, explica que quer alargar as funcionalidades desta *wallet* a empréstimos de curta duração (os microcréditos) e a poupanças de pequena dimensão. Para isso, vai estabelecer uma parceria com um banco e com duas seguradoras. Com uma estratégia afinada para o que considera ser o passo seguinte na evolução do mercado financeiro, o empresário não tem dúvidas: “A tendência é os bancos comprarem *fintechs*”.

Porque é que escolheram o Brasil?

Por uma questão de dimensão. O mercado brasileiro é muito específico neste setor porque 50% dos intervenientes nas transações não têm uma conta bancária e os pequenos retalhistas não têm tecnologia, subcontratam-na a parceiros. Em Portugal, temos sistemas próprios, integrados com os da Vodafone, e gerimos um ponto de venda (papelerias, tabacarias, mini mercados, bombas de gasolina...). Só temos dois intervenientes. No Brasil, a cadeia de valor da cobrança é mais extensa: há a processadora, as integradoras, as distribuidoras e os pontos de venda. O custo de cobrança é muito superior porque é preciso alimentar todos os elos. Se conseguirmos passar de cinco *players* para três o custo diminui.

A ‘app’ “carteira digital” permitirá abrir contas de pagamento numa instituição de moeda eletrónica e estará associada um cartão de débito pré-pago

Quem são os grupos brasileiros com quem estão a negociar a compra de uma posição maioritária?

Não os podemos identificar porque os negócios não estão fechados. Têm em conjunto 61 mil pontos de venda e empregam mais de 700 colaboradores. Em termos de faturação, estamos a falar de cerca de 300 milhões de euros. Mesmo que não se evolua para a aquisição vamos sempre fornecer-lhes tecnologia. Já foi assinado o primeiro contrato. Acho que vai haver seis meses de transferência de tecnologia e depois é um fio recorrente sobre toda a atividade. Temos expectativas de que tenha um impacto nas contas entre 1,5 milhões de euros e dois milhões de euros.

TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

Pagaqui lança máquinas para cartões de crédito

A empresa investiu cerca de 200 mil euros para apresentar o serviço de 'acquiring' e pretende criar uma rede de TPA de âmbito nacional.

A Pagaqui lançou este mês uma rede de oferta de Terminais de Pagamento Automático (TPA) para aceitar cartões de débito e crédito. A empresa nacional investiu cerca de 200 mil euros e pretende estender a oferta a todo o país. O objetivo no *acquiring* é chegar aos retalhistas que faturam no máximo 100 mil euros anuais e que não têm terminais por causa dos custos que lhes estão associados.

"Além das bombas de gasolina, restaurantes e supermercados, os outros serviços, como cafés, cabeleireiros, etc., dificilmente aceitam cartão de crédito. Isso explica-se pela forma como o negócio TPA está montado em Portugal: assente na fidelização", referiu ao Jornal Económico o CEO, João Barros.

O empresário traz à tona os números do Banco de Portugal, re-

ferentes a 2017, que apontam para um total de 317 mil terminais de aceitação de cartões, dos quais 50% são da rede Multibanco. "Isto significa que um cartão Visa ou Mastercard de um estrangeiro não é aceite em 50% dos terminais disponíveis. Depois, só 110 é que aceitam cartões de crédito. Os outros só aceitam de débito, o que afeta o turismo", critica João Barros, em entrevista ao jornal.

A Pagaqui, que irá vender o seu próprio *hardware* a um preço de 150 euros sem fidelização, garante que todos os seus terminais aceitam pagamentos *contactless*. A taxa dos cartões de crédito para os pequenos retalhistas é de 0,99%.

"O sistema está montado em cima de fidelização. Para o pequeno retalhista que vai ao banco pedir um TPA para aceitar cartões de débito ou de crédito, a oferta

está montada de forma a ser exigida uma mensalidade de 15 euros, uma taxa por pagamento e uma fidelização de dois anos. Se desistir a meio tem de pagar ao banco, 300 euros a 700 euros", afirma.

O facto de ser *merchant agent* da Visa Europa e *payment facilitator* da Mastercard permite à empresa de fazer este tipo de contratos com os retalhistas, mas é obrigatório identificar o *acquiring* no contrato, refere João Barros. "Os bancos para fazerem isto têm custos altíssimos. No futuro, vão comprar *fintechs*. Os portugueses ainda estão muito conservadores, mas o BNP Paribas e o BBVA já o fizeram", refere.

No ano passado, a Pagaqui atingiu um volume de cobranças de 126 milhões de euros e um volume de negócios de 8,8 milhões de euros (entre comissões e venda de produtos). A empresa ter-

minou 2018 com um resultado positivo de 370 mil euros antes de impostos e um EBITDA de 560 mil euros. "Fazemos cerca de 800 mil transações por mês. Temos uma forma de ver quantas transações recorrentes temos e a nossa perceção é a de que temos cerca de 300 mil clientes regulares, pessoas que frequentemente utilizam a nossa rede", disse João Barros.

Criada em 2014, esta empresa portuguesa de serviços de pagamentos e carregamentos começou por receber financiamento inicial dos sócios promotores e atualmente tem três blocos acionistas: os sócios fundadores, o fundo Revitalizar Norte da PME Investimentos, gerido pela Explorer, e a multinacional espanhola Disashop, que a Pagaqui considera responsável por trazer o *know-how* no setor. ● MB e MTA

'Acquiring' implica que um prestador de serviços de pagamentos contrate com o comerciante a aceitação da marca que representa e autoriza a operação

PUB



FAST-TRACK MBA
MARKETING,
ESTRATÉGIA
& CRIATIVIDADE
162h

WWW.FLAG.PT/FTMBA_MEC

by **FLAG** **GALILEU**

LISBOA 14 MARÇO 3ª e 5ª 19h-22h

PORTO 27 ABRIL sáb. 10h-17h

 GABRIEL AUGUSTO Diretor Geral da FLAG	 ANA SÓFIA VINHAS Diretora de Comunicação e Marca da EDP	 LUÍS MADUREIRA CEO da Uberbrands	 GABRIEL AUGUSTO Diretor Geral da FLAG	 CRISTINA VERÍSSIMO Diretora de Marketing e Comunicação Amorim Cork Composites	 PAULO CUNHA Gerente de Marketing Digital Toyota Cartão Portugal, S.A.
 TERESA LAMEIRAS Diretora de Marketing e Comunicação da SEAT	 JOÃO NUNO PINTO Diretor de Marketing Portugal e Espanha da Sumol+Compal	 JORGE COELHO Creative Director, Planner & Co-Founder da SMOO	 JOSÉ PEDRO SILVA Marketing Brand Manager Special Beers Super Beers Group	 MÁRIO ALVES Brand Manager Still and Sparkling Waters Super Beers Group	 NELSON GOMES Senior Copywriter na CAETSO Advertising Agency
 JOÃO GOMES DE ALMEIDA Executive Creative Director da 004	 FILIPE MATA Digital Account Director da iProspect	 JOÃO VITÓRIA Creative Director da Mindshare	 DIOGO PINHEIRO Managing Partner Legendary People+Ideas	 MARIA GARCÊS Head of Publishing @Wenystic	 ANA LIMA Senior Content Manager na E-Kanemitsu
 DANIEL PALMA Director Criativo na J. Walter Thompson Lisboa	 RICARDO PEREIRA CEO da comOn Group		 VERA MAIA Ecommerce Specialist na Tudo sobre eCommerce	 PEDRO MESQUITA Designer, Art Director, Partner na This is Pacifica	 BRUNO RENTE Executive Director do Grupo Opal

MERCADOS & FINANÇAS

POLÍTICA MONETÁRIA

Banqueiro central, profissão de risco em 2019

Arrefecimento da economia, tensões comerciais, incerteza política e Brexit poderão obrigar a normalização da política monetária a tirar férias em 2019.

SHRIKESH LAXMIDAS
slaxmidas@jornaleconomico.pt

“A função da Reserva Federal é tirar a jarra de ponche assim que a festa começa a ficar animada”. A frase, de William Martin (presidente da Fed entre 1951 e 1970), é citada por Mário Carvalho Fernandes, diretor de investimentos do Banco Carregosa, para ilustrar o jogo de equilíbrios que representa governar um banco central.

“Raramente a conjuntura económica é suficientemente clara e isenta de riscos que possibilite a definição de uma política monetária que seja *a priori* garantidamente a mais adequada”, explica Carvalho Fernandes.

Mas há momentos de maior sensibilidade, especialmente os de transição.

Como resposta à crise financeira de 2008, os bancos centrais das maiores economias implementaram políticas monetárias extremamente expansionistas, em níveis sem paralelo, recordou o diretor de investimentos do Banco Carregosa.

“Um dos principais desafios que estas instituições enfrentam em 2019 será a capacidade de continuar a repor uma certa normalidade da política monetária a um ritmo suave o suficiente para não causar uma quebra abrupta na atividade económica, mas não tão suave ao ponto que possa fazer renascer o fantasma de inflação excessiva”, salientou.

Abrandamento atrapalha

Os principais bancos centrais - a Fed, o Banco Central Europeu (BCE), o Banco do Japão e o Banco de Inglaterra - estão em fases diferentes do percurso da política monetária pós-crise.

Dos primeiros três, a Fed é a que está à frente na normalização, tendo terminado o *Quantitative Easing* (QE) em 2014, começado a reduzir

a folha de balanço em 2018, ano em que implementou quatro aumentos nas taxas de juro.

Na zona euro, o BCE está alguns passos atrás, tendo terminado o programa de compra de ativos apenas no final de dezembro, estando agora a planear de forma cuidadosa o *timing* da subida de taxas dos atuais mínimos históricos.

O caso do Japão é mais complicado. Pioneiro no lançamento do QE, no início do milénio, o banco central nipónico vê-se impossibilitado de se juntar aos congéneres na normalização por várias razões, sendo uma delas a escala gigantesca do programa.

O abrandamento da economia mundial, iniciado na segunda metade de 2018, parcialmente devido à fase tardia do ciclo do crescimento, mas também ao impacto do protecionismo na China, veio de

repente ensombrar os planos de normalização destes três bancos centrais.

Esta quinta-feira, Mario Draghi, presidente do BCE, reconheceu que os riscos que as perspetivas da economia da zona euro enfrentam estão agora mais negativos e que o *momentum* a curto prazo vai ser mais fraco que o previsto anteriormente. Explicou ainda que o BCE vai dar mais tempo a si próprio para avaliar os efeitos da mudança nos riscos, levando os mercados a reforçar a aposta em como uma primeira subida dos juros terá lugar apenas em 2020.

Volatilidade e Trump

No caso da Fed, o abrandamento da economia global foi um dos fatores que causou volatilidade nos mercados no quarto trimestre, faz antever que Jerome Powell empregue o termo “paciente” após a reunião da próxima semana em relação aos planos para aumentar as *federal funds rates* este ano.

O *chairman* da Fed enfrenta, contudo, outros problemas: a oposição de Donald Trump aos aumentos das taxas e o *shutdown* governamental que vai atrasar a disponibilização dos dados para os economistas analisarem.

Em Tóquio, há mais de um ano que Haruhiko Kuroda sinaliza a vontade do Banco do Japão de, finalmente, iniciar a normalização da política monetária. No entanto, esse arranque tem sido adiado devido não só ao abrandamento do crescimento económico, mas também a um desacelerar da inflação.

Kuroda, Powell e Draghi têm pela frente um ano imprevisível e repleto de decisões difíceis, mas se quiserem melhorar a disposição podem olhar para Londres e para a árdua tarefa de Mark Carney. O canadiano que lidera o Banco de Inglaterra tem de guiar a política monetária e navegar um Brexit que neste momento oferece mais dúvidas que certezas. ●



JEROME POWELL
PRESIDENTE,
RESERVA FEDERAL DOS EUA

A PACIÊNCIA PODERÁ SER A VIRTUDE NECESSÁRIA

Na última reunião do Comité Federal de Mercado Aberto (FOMC), em dezembro, o *dot plot*, mapa de pontos que mostra as previsões das taxas de juro feitas pelos membros do Comité, indicava que o banco central pretendia fazer dois aumentos este ano. No entanto, no espaço de escassas semanas, a situação mudou, muito por culpa do intensificar da volatilidade nos mercados financeiros na fase final do ano.

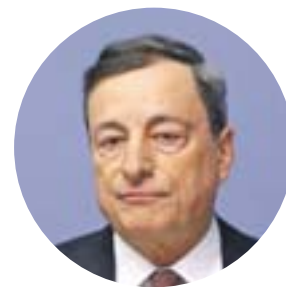
“Parece cada vez mais provável que o Comité vá fazer uma pausa antes de introduzir novas mudanças no intervalo da *federal funds rate*”, referiu Francisco Covas, *deputy head of research* do Bank Policy Institute em Washington.

Em relação à reunião da próxima semana, Covas, que foi economista do Federal Reserve Board entre 2007 e 2016, frisou que a grande dúvida é sobre o nível de “enfraquecimento” que o FMOC querará imprimir ao *forward guidance* sobre as taxas.

“Até agora os comunicados referem ‘subidas graduais’, algo que poderá ser suavizado para ‘subidas adicionais’, explicou. “Poderão até inserir a palavra ‘paciente’, mas é pouco provável, embora se preveja que Powell venha a usar o termo na conferência de imprensa”.

Francisco Covas referiu ainda a possibilidade do FMOC remover completamente a menção a subidas, mas adiantou que “isso seria levaria os mercados a concluir de forma firme que a Fed já terminou o processo de ‘apertar’ a política monetária”. O economista sublinha que 2019 vai ser mais desafiante para a Fed do que o ano passado, especialmente porque o impulso dado à economia pela reforma fiscal aprovada por Donald Trump no final de 2017 já está a esvanecer-se.

No ano passado, o presidente norte-americano recorreu ao Twitter para criticar a Fed, dizendo que o banco central estava a aumentar as taxas de juro rapidamente demais. Os comentários abalaram os mercados, mas Francisco Covas salientou que é pouco provável que Trump consiga influenciar a Fed e que, em qualquer caso, a pressão irá atenuar caso o FMOC decida abrandar o ritmo dos aumentos.



MARIO DRAGHI
GOVERNADOR,
BANCO CENTRAL EUROPEU

GANHAR TEMPO PARA TOMAR A DECISÃO CERTA

A entrar na reta final do mandato (que dura até outubro), Mario Draghi vê-se novamente confrontado com uma decisão crucial – quando aumentar as taxas de juro dos atuais mínimos históricos?

O italiano foi decisivo na resolução da crise das dívidas soberanas da zona euro ao lançar o programa de compra de ativos, mas não deverá poder adicionar a normalização da política monetária à lista de feitos. Após finalizar o programa de compras líquidas em dezembro, Draghi esperava implementar o primeiro aumento de taxas após o verão, mas essa realidade já parece pouco provável.

“Se há um ano havia uma certa sensação de euforia com um crescimento económico global forte e sincronizado, o ritmo de crescimento económico desacelerou ao longo de 2018”, explicou Mário Carvalho Fernandes, diretor de investimentos do Banco Carregosa.

“Caso se prolongue a tendência de abrandamento económico observada ao longo de 2018, e que as principais organizações internacionais comecem a incorporar nas suas previsões para 2019, essa normalização poderá ser questionada”, adiantou.

O BCE reconheceu esta quinta-feira que os riscos ao crescimento da economia da zona euro estão mais negativos devido a incertezas em vários fatores globais, mas optou por manter a política monetária inalterada e ganhar dois meses para analisar o impacto do desenvolvimento na confiança dos agentes económicos. Na conferência de imprensa após a reunião do Conselho de Governadores, Mario Draghi sinalizou, evitando dizer de forma clara, que a aposta dos mercados numa primeira subida de taxas de juro em 2020 poderá estar correta. Mesmo em fim de mandato, o ‘super Mario’, como é frequentemente apelidado, deixa tudo em aberto.

“O mandato de Mario Draghi tem sido pautado por um elevado pragmatismo nas suas decisões e intervenções, pelo que a política monetária deverá continuar a responder essencialmente aos indicadores económicos e não às datas de rotação do mandato do seu presidente”, concluiu Carvalho Fernandes.



MARK CARNEY
GOVERNADOR,
BANCO DE INGLATERRA

CONTRARIAR OS VENTOS INCERTOS DO BREXIT

Os termos da saída do Reino Unido da União Europeia continua a dominar não só a agenda política em Westminster, mas também a da política monetária a seguir pelo Banco de Inglaterra. Sem certezas sobre que os termos do acordo do divórcio, ou mesmo se haverá um acordo, o governador Mark Carney tem de planejar reações para todos os cenários. Mário Carvalho Fernandes, do Banco Carregosa, recordou que no final de novembro de 2018, o Banco de Inglaterra divulgou uma análise de cenários em que descreve o que poderia acontecer em cada um dos desfechos possíveis para o Brexit.

“O impacto em cada uma das variáveis macroeconómicas e financeiras tenderá a ser tanto maior, quanto o desfecho mais se afastar da situação pré Brexit”, afirmou.

A libra deverá reagir de imediato e atuar como primeiro elemento estabilizador, acomodando grande parte do choque, referiu, adiantando que face à variação da libra, as empresas britânicas exportadoras poderão ser as grandes beneficiadas, em detrimento dos setores mais dependentes da economia britânica, onde se destaca o setor imobiliário.

“A atuação do Banco de Inglaterra será também tanto mais necessária, quanto o desfecho se afaste do panorama atual”, referiu.

“Assim, num cenário de *no-deal*, o Banco de Inglaterra poderá ter o seu momento ‘*whatever it takes*’, para que, dentro do seu mandato, tudo faça para manter a estabilidade do sistema financeiro britânico, sublinhou o diretor de investimentos do Banco Carregosa.

Mark Carney não pára, no entanto, de emitir alertas sobre esse cenário.

Esta quinta-feira, o canadiano avisou que as empresas não vão conseguir preparar-se de forma apropriada para o “caos” que esse cenário representaria.

“Há uma série de temas logísticos que têm de ser resolvidos e é bastante transparente que em muitos casos ainda não vão conseguir”, afirmou, em Davos.

“Há um limite naquilo que as empresas podem fazer para se prepararem se os aspetos logísticos sofrerem atrasos substanciais”, avisou.



HARUHIKO KURODA
GOVERNADOR,
BANCO DO JAPÃO

TORNAR A NORMALIZAÇÃO REALIDADE

O governador do Banco do Japão referiu várias vezes nos últimos dois anos que a política monetária poderia estar próxima de, finalmente, iniciar o processo de normalização. No entanto, os desenvolvimentos dos últimos meses vieram frustrar essas expectativas, o que significa que após ter sido o pioneiro do *Quantitative Easing*, em 2001, o Japão poderá ser o último dos grandes bancos centrais a regressar à ‘normalidade’. Segundo Bernd Weidensteiner, analista do Commerzbank, o Banco do Japão enfrenta ventos desfavoráveis cada vez mais fortes.

“Por um lado, o crescimento abrandou, muito devido a uma tendência menos dinâmica nas exportações. Em segundo lugar, a inflação desacelerou novamente na reta final de 2018, parcialmente devido à queda dos preços da energia”.

Esta semana, o Banco do Japão cortou as estimativas para a inflação e Kuroda alertou para os riscos que a economia enfrenta devido ao aumento do protecionismo e a quebra na procura externa.

Segundo Mário Carvalho Fernandes, do Banco Carregosa, o mercado de trabalho japonês apresenta níveis de desemprego em mínimos históricos de várias décadas.

Frisou, contudo, que apesar da escassez de trabalhadores, os salários continuam a não dar indicações de pressões inflacionistas.

“Em 2019, este indicador deverá ser também impactado pela subida do imposto sobre o consumo de 8% para 10% em outubro, mas esse efeito momentâneo pouco impacto terá a médio prazo”, adiantou.

Carvalho Fernandes concluiu que “o abrandamento económico global e a possibilidade de uma nova subida dos impostos no segundo semestre de 2019 deverão dificultar o objetivo de normalização da política monetária no Japão”.

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

Lisboa, 7 de Fevereiro
12h15 Welcome Drink
Hotel Double Tree by Hilton Lisbon

Almoço - Debate
Com Cineasta António-Pedro Vasconcelos
“O CINEMA - FÁBRICA DE SONHOS OU SÉTIMA ARTE?”

Main Sponsor:

Gold Sponsors:

Media Partners:

Partners:

211 320 413 | 91 333 00 55
geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt

Inscrições:
€33,00 (sócios) €48,00 (não sócios)
IBAN: PT50 0010 0000 4424 8300 00134

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

Lisboa, 28 de Janeiro
12h15 Welcome Drink
Hotel Double Tree by Hilton Lisbon

Almoço - Debate
Com Dra. Lídia Pereira
Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu (YEPP)
“UNIÃO EUROPEIA: A JUVENTUDE E O PROJECTO DE GERAÇÕES”

Main Sponsor:

Gold Sponsors:

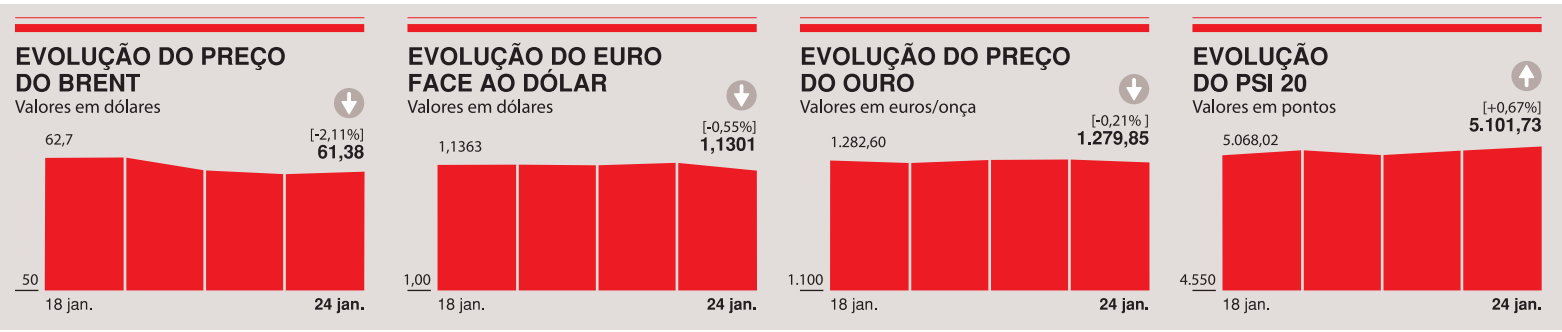
Media Partners:

Partners:

211 320 413 | 91 333 00 55
geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt

Inscrições:
€33,00 (sócios) €48,00 (não sócios)

MERCADOS & FINANÇAS



FECHO DA SEMANA

Um janeiro ótimo depois de um dezembro péssimo

Em apenas três semanas, as bolsas já registam ganhos que não ficariam mal se fossem o resultado no final do ano.

FILIPE GARCIA
Economista da IMF, Informação de Mercados Financeiros

Como referíamos há duas semanas, havia uma boa probabilidade de o “efeito janeiro” aparecer em 2019 e assim está a acontecer. A tese principal para explicar as subidas em janeiro é de que os investidores vendem ações em que estejam a perder antes do final do ano para realizar créditos fiscais, reentrando no mercado no mês seguinte. Essa situação está a concretizar-se porque em 2018 as ações estabeleceram máximos, para depois recuarem rapidamente, pelo que as carteiras teriam potencialmente um misto de posições ganhadoras e perdedoras.

É relativamente simples fazer um pequeno resumo das variações das últimas semanas: quase tudo em alta. Desde o início do ano, Nova Iorque acumula ganhos de 5%, assim como o DAX e o MSCI World. O PSI 20, o IBEX e o MIB italiano

destacam-se em alta na Europa, avançando já cerca de 7%.

A evolução dos mercados não se faz apenas à boleia da contabilidade fiscal e muito do pessimismo do último trimestre relacionava-se com os riscos de uma desaceleração económica pronunciada em 2019, seja devido a uma série de riscos como a guerra comercial, a paralisação federal nos EUA, o Brexit ou “apenas” devido à dinâmica do ciclo económico. Quer os bancos centrais, quer o FMI, reconhecem que a desaceleração não é só um risco – é quase uma certeza. O que ainda não está a ser admitido é a possibilidade de uma recessão, que alguns analistas dizem que poderá ocorrer caso os riscos se materializem. A questão que todos colocam é se estamos perante uma inversão do ciclo negativo nas bolsas ou perante apenas uma correção às quedas expressivas do final de 2018.

Do que se tem conhecido em termos de divulgação de resultados, parece evidente que o 4º trimestre de 2018 continuou a ser positivo, com a IBM a ser um bom exemplo. O pro-



Carlos Barria/Reuters

blema reside na queda nos *earnings* que se vai telegrafando para 2019 em várias empresas e setores. Prestes a fazer 15 anos em bolsa, as ações do Facebook têm-se comportado de forma algo errática. Há receios que a empresa venha a ser alvo de uma multa de grandes dimensões e há grupos de advogados a tentar exigir ao poder público que desmantele o Facebook devido às questões de privacidade. A empresa tem tentado mostrar-se disponível a responder a algumas exigências e tem até comprometido parcialmente as suas receitas ao alterar alguns processos.

O PSI 20 tem registado um ótimo comportamento neste início do ano, com todos os constituintes “no verde”, o que também não é muito fre-

quente e reforça a tese de que se trata apenas de uma correção às quedas. O grande destaque vai para o retalho, com as ações da Jerónimo Martins a valorizarem já bem mais de 20%, e as da Sonae em alta de 17%. Ambas as empresas anunciaram vendas acima do esperado em 2018, com o 4º trimestre muito positivo. Mas a empresa que mais sobe no PSI 20 em 2019 é a Mota Engil, já com 22% de valorização. Só na sessão de quinta-feira, a cotação subiu quase 12% depois de a construtora ter confirmado que a sua carteira de encomendas em Angola deverá ultrapassar os 800 milhões de euros. O fim da dupla tributação entre Angola e Portugal também ajudou a cotada a atingir máximos de setembro do ano passado. ●

CAMBIAL
EUR/GBP

O Eur/Gbp foi sucessivamente renovando mínimos de meados de novembro, tendo inclusivamente recuado para valores abaixo dos £0.87, esta semana. A libra valorizou após o Partido Trabalhista ter indicado que é “altamente provável” que apoie uma tentativa por parte de alguns legisladores de evitar um Brexit desordenado. Andy Haldane, economista-chefe do Banco de Inglaterra, afirmou também que a instituição irá continuar a subir as taxas de forma gradual, caso a economia continue a crescer, mas que será “flexível” se houver uma inversão de tendência.

AÇÕES
EBAY

Os títulos do eBay chegaram a estar a valorizar cerca de 12% na passada terça-feira, tendo atingido máximos de setembro nos \$34.75/ação, após o fundo Elliott ter passado a deter mais de 4% da empresa no valor de \$1.4 mil milhões e ter enviado uma carta à administração a defender que é necessário implementar mudanças. O fundo realçou também que a cotada deverá focar-se em “revitalizar a *marketplace*”, “reestruturar a estrutura organizacional ineficiente” da empresa e estabilizar a liderança da empresa.

MATÉRIA-
PRIMA
TRIGO

O trigo norte-americano está a dar seguimento em 2019 ao bom rendimento de 2018. Depois de no ano passado os preços terem subido mais de 20%, este mês avançaram outros 5% para máximos de cinco semanas. Em 2017, a excelente campanha russa inundou o mercado mundial com trigo, o que pressionou as cotações norte-americanas e europeias, mas depois desse excelente ano, a produção está a cair e a Rússia está a ficar sem excedente para exportação. Os produtores têm aproveitado a queda de excedente russo para aumentar as exportações nas últimas semanas, o que deu suporte aos preços.

EM AGENDA

28 DE JANEIRO
EMPRÉSTIMOS
BCE divulga os dados sobre empréstimos a particulares e sociedades não financeiras da zona euro, relativas a dezembro.

AGRICULTURA
Departamento de Agricultura dos Estados Unidos publica o relatório mensal da previsão da oferta e procura agrícola mundial.

29 DE JANEIRO
SETOR FINANCEIRO
Banco de Portugal apresenta a nota de informação estatística dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro.

CONFIANÇA
São publicados os dados da confiança dos consumidores dos EUA de janeiro.

30 DE JANEIRO
CONJUNTURA
INE publica os inquéritos de conjuntura às empresas e aos consumidores.

TRABALHO
INE divulga as estimativas mensais de emprego e desemprego de Dezembro e o índice de volume de negócios, emprego, remunerações e horas trabalhadas no comércio a retalho.

PIB FRANÇA
O Instituto de Estatística francês apresenta os dados sobre o PIB do último trimestre de 2018.

31 DE JANEIRO
INFLAÇÃO
INE publica a estimativa rápida do PIC/IHPC, de janeiro.

HABITAÇÃO
INE divulga a procura turística dos residentes do terceiro trimestre e as estatísticas de preços da habitação ao nível local.

PIB ZONA EURO
Eurostat publica os dados do PIB dos países da zona euro do quarto trimestre de 2018.

DESEMPREGO
Eurostat apresenta a taxa de desemprego da zona euro, de Dezembro.

1 DE FEVEREIRO
INFLAÇÃO
Eurostat apresenta o índice de preços ao consumidor (IPC) dos países da zona euro de 2018.

A reestruturação do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva

Em dezembro de 2018, foi publicado o novo Aviso n.º 31/SI/2018 que trouxe alterações significativas ao Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva, a principal medida de apoio ao investimento produtivo.

Desde logo, a forma de financiamento é reconvertida num sistema híbrido de apoio, sendo 50% de incentivo atribuído sob a forma de incentivo não reembolsável e 50% através de empréstimo bancário, sem juros. A última componente de incentivo está apenas disponível para as Empresas PME em projetos de investimento inferiores a 15 milhões de euros.

As candidaturas que recorram à componente de empréstimo bancário sem juros, estão obrigadas à obtenção de um parecer a emitir pela instituição financeira sobre a avaliação do risco financeiro/económico da empresa e do investimento e da sua qualidade creditícia. Caso as Instituições financeiras não aprovem a operação de financiamento, os projetos não são considerados elegíveis.

Quanto às taxas de financiamento base estas diferem de acordo com a dimensão da empresa promotora e montante de investimento. Assim, para empresas não PME ou investimentos elegíveis iguais ou superiores a 15 milhões de euros a taxa será de 15%. Para as restantes situações, a taxa base é de 35% para médias empresa e 45% para as micro e pequenas empresas.

Existe, ainda, um conjunto de novas melhorias face ao Aviso anterior que visam: projetos em territórios de baixa densidade ou desenvolvidos nas áreas da Indústria 4.0, da economia circular ou da transição energética; a criação de emprego qualificado em novas unidades produtivas; as PME que apresentem uma cobertura do investimento do projeto por capitais próprios superior a 25%.

Nas regiões de Lisboa e Algarve, as taxas máximas de incentivo serão de 40% e 60%, respetivamente.

A mudança no Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva permitiu um reforço da dotação, com apoio do financiamento bancário, e a manutenção da possibilidade de incentivo para todas as empresas, independentemente da sua dimensão, apesar da diminuição geral das taxas de apoio.

O conjunto de alterações materializa ainda a aposta na criação de emprego qualificado, nos investimentos nos territórios de baixa densidade e no reforço da fatia de incentivos a atribuir a PMEs. ●



HO/Reuters

Como o Digital está a transformar a função fiscal do futuro



RUI HENRIQUES

Tax Technology & Transformation Leader

A disrupção digital e evolução tecnológica impactam profundamente o funcionamento e o modelo de negócio das organizações, e de como estas se relacionam e “conectam” com todos os stakeholders, quer sejam clientes, parceiros ou colaboradores.

Adicionalmente, a disrupção digital sustentada numa regulamentação fiscal mais transparente tem permitido uma forte digitalização das autoridades fiscais na relação e tratamento de dados de contribuintes e com uma tendência generalizada no uso de tecnologias de big data e data analytics como forma de gerir o compliance e detetar fraude contributiva.

É neste contexto que a transformação da função fiscal deve ser entendida, e na nossa visão o modelo operativo para a função fiscal, com base em novas capacidades digitais e tecnológicas, deve permitir às organizações:

1. Gerir e tratar todos os dados financeiros e fiscais de forma eficiente
2. Garantir integração estruturada e segura com as autoridades fiscais
3. Potenciar novas formas de trabalho colaborativo
4. Organizar processos na função fiscal e de forma interligada com restantes processos empresariais

Desta forma a transformação da função fiscal implica uma visão holística onde se preconiza a revisão de capacidades tecnológicas, de processos e de organização de suporte à função fiscal, com reflexo sobre todo o ecossistema subjacente, nomeadamente: autoridades fiscais, clientes, prestadores de serviços, fornecedores, colaboradores, entre outros...

Esta abordagem, passa por transformar e otimizar toda a função fiscal através de tecnologia inovadora e novos mo-

delos operativos com base em 4 dimensões:

- Nova tecnologia de suporte aos processos de função fiscal
 - Nova tecnologia de suporte à gestão e análise de big data fiscal
 - Novas capacidades de gestão da relação e integração com autoridades fiscais digitalizadas
 - Novas capacidades de gestão colaborativas com todos os stakeholders do ecossistema fiscal
- A implementação das novas capacidades inerentes à transformação da função fiscal, irá permitir às empresas:
- Reduzir custos de incumprimento fiscal e litigância, e assim, mitigar risco reputacional
 - Agilizar e reduzir custos dos processos de compliance
 - Identificar oportunidades de otimização fiscal
 - Garantir que os colaboradores estão focados em atividades de valor acrescentado

A transformação digital é a oportunidade de pensar a função fiscal de forma diferente. Os processos têm necessariamente de ser pensados de forma diferente da sua execução manual ou com forte intervenção humana. Porque a tecnologia já mudou o paradigma.

A função fiscal do futuro vai ser totalmente disruptiva face à atual! E considerando que a velocidade da evolução tecnológica é exponencial, este “futuro” não será daqui a 10 anos.... Já começou! É uma inevitabilidade! ●

A transformação digital é a oportunidade de pensar a função fiscal de forma diferente

ADVISORY

ADVOGADOS, CONSULTORES E BANCOS DE INVESTIMENTO

ENTREVISTA **ANTÓNIO JAIME MARTINS** Advogado

“Como as coisas estão, claro que perspetivo uma candidatura a bastonário”

Presidente do Conselho Regional de Lisboa admite avançar com uma candidatura alternativa à do atual bastonário dos advogados. Com Guilherme Figueiredo, a Ordem tem um “papel reduzido”, diz.

**FILIPE ALVES
E MARIANA BANDEIRA**
falves@jornaleconomico.pt

O presidente do Conselho Regional de Lisboa da (CRL) da Ordem dos Advogados (OA) está a ponderar avançar com uma candidatura a bastonário nas próximas eleições, que se realizam no final deste ano. Em entrevista ao programa “Falar Direito”, que é transmitido esta sexta-feira às 11h00, no *site* e nas redes sociais do Jornal Económico, António Jaime Martins acusa o atual bastonário, Guilherme Figueiredo, de reduzir o espectro de intervenção da Ordem dos Advogados na defesa da advocacia e dos profissionais que a exercem.

Na semana passada, teve lugar a abertura do novo ano judicial. Houve várias intervenções, com várias prioridades que foram anunciadas. Na sua perspetiva, quais devem ser essas prioridades para a Justiça?

Faz dois anos que o CRL tomou posse, com um conjunto de obrigações que assumimos perante quem nos elegeram e que passam por servir a advocacia, dignificar a profissão, colaborar para a boa administração da Justiça e melhorar o acesso dos cidadãos e das empresas aos tribunais. E foi com esse compromisso que, efetivamente, há dois anos, eu e a minha equipa tomámos posse perante os advogados. E isso convocamos para dois temas que são resultantes da abertura do ano judicial. Um deles, a questão do acesso à justiça.

O bastonário Guilherme Figueiredo disse na cerimónia que há uma justiça dos pobres e dos ricos.

Exatamente. O que é uma constatação “la paliciana”. Obviamente, que isso é uma verdade incontestável e, efetivamente, todos os advogados conhecem, mas não é de agora. Infelizmente, essa situação vem sendo por mim relatada já há muitos anos. Aliás, foi por mim identificada no momento em que se fez a reforma

do mapa judiciário, em 2014. Tinha sido um momento ideal para, precisamente, ponderar as custas judiciais. Porque se, efetivamente, a reforma acabou por encolher o serviço ao cidadão, tendo havido um encurtamento na rede judiciária. O que significa que a Justiça passou a custar menos ao Estado.

Era possível baixar as custas?

Fazia tudo sentido na altura. Aliás, isso foi tudo dito, mas não por nenhum dos interlocutores que vejo hoje, com responsabilidades na Ordem então e agora, pugnar pela baixa das custas judiciais. Mas por mim foi dito na altura que, se assim era o caminho - e fui contra o encolhimento da rede judiciária - então, se havia menos custos para o Estado, que se fizesse refletir de imediato a baixa do custo. Relativamente a essa matéria, o caminho que está a ser defendido é um caminho que pode conduzir a um beco sem saída. Porque o que está a ser proposto é ter em conta a capacidade contributiva dos cidadãos e empresas, para determinar a taxa de justiça. Ora, a taxa de justiça não é um imposto. É uma contra-prestação que pagamos em troca de um serviço que o Estado presta.

A Ordem devia assumir uma posição contra esta alteração?

Penso que a Ordem pode estar a se-

guir um caminho que é o tal beco sem saída. Por esse motivo, que é desde logo o motivo, em termos constitucionais e legais, me faz confusão essa solução. Por outro lado, em termos de plataformas informáticas e de funcionamento do sistema, penso que a adoção de um sistema desses poderá levar algum tempo a ser concretizado. Penso que a solução em que a Ordem está a ser deixada levar é uma solução que irá arrastar a questão da redução das taxas de justiça muito para a frente. O que defendo é que as taxas de justiça sejam pura e simplesmente revistas. E tal significa uma baixa generalizada.

A Ordem está a ser demasiado soft nesta matéria?

A Ordem está a embarcar por um caminho que não conduzirá ao caminho que pretende. Que é a redução efetiva das taxas de justiça.

Que opinião tem em relação ao anúncio da recandidatura de Guilherme Figueiredo para um novo mandato?

O que penso é o seguinte: relativamente ao Dr. Guilherme Figueiredo, ilustríssimo colega e bastonário, que tem um passado na Ordem, foi presidente do Conselho Distrital do Porto e esteve três anos em que não exerceu nenhum cargo na Ordem. Temos visões diferentes da Ordem. A visão do Dr. Guilherme Figueiredo é minimalista. Uma visão em que a Ordem tem um papel reduzido na vida dos advogados, na defesa da advocacia e no sistema de justiça. E porque digo isto? Porque isso resulta, por exemplo, da recente redução de quotas que, tal como muitos colegas, não percebo como se justifica. O momento até percebo: aproximam-se as eleições e o Dr. Guilherme Figueiredo já anunciou a sua recandidatura, por isso percebo que, diremos assim, penso que será um dos raros pontos do seu programa que serão cumpridos.

O Bastonário diz que, tendo a situação financeira estabilizada, não há razão para não baixar.

O Conselho Geral é um órgão com dinheiro. Tem dinheiro, tem verba. O Conselho Geral recebe metade das quotas dos advogados. Os 31.500 advogados pagam as suas quotas e o Conselho Geral recebe 50%. Os outros 50% são distribuídos pelos Conselhos Regionais e pelas delegações que reportam aos Conselhos Regionais em causa. O Conselho Geral tem dinheiro. O que se passa com a concepção que este bastonário faz da Ordem? Não sendo o produto grande coisa, para se tornar aceitável ao associado tem de se reduzir o preço. Mas estamos a falar de dois euros por mês. A redução é insignificante. Veria muito mais utilidade se a Ordem utilizasse o valor dessa despesa - 1,2 milhões por ano - para consagrar um sistema assistencialista, com um seguro para proteger colegas em situações de baixa.

Face a essas diferenças, admite apresentar uma candidatura?

Com o estado das coisas, é claro que perspetivo isso. Sou sobretudo advogado e gosto de advogar. Sou, com muito gosto, dirigente da Ordem, há já alguns anos, e tenho uma experiência à frente do maior Conselho Regional do país que me permite pensar que possa ter propostas válidas para a advocacia. Mas sou sobretudo um advogado, e vou ponderar nos próximos meses se avançarei com uma candidatura para bastonário ou não.

Mas tem sido contacto por colegas, para que avance?

Penso que há muitos colegas à espera que avance. É um problema meu, de consciência. Um problema de saber que ser bastonário dificilmente é compatível com o exercício da profissão de advogado, que é verdadeiramente aquilo que me motiva. Exercer a profissão de advogado. E isso faz com que, inclusive, alguém que exerce a profissão de forma assídua como eu, que vou aos tribunais todos os meses (ou dias), esteja familiarizado com os problemas da profissão, coisa que não sei se o atual bastonário pode dizer. ● Com IPM

ELEIÇÕES PARA O CONSELHO GERAL DA

“A Ordem

O presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados quer isenção de emolumentos e garantias de segredo profissional.

António Jaime Martins apela a uma OA interventiva, defensora das prerrogativas dos advogados e critica o “minimalismo”, a falta de atuação e de apresentação de propostas. Ou seja, uma entidade que “quer passar despercebida e que, naturalmente, tem de reduzir quotas, porque a insatisfação dos advogados é grande”. A seu ver, existem várias sugestões que devem ser encaminhadas ao Ministério da Justiça, pelo que a Ordem deve ter um papel proativo para não “andar a reboque” das consultas que o ministério de Van Dunem realiza.

Entre as suas propostas, está a isenção da taxa de justiça nas ações em que os advogados pretendem cobrar os seus honorários ou naquelas em que pretendem defender-se de responsabilidade civil



ORDEM

não pode andar a reboque”

profissional. E também a isenção de emolumentos para a emissão dos laudos, elaborados pelo Conselho Superior quando os advogados pretendem cobrar os seus honorários. António Jaime Martins não se fica pelo fim dos pagamentos e pretende que os advogados tenham um foro especial, “como os juízes”, designadamente em caso de buscas a escritórios: i.e., para que seja um magistrado judicial de Tribunal Superior a conduzi-las em vez de um juiz de primeira instância, que convive diariamente com o magistrado do Ministério Público que solicita essa investigação e presida à mesma. “É uma forma de garantir as prerrogativas dos advogados e a isenção, pelo distanciamento e pela maior experiência do magistrado do Tribunal Superior. Queremos esse tratamento”, justifica.

O potencial candidato a bastonário quer também alterações no regime tributário das sociedades de advogados, que é a seu ver está “há muito tempo” para ser revisto. A ideia é que os advogados possam escolher entre o regime geral de tributação das sociedades comerciais e o da transparência fiscal.

Tenho ouvido queixas de todas. “O regime está a onerá-las, impedindo-as de investir, tributando em sede de IRS os seus sócios como se tudo o que for proveito também seja lucro”, diz. Além disso, sugere a alteração do art.135º do Código Penal, para limitar a quebra do segredo profissional, que insta os advogados a deporem sobre “segredos dos clientes” ou à apreensão de documentos para exercício de defesa. António Jaime Martins argumenta que “os tribunais superiores entendem que a administração da justiça pesa mais que o segredo profissional e, não raramente, ordenam ao advogado a depor”.

Quanto ao acesso à profissão, acredita que o modelo em vigor é o adequado, mas carece de alguns aperfeiçoamentos. António Jaime Martins diz que não defende a tese da atual direção do Conselho Regional do Porto de distinguir entre os *barristers* e *solicitors* – modelo anglo-saxónico. “Para mim, todos são advogados. Não há a advocacia da toga e a outra. Aliás, é difícil que um advogado que vá a tribunal não preste consultoria e vice-versa. Estou a pensar na possibilidade que têm de praticar atos notariais.

A Ordem não se tem preocupado nos últimos anos em dar condições para essa prática – que poderia garantir com plataformas informáticas – e os advogados não se sentem confortáveis nisso”, explica.

Nas últimas eleições para o Congresso, a OA implementou uma solução pioneira de voto eletrónico para facilitar o acesso a partir de qualquer dispositivo e estimular a participação. A inovação foi suportada pelo Scyt Online Voting, da portuguesa AskBlue. Para a próxima ida às urnas, o presidente do CRL defende um sistema híbrido, que consagre o voto eletrónico, sem manipulação e com garantia de confidencialidade, e que permita também aos advogados votarem presencialmente. Questionado sobre a tecnologia que será usada, admite que não sabe, porque o Conselho Geral não discute com os outros órgãos. “Estou completamente em branco nessa matéria, como em muitas outras. As soluções são desenvolvidas com secretismo e, depois, apresentadas como facto consumado. Penso que muitos advogados querem e não abrem mão do voto presencial”, disse. ● MB e FA

FISCALIDADE

“A mentalidade na área fiscal mudou radicalmente”

Patrick Dewerbe, da CMS Rui Pena & Arnaut diz que Portugal está “na linha da frente” na implementação das medidas do plano BEPS.

MARIANA BANDEIRA

mbandeira@jornaleconomico.pt

A organização internacional de sociedades de advogados CMS vai realizar na próxima quinta-feira o seu encontro anual sobre fiscalidade, este ano subordinado ao tema “O mundo fiscal em mudança: *governance* e responsabilidade”. Em cima da mesa estará mais uma vez o ‘*Base Erosion and Profit Shifting*’ (BEPS), que envolve 15 obrigatoriedades normativas para mais de 80 países.

Em entrevista ao Jornal Económico, Patrick Dewerbe, sócio da CMS Rui Pena & Arnaut, disse que a legislação portuguesa já incluía várias medidas deste plano de ação antes de a OCDE o publicar, em 2015. “Portugal, de há anos a esta parte, está na linha da frente na implementação destas medidas. A maior parte já estava no Código de IRC. Quem não cumprir está a violar uma norma e fica sujeito a coimas e inspeções tributárias. As empresas não estão para correr esses riscos”, afirmou o advogado.

O sócio de Direito Fiscal refere que os assessores jurídicos estão pressionados a garantir que o que aconselham cumpre a 100% as regras do BEPS – que foi promovido também pelo G20, para combater a erosão da base tributária e a deslocalização do lucro para jurisdições de baixa tributação.

“Hoje, quando alguém vem a uma reunião e quer fazer um investimento, está fora de questão organizá-lo de uma forma que não respeite esse plano de ação”, refere Patrick Dewerbe.

O especialista considera que a

“mentalidade mudou radicalmente” nesta área, porque, há cerca de uma década, as organizações podiam poupar impostos legalmente de maneira mais simples.

“Já não se pode falar em planeamento ou otimização fiscal. Temos de ser parceiros do cliente no *compliance*, por razões reputacionais e de boas práticas”, exemplifica. Adianta que o escritório tem alertado para a importância desta matéria, uma vez que, dada a complexidade, pode fazer com que as empresas cometam irregularidades mesmo sem má-fé.

Portugal está bem encaminhando na transposição destas medidas no seu quadro legal. Fazendo a retrospectiva das 15 normas, o Estado português já aplicou sete, tem três em processo, três pendentes, uma por definir e uma [“tornar mais eficazes os mecanismos de resolução de conflitos”] que está sujeita à ratificação da Convenção Multilateral para Prevenir a Erosão das Bases Tributáveis e a Transferência de Lucros (ou MLI), assinada a 7 de junho de 2017.

O evento realiza-se a 31 de janeiro no escritório em Paris, que começou por ser uma consultora fiscal. “É fortíssimo em Fiscal e têm uma coisa curiosa: uma equipa de advogados cuja função não é trabalhar com clientes mas apenas assegurar o conhecimento técnico das questões. Ou seja, estão lá para estudarem tudo sobre os temas e terem a certeza de que o escritório está a par da jurisprudência mais recente”, disse o sócio da CMS, que está a tentar trazer este encontro para Lisboa em 2020.

Da lista de oradores constam o administrador financeiro de Fiscal da Airbus e os *heads of Tax* da GE Healthcare e da Gemalto. ●



Cristina Bernardo

UNIVERSIDADES & EMPREGO

ELEIÇÕES PARA A REITORIA

Quatro candidatos na corrida à Universidade de Coimbra

Três portugueses e uma brasileira-sueca disputam no dia 11 de fevereiro a liderança da universidade mais antiga do país. Pelo caminho, ficou um quinto candidato, natural de Singapura. Nunca uma eleição na academia suscitou tanto interesse internacional.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Os professores da Universidade de Coimbra (UC) Amílcar Falcão, Ernesto Costa e José Pedro Paiva concorrem ao lugar que João Gabriel Silva vai deixar vago após completar o seu segundo mandato como reitor. O Jornal Económico sabe que na corrida ao cargo está igualmente Duília Fernandes de Mello, vice-reitora da Universidade Católica da América.

Além do elevado número de candidatos que vão a votos no dia 11 de fevereiro, esta eleição fica marcada pelo grande interesse internacional que suscitou. Da Universidade de Macau chegou ainda um quinto interessado, o professor Yang Chen, nascido em Singapura, que, apesar de ter sido aceite, acabou por retirar a candidatura a 14 de janeiro.

Dos quatro candidatos que vão a votos quase se pode dizer que o primeiro na ordem alfabética - Amílcar Falcão joga em casa: vice-reitor da Universidade de Coimbra desde 2011, tutela atualmente as áreas da investigação, inovação, empreendedorismo e desporto. Assenta a sua candidatura no lema dos Jogos Olímpicos, *Citius, Altius, Fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte) e faz da necessidade de afirmar globalmente a UC enquanto universidade de investigação uma das suas bandeiras. Defende “uma aposta forte na investigação, um reforço no ensino e a transferência de conhecimento. “Não se ensina o que não se sabe e não se transfere o que não se tem. Temos de formar pessoas competentes e ser proativos na ligação à sociedade”, afirma o antigo diretor da Faculdade de Farmácia.

Duília Fernandes de Mello é segunda na ordem alfabética. Cidadã brasileira e sueca com residência permanente nos Estados Unidos tutela a investigação e avaliação da Universidade Católica da América, em Washington DC. A especialista em astrofísica extragaláctica baseia o seu programa “Coimbra - a Universidade do futuro” em três pilares: “Excelência académica,



Pesquisa (investigação) competitiva e Internacionalização com diversidade”. Entre as muitas propostas que defende, está, por exemplo, o aumento dos cursos de dupla titulação e uma maior aposta no financiamento externo da investigação. No seu plano de ação, a candidata pugna pela utilização do “Orçamento de Estado da melhor maneira possível para financiar” a investigação na universidade, apontando a captação de estudantes “em todos os níveis” de ensino como uma outra via importante de financiamento.

Ernesto Costa, um dos fundadores do Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra e o seu primeiro presidente eleito, está igualmente na corrida para reitor. O professor da Faculdade de Ciência e Tecnologia com interesse científico na área da inteligência artificial, diz que o momento atual da universidade “requer não apenas a responsabilidade como também um compro-

misso de mudança”. E justifica: “A mudança que reivindico, começa com a alteração do relacionamento entre o governo da universidade e os seus membros, consubstanciada numa lógica de diálogo que reconheça a dimensão estratégica da investigação e a necessidade da sua coordenação efetiva; que reforce a dimensão internacional da univer-

O Conselho Geral que elege o reitor integra 18 representantes dos professores e investigadores, estudantes, trabalhadores não docentes e não investigadores e dez elementos externos à instituição

sidade e promova a multiculturalidade; que se preocupe com as questões da cidadania, abarcando propostas concretas para tornar realidade a igualdade de género; que tenha consciência das implicações profundas da revolução digital para o processo de ensino/aprendizagem...”. O candidato defende ainda um aprofundamento das ligações entre a universidade e a sociedade, que “permita à Universidade de Coimbra retomar o seu papel de interveniente nos grandes debates do nosso tempo através do exercício do pensamento crítico.”

José Pedro Paiva encerra a lista de candidatos a reitor para o quadriénio 2019-2023. O diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e responsável pelo Arquivo da Universidade de Coimbra desde 2011 candidata-se à liderança da mais antiga instituição do ensino superior de Portugal com o lema “Honrar o Passado Enfrentar o Presente Projetar o Futuro”.

Defende que a UC tem de ser pioneira na produção de novo conhecimento e de saber aplicá-lo e valorizá-lo do ponto de vista dos seus impactos económicos e sociais. “Temos de ter a ambição de ser uma universidade de investigação, que contribua para a resolução dos grandes problemas com que as sociedades e os indivíduos se confrontam”. E que são, segundo explica, “as questões do ambiente, as alterações climáticas, o envelhecimento e a saúde das populações, a coesão e o ordenamento territorial, a mobilidade urbana, as desigualdades sociais em sociedades cada vez mais articuladas através de relações virtuais, os amplos fluxos migratórios”.

O futuro reitor da UC é eleito em reunião plenária do Conselho Geral, constituído por 18 representantes dos professores e investigadores, cinco estudantes, dois trabalhadores não docentes e não investigadores e dez elementos externos à instituição. ●

Semana do Cruzeiro

Torne os Seus Sonhos Realidade

RESERVE OS MELHORES LUGARES, ANTECIPE-SE!

65%
Até 65%
de desconto



Se o preço baixar
igualamos

Até 10%
Cartão Presente
Viagens El Corte Inglés



Reserva
desde 60€

Crianças grátis
ou com desconto



CARAÍBAS ORIENTAIS

Norwegian Bliss

8 dias | 7 noites

Miami - Saint Thomas -
Tórtola - Nassau - Miami

desde
1.109€

NOVO
NAVI



CARAÍBAS SUL

Norwegian Dawn

8 dias | 7 noites

San Juan - Castries -
Bridgetown - St. John's -
Saint Thomas - Tórtola -
San Juan de Puerto Rico

desde
1.019€



BAHAMAS

Mariner of the Seas®

5 dias | 4 noites

Miami - Nassau -
Cococay - Miami

desde
320€



SUL DAS CARAÍBAS

Freedom of the Seas®

8 dias | 7 noites

San Juan - Philipsburg -
Basseterre - St. Johns -
Castries - Bridgetown -
San Juan

desde
480€



CUBA

Magesty of the Seas®

6 dias | 5 noites

Fort Lauderdale -
Key West - Havana (2 dias) -
Fort Lauderdale

desde
521€



CARAÍBAS OCIDENTAIS

Allure of the Seas®

8 dias | 7 noites

Miami - Nassau - Cozumel -
Roatan - Puerto Costa
Maya - navegação - Miami

desde
687€

Preços por pessoa em camarote de ocupação dupla em regime de pensão completa. Consulte condições. Lugares limitados. Taxas de embarque incluídas.

☎ 808 204 729
viagenselcorteingles.pt

VIAGENS **El Corte Inglés**
Com a nossa garantia e qualidade

IMOBILIÁRIO



ENTREVISTA **JOÃO MARQUES** Diretor da Tétris Portugal

Tétris faturou 108 milhões de euros em quatro anos

Grupo presta serviços para adaptação de escritórios, onde quer atingir o topo. No retalho, reclama a liderança. Este ano espera uma faturação próxima dos 40 milhões de euros e vai apostar na área da hotelaria, onde “as oportunidades já estão a bater à porta”.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@jornaleconomico.pt

Criada no ano de 2003, foi comprada pela consultora JLL quatro anos depois, surgindo organicamente em Portugal em 2009. João Marques, é o diretor da Tétris, empresa especializada na prestação de serviços para adaptação de escritórios e outros espaços imobiliários no nosso país e, em entrevista ao Jornal Económico, fala dos projetos e metas para o mercado de retalho e escritórios, mas também da aposta no setor da hotelaria, já este ano.

Como estão a correr estes primeiros anos em Portugal?

Em 2014, a JLL decidiu comprar a minha empresa, que era a Novo Interior. Éramos uma empresa muito forte na área do retalho, mas também fazíamos escritórios. Quando nós chegámos nesse ano, a Tétris tinha faturado quatro milhões de euros e a Novo Interior

cerca de 10 milhões de euros. Em 2015, faturámos 20 milhões de euros; em 2016, 25 milhões de euros; em 2017, 30 milhões de euros; e em 2018 faturamos 33 milhões de euros [total de 108 milhões de euros]. Quando viemos da Novo Interior, a Tétris tinha seis pessoas, nós trouxemos 18 pessoas e hoje somos 54, tudo isto em quatro anos.

A vossa aposta é mais nos escritórios por ter mais saída ou tentam investir no retalho para não ficar atrás?

A aposta é claramente nas duas e numa terceira área, com uma pequena diferença. É que nós no setor de retalho somos claramente líderes de mercado. Na área dos escritórios não somos ainda líderes de mercado, mas estamos no ‘top-3’ nacional. Existem outras empresas que já estão há mais tempo em Portugal a fazer esse trabalho, nós estamos na ‘maratona’ e já no pódio, mas queremos ganhar em todas as áreas.

“

Na nossa área técnica e de construção, não é pela especulação que os nossos preços aumentam. Os nossos clientes começam a entender que os preços não são os mesmos de 2009, 2010 e 2011

Disse que a Tétris está no ‘top-3’ no setor dos escritórios. Tem alguma meta temporal definida para chegar ao primeiro lugar?

Nos próximos dois anos, queremos ser líderes também nesse mercado.

Falou na aposta de uma terceira área. Qual?

Este ano, vamos formar uma equipa para apostar nos hotéis. Sentimos que neste momento as oportunidades já estão a bater à porta. Já fizemos pequenas coisas e existem dois ou três projetos onde estamos envolvidos e associados a um fator muito importante. É que em França e Itália, a Tétris já está fortíssima nos hotéis e portanto, temos essa estrutura europeia, técnica e comercial, que nos pode dar todo o apoio nacional assim que existir um projeto de grande dimensão.

Em termos de faturação que número apontam para este ano?

Queremos estar perto dos 40 milhões de euros este ano.

A nível de projetos de escritórios, existe algum que vá marcar o ano de 2019?

Estamos a fazer um edifício inteiro na Avenida José Malhoa, em que estamos a tratar, para o proprietário, da preparação do edifício para ser arrendado. É uma obra de oito milhões de euros.

Sente algum tipo de especulação imobiliária nas áreas do escritório ou retalho?

Não. Na nossa área técnica e de construção, não é pela especulação que os nossos preços aumentam. Os nossos preços aumentam pela dificuldade de conseguir mão de obra, pelos subempreiteiros estarem cheios de trabalho e naturalmente os preços estão todos a subir. Os nossos clientes começam a entender que os preços não são os mesmos de 2009, 2010 e 2011. ●

Leia a entrevista na íntegra na edição online do Jornal Económico.

TRANSFERÊNCIAS

Só treinar não chega, há que rentabilizar o jogador

Resiliência, cultura tática, competências pessoais e uma apreciável capacidade de gestão são as características mais admiradas no treinador português. A estas quatro, junta-se a rentabilização dos ativos. Jardim, Jesus e Mourinho são exemplos disso.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
reis@jornaleconomico.pt

Os treinadores portugueses são sinónimo de boa rentabilização de jogadores, não só dentro das quatro linhas, mas também quando se trata de encaixar milhões de euros.

Exemplos disso são Jorge Jesus, José Mourinho e Leonardo Jardim, como os técnicos que têm mostrado mais talento também na hora de multiplicar os seus ativos.

Atualmente ao serviço dos árabes do Al-Hilal, Jorge Jesus, protagonizou nos rivais Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal, as suas maiores transferências. Nos 'leões', João Mário transferiu-se por 40 milhões de euros para os italianos do Inter de Milão. Pelo mesmo valor, saiu Axel Witsel dos encarnados para os russos do Zenit. O argentino Di Maria rendeu 33 milhões de euros às 'águias' quando decidiu rumar à vizinha Espanha, para jogar no Real Madrid.

Por sua vez, José Mourinho, que lá fora já treinou Real Madrid e Manchester United, entre outros, realizou ao comando técnico do Inter de Milão a sua maior

transferência na carreira até ao momento, quando no ano de 2009 viu o sueco Zlatan Ibrahimovic trocar os 'nerazzurri' pelo Barcelona, a troco de 69,5 milhões de euros.

Na sua segunda passagem por Londres, para orientar o Chelsea, o treinador português transferiu em 2015, o defesa central brasilei-

ro e antigo jogador do Benfica, David Luiz, para os franceses do Paris Saint-Germain por 50 milhões de euros. No entanto, já no ano anterior, José Mourinho havia transferido do emblema londrino para o rival Manchester United, o espanhol Juan Mata, por 44 milhões de euros.

Finalmente, Leonardo Jardim, foi aquele que mais dinheiro deu a ganhar enquanto treinador, com a particularidade de o ter feito apenas com um clube, o Mónaco. Ao serviço do emblema do principado, o técnico transferiu Kyllian Mbappé para o rival Paris Saint-Germain por uns 'astronó-

micos' 180 milhões de euros. Por 75 milhões, o colombiano James Rodriguez mudou-se para o Real Madrid e por 70 milhões de euros, Thomas Lemar saiu para o rival dos merengues, o Atlético de Madrid.

Ao todo, os três treinadores movimentaram 49 jogadores, com o campeonato inglês a liderar com 22 transferências, seguido de Espanha com 13, e França com seis.

João Marcelino, comentador do programa 'Jogo Económico', distingue o papel de Leonardo Jardim, já que "foi ele que descobriu o Mbappé, que lançou o Anthony Martial, que hoje está no Manchester United, e fez um trabalho notável com uma equipa de prospecção portuguesa. Dou bastante valor ao seu trabalho", distinguindo-o de "Mourinho e Jesus que contam com muito dinheiro e obviamente acertam mais".

O advogado e também comentador do 'Jogo Económico', Luís Miguel Henrique, salienta que "a partir do momento em que o negócio [do futebol] se tornou sustentável passou a exigir-se ao treinador português algo mais do que a rentabilidade desportiva".

Como tal, "hoje nós vemos treinadores que são muito mais do que apenas o treinador de futebol, como era encarado há umas décadas atrás, e hoje é, por excelência, um gestor de recursos humanos, que está na linha da frente de um criador de riqueza, de um potenciar e identificar talento e criar essas mais valias que são necessárias e indispensáveis", diz o advogado. ●

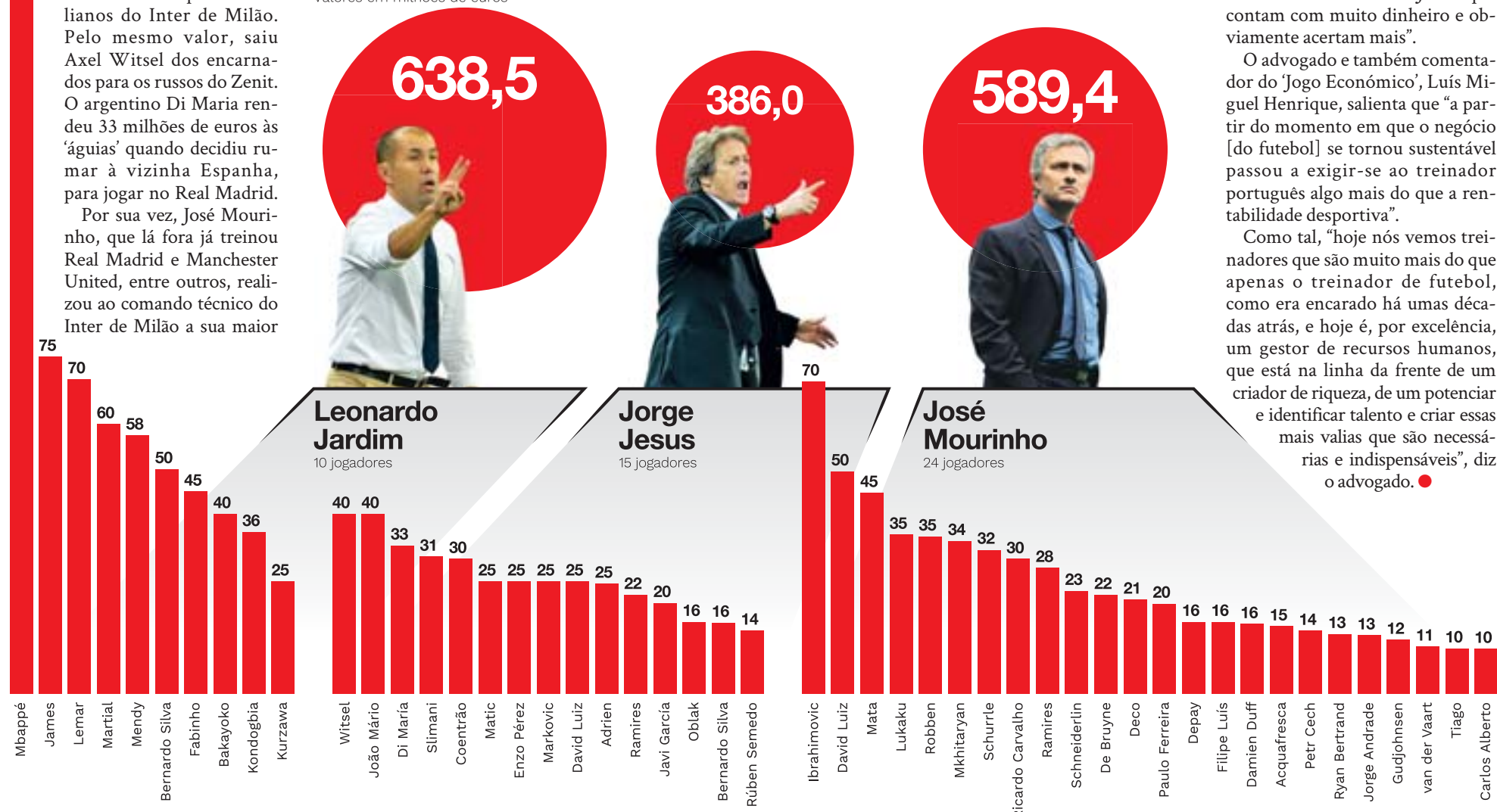
TRANSFERÊNCIAS

QUANDO OS TREINADORES SÃO OS 'MELHORES AMIGOS' DOS DIRETORES FINANCEIROS

São contratados para treinar e para rentabilizar os seus jogadores e, nalguns casos, acabam por ser os 'melhores amigos' dos diretores financeiros dos clubes. Estes são os técnicos portugueses cujas vendas renderam 1,6 mil milhões aos emblemas que representaram.

JOGADORES VENDIDOS PELOS TREINADORES PORTUGUESES POR DEZ MILHÕES OU MAIS

Valores em milhões de euros



RES PUBLICA

A MATÉRIA DAS COISAS

Regresso ao PREC?



SOFIA AFONSO FERREIRA
Fundadora da Democracia21

Vivemos tempos perigosos. Em Portugal, a verdadeira luta é entre o socialismo e a democracia liberal. Se o populismo escolheu um lado político, por cá é na esquerda que o encontramos.

As três propostas de lei de bases da Habitação, do PS, BE e PCP, em discussão no Parlamento, passaram a debate em sede de comissão parlamentar pelo período de 90 dias.

Os textos das bancadas da esquerda têm por sustentação o art.º 65 da Constituição, que estabelece que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, impondo ao Estado a obrigação de assegurar este direito. Uma linha que é seguida nos três diplomas com muitas medidas polémicas.

A proposta de Lei de Bases da Habitação apresentada por Helena Roseta, uma proposta subscrita pelo PS, contém ideias que constituem verdadeiros ataques à democracia liberal, como a “trégua invernal”, que impede os senhorios de realizar despejos nos meses mais frios do ano.

Comum às três propostas é a requisição forçada a proprietários privados de casas vazias para habitação. O PCP vai mesmo mais longe ao defender a expropriação de edifícios devolutos, públicos ou privados.

A requisição civil de casas não só é um retorno ao tempo das rendas congeladas, como a todas as consequências nefastas que decorreram de décadas em que os proprietários privados foram obrigados a substituir o estado social.

Ainda mais absurda é esta medida quando um quinto dos imóveis públicos, ou geridos em parceria com entidades privadas, se encontra devoluto ou sem ocupantes, se-

gundo dados divulgados recentemente pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Dos 23.679 edifícios propriedade do Governo registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado, 4.500 estão nesta situação.

Bloco de Esquerda e PCP defendem também que a entrega da casa ao banco resulte obrigatoriamente na liquidação total do empréstimo bancário, porque “a radicalização da defesa do direito à propriedade, fechando os olhos a todos os problemas que acarreta socialmente, tem permitido a insensatez em que a direita cai ao defender a existência de casas abandonadas cujo único intuito é favorecer a especulação”, defendeu uma deputada do Bloco. Outra medida comum é a da impenhorabilidade das casas de primeira habitação.

Na terça-feira entrou igualmente em vigor a lei que permite ao Estado tomar posse das terras cujos donos não são conhecidos. Os verdadeiros proprietários têm um prazo de seis meses para reclamarem a posse e registarem os terrenos. Findo esse período, e não havendo registo, os terrenos passam a integrar propriedade pública durante um período de 15 anos. “Indispensável à gestão do território”, justifica assim o Governo a medida. Voltamos ao PREC? ●

A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

A requisição civil de casas é um regresso às rendas congeladas e às consequências nefastas de décadas em que os proprietários privados substituíram o estado social

A HORA DO LOBO

A arte de volta ao cinema e televisão



SAFAA DIB
Empresária

A plataforma de *streaming* Netflix tem vindo a operar uma revolução eficaz que está a alterar os nossos hábitos de consumo de cinema e TV e a derrubar os alicerces de uma indústria altamente lucrativa e assente em resultados de bilheteira e campanhas de marketing dispendiosas por parte de estúdios de cinema.

A revolução começou ainda antes de chegar à indústria cinematográfica. Cedo a Netflix percebeu que a melhor forma de conquistar audiências teria de passar pela aposta em conteúdos arrojados e fora do padrão comercial ditado por produtores de estúdio. A elevada qualidade das novas séries televisivas criadas pela Netflix, a par da possibilidade de ace-

der de imediato a temporadas inteiras mediante um serviço de subscrição mensal, permitiu que se tornassem cada vez mais populares.

Paralelamente, ao estabelecer-se em inúmeros mercados internacionais, os subscritores da Netflix passaram a ter acesso a um catálogo muito mais diverso e estimulante que lhes permitia competir em pé de igualdade com produções norte-americanas e criar as suas próprias produções cada vez mais diversas em termos geográficos e culturais.

A estratégia da Netflix na televisão não os fez descurar a área de documentários e cinema e deu carta branca aos criativos mais talentosos da área, que viram a oportunidade de realizar o que nunca antes lhes tinha sido permitido pelas visões corporativas conservadoras de Hollywood.

Tudo começou a ficar mais sério e confuso quando a Netflix conseguiu, finalmente, concretizar um filme que não só era mero entretenimento, como também uma ambiciosa visão artística que vai beber às memórias de infância do realizador Alfonso Cuarón no México dos anos 70. O

seu filme “Roma” quebrou a norma ao permitir-nos ver em *streaming* uma obra artística que, normalmente, só encontramos em festivais e salas de cinema.

A reação de Cannes e da indústria de cinema francesa foi a de banir do seu festival o serviço de *streaming*, uma vez que o encaram com uma ameaça à natureza artística do cinema. No entanto, o próprio Cuarón refere que o seu filme jamais teria sido concretizado pelos estúdios tradicionais por ser considerado um filme pessoal, sem elenco conhecido, centrado no México e de língua espanhola.

“Roma” tornou-se no filme mais falado do momento e recebeu dez

A estratégia da Netflix permitiu que os filmes voltassem a centrar-se na qualidade artística em vez de ficarem reféns de números e dinheiro

SÉTIMO SENTIDO

Extremismos incendiários



ANTÓNIO RODRIGUES
Advogado

Os episódios de violência ocorridos esta semana na região da Grande Lisboa devem merecer uma serena reflexão e não uma incendiária e gratuita proposição de racismo ou de perseguição. Reflexão essa que deve perspetivada nas suas múltiplas dimensões.

Aparentemente um ato isolado a partir de um conflito de vizinhança desencadeou vários atos reflexos. E deixa-nos uma mensagem de como uma intervenção pública mais musculada pode ser um rastilho para situações mais complexas

e de escalada inesperada, que provocam não apenas mais violência como podem vir a ter consequências graves. Sabemos que um ato por si só não traduz um estado de alma de violência e pode constituir apenas um escape social que se esgota na resposta. No passado tivemos episódios semelhantes que se restringiram a um momento e não a um movimento.

Não existem na sociedade portuguesa sinais evidentes de insatisfação social que resultem de condições negativas de integração. Mas as sociedades alteram-se e, repentinamente, sem atenção suficiente, podem espoletar situações mais complexas. Particularmente quando alguns buscam prosperar com a agitação pública e incendiária. Agravado por ser ano de várias eleições e termos presentes alguns contributos exteriores que proporcionam cor, som, visibilidade e publicidade excessiva para oportunistas de ocasião.

Não sendo movimentos orgânicos, logo sem previsibilidade e controlo, estes atos podem ser aproveitados e são-no com despendido oportunismo por extremistas que, no primeiro momento, trepam pelos acontecimentos como se deles fossem donos ou como se tivessem uma solução simples e fácil para os impedir.

Enquanto ainda aguardávamos pela análise das circunstâncias, logo alguns arautos defensores dos oprimidos condenaram a polícia por abusos e desculpam quem teve comportamentos que pôs em risco a ordem e a segurança pública. Grave atitude logo seguida por uma deputada do Bloco de Esquerda, que tem toda a legitimidade para defender no que acredita, mas não à custa de incendiar as situações condenando sem ver, sem provas, e apenas partindo de pressupostos. Logo na semana em que o Bloco de Esquerda se esforçou para negar as suas raízes extremistas rapidamente regressaram

FICHA TÉCNICA

Publicado às sexta-feira. **Propriedade** – Megafin Sociedade Editora SA. Registo na ERCS nº 223731. NIPC 507657551. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** – Luís Figueiredo Trindade (69%), Memorypack Unipessoal Lda (19,5%) e Filipe Alves (6%). N.º ERC 124955. **Estatuto Editorial** em www.jornaleconomico.pt. N.º de Depósito Legal: 245365/06 - **Sede do Editor e Redação** Rua Vieira da Silva, 45, 1350-342, Lisboa. Tel. 217 655 300. **Diretor** – Filipe Alves. **Diretor Adjunto** – Shrikesh Laxmidas. **Diretor de Arte** – Mário Malhão. **Editores Executivos** – João Palma Ferreira (Empresas e Mercados) e Leonardo Ralha (Economia e Política). **Editor de Fecho** – Nuno Miguel Silva. **Redatora Principal** – Lígia Simões. **Grandes Repórteres** – António Sarmento e Maria Teixeira Alves. **Redação** – Almerinda Romeira, Ana Pina (coordenadora de Opinião), Ánia Ataíde, André Cabrita Mendes (coordenador do Online), António Freitas de Sousa (Porto), António Vasconcelos Moreira, Gustavo Sampaio, Inês Pinto Miguel, Joana Almeida, Jéssica Sousa, José Carlos Lourinho (coordenador do Online), Mariana Bandeira, Rita Paz (coordenadora da Agenda), José Varela Rodrigues, Rodolfo Reis e Sónia Bexiga, Ruben Pires e Laura León (Económico Madeira). **Paginação e Produção** – Rute Marcelino (coordenadora e designer), Rita Laia (designer) e Fábio Gomes (tratamento de imagem). **Fotografia** – Cristina Bernardo. **Diretor Geral** – Vítor Norinha Inovação e Marketing - Joel Saraiva. **Informática** – Guilherme Sousa. **Área Comercial** – Cláudia Sousa (diretora), Ana Catarino, Cristina Marques, Elsa Soares, Isabel Silva, Joel Saraiva (Analista de Media), Cláudia Robalo (Branded Content) e Maria João Pratas (Conferências). **Recepção** – Luís Oliveira e Adelaide Agostinho. **Área Financeira** – Florbela Rodrigues, Pedro Madeira e Sérgio Araújo (Operações). **Administração** – Luís Figueiredo Trindade. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp - Distribuidora de Publicações, SA – Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Assinaturas**: assinaturas@jornaleconomico.pt **Tiragem** – 10 mil exemplares. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem prévia autorização do editor.

são

nomeações pela Academia dos Óscares, dominando nas categorias principais. Isso não impediu que fosse boicotado por várias distribuidoras que recusam exibir um filme que não passou pelos licenciamentos convencionais.

A verdade é que a estratégia da Netflix permitiu que os filmes voltassem a centrar-se na qualidade artística em vez de ficarem reféns de números e dinheiro. O que torna “Roma” e outras séries do Netflix um sucesso é o passa-palavra (“buzz”) criado pela sua audiência que se deixa cativar pela qualidade do produto e não hesita em o divulgar. Outro por menor importante: a Netflix compreendeu que nem tudo o que é interessante tem de passar pelo mercado americano.

Grande parte dos estúdios recusaram-se a ficar para trás e começaram a desenvolver as suas próprias plataformas de *streaming*. Teremos assim vários gigantes corporativos a tentar dominar esse mercado nos próximos tempos, mas será que compreenderão as razões do sucesso da Netflix e recriar a mesma receita? ●

aos seus comportamentos radicais e anti-poder. Sinal de que já não acreditam na geringonça ou um ensaio de campanha para reencontrar eleitorado em perda.

Este tipo de discurso radical aqui representado à esquerda corre o risco de vir a ser aproveitado por outros extremismos. E aqueles, como os socialistas, que durante uma legislatura inteira aproveitaram os apoios desta extrema-esquerda, não podem nem devem agora ficar calados, ou serão coniventes com o discurso e as consequências.

À medida que nos vamos aproximando dos períodos eleitorais, importa deixar um alerta para campanhas que podem criar um estado de alarme injustificável e inexistente. Jargões radicais podem ser próprios para manchetes de jornais e polémicas públicas, mas contribuam para lançar acendalhas numa fogueira que na Europa já deixou há muito de ser latente.

Este é um desafio a novos e velhos protagonistas que podem fazer do medo munición e da ignorância alvo. Podem dar frutos eleitorais mas têm custos sociais imparáveis. Esta situação serve ainda para os poderes públicos, a quem cabe impedir que estes fenómenos possam germinar. E se os subúrbios de Lisboa não têm a dimensão dos bairros de lata de Paris ou Bruxelas, aqui também podem nascer episódios que preenchem uma temporada de uma série. ●

A PROPÓSITO

Barata Moura



AGOSTINHO LOPES

Membro do Comité Central do PCP

Em 2018 comemoraram-se 200 anos do nascimento de Karl Marx. Esta efeméride foi praticamente esquecida pela comunicação social dominante. E não fossem as iniciativas promovidas por todo o país pelo PCP, nomeadamente com a realização da Conferência Karl Marx – “Legado, intervenção, luta. Transformar o Mundo” a 24/25 de Fevereiro na Voz do Operário (aliás também votada ao silêncio pela generalidade dos media) e mais algumas (também) escassas actividades académicas, os 200 anos de Marx e a sua obra não teriam tido qualquer visibilidade pública.

A que vem este arrazoado sobre águas já passadas? É apenas para lembrar e registar que nessa espantosa omissão de jornais, rádios e televisões ditos de referência pesou como chumbo a ausência de qualquer esforço, da mínima lembrança para ouvir sobre o tema Marx, Barata Moura. Que não foi só o cantautor de músicas infantis deliciosas no dealbar dos dias de Abril.

José Barata Moura, Professor Catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa, de que foi Reitor entre 1998 e 2006, tem um trabalho ímpar sobre Marx. Quer de reflexão quer de tradução. Destaque-se como acontecimento científico, cultural, histórico e político da mais alta relevância a publicação em 2017 do Tomo VIII do Livro Terceiro de “O Capital”, com a tradução de Barata Moura, finalizando a edição sob a sua direcção e de Francisco Melo, dos três Livros e oito Tomos para a Editorial Avante, da monumental obra de Karl Marx(1).

Pela primeira vez em Portugal era publicado todo um texto teórico fundamental para compreender o sistema capitalista. Um texto decisivo para a procura dos caminhos para a sua superação.

Não é possível hoje compreender em todas as suas dimensões o capitalismo, as suas dinâmicas e os seus desenvolvimentos históricos sem a ferramenta teórica de “O Capital” de Marx. E não é preciso ser adepto do socialismo e do comunismo para o perceber. Não é cer-

tamente por acaso que, no centro do mundo capitalista, nos EUA, ele continua a ser texto de estudo em prestigiadas universidades. Ou que, certamente reflectindo o momento de crise do sistema, “Karl Marx é um dos autores que mais vende na categoria ‘Free Enterprise’ da Amazon”(2).

No momento em que a situação económica, social, política na Europa e no mundo exprimem, reflectem as profundas contradições e impasses, da crise sistémica do sistema capitalista, que explicação poderá haver para o silenciamento mediático de Barata Moura? Ser marxista? Ser comunista?

Só uma intensa e preconceituosa cegueira ideológica, só o perfilhar de uma ignorância sectária e tacañha, só o anti-comunismo cavernícola, que vai ganhando espaço nos media dominantes, pode explicar o que aconteceu em 2018 com o forçado “esquecimento” e “silêncio” mediáticos de Barata Moura.

Ou será que o “espectro” – “o espectro do comunismo” – referido na abertura do Manifesto Comunista por Marx e Engels, em 1872, continua vivo e a afligir as almas piedosas do capital? ●

O auto escreve de acordo com a antiga ortografia.

(1) A tradução dos três primeiros Tomos do Livro Primeiro teve a participação de outros tradutores.

(2) Referido por Daniel Zamora, “Lamentar as desigualdades, ignorar as suas causas”, M. Diplomatie, Janeiro 2019.

Não é por acaso que, no centro do mundo capitalista, nos EUA, “O Capital” continua a ser texto de estudo em prestigiadas universidades

IRONIA E MAIÊUTICA

Promiscuidade na banca



VÍTOR NORINHA

Diretor Geral da Megafin

O relatório preliminar de auditoria da consultora EY à CGD provocou uma onda de choque que vai durar anos. Até agora eram notícias avulsas, opinadores com informações enviesadas e *fake news*. Desde há alguns dias tudo passou à realidade pura e dura daquilo que são cumplicidades e promiscuidades na banca portuguesa.

E um dos aspetos mais graves de toda esta questão é que o banco público, banco dos contribuintes, foi o instrumento para negócios obscuros, sem interesse para a instituição e para o país – empréstimos em que bastava um aperto de mão sem colaterais para ficar tudo fechado.

O resultado está à vista com o relatório da EY, com dezenas de operações ruinosas praticadas por gestores ligados ao bloco central e que comecem por envolver barões do PSD e continuaram com os *boys* do PS. Tudo bons rapazes porque o “saco do dinheiro não tinha fundo”, era dinheiro dos contribuintes.

Passaram anos sobre as primeiras denúncias de crédito concedido contra os pareceres da direcção de risco da Caixa e pouco ou nada foi feito. Não há gestores responsáveis pelos atos praticados e dificilmente se poderão assacar responsabilidades às entidades de supervisão. Não há gestão danosa! Nem mesmo depois do Ministério Público desconfiar de ações deliberadas para omitir o passivo gerado na esfera do banco! Não houve falsificação de documentos!

A prisão de um gestor do meio, Armando Vara, é uma exceção. Passaram muitos outros gestores e responsáveis pelo Banco de Portugal e ainda não se viu a atuação pesada da PGR. Percebemos que há risco de prescrições e não há

responsabilidade civil dos gestores! São muitas exclamações para os 16 anos de vida em análise no banco público.

Sem entrar em considerações individuais sobre cada uma das personalidades responsáveis por imparidades de centenas de milhões de euros, ou comentários sobre a distribuição de prémios em períodos de grande debilidade das instituições, ou ainda sem especular sobre a criação de uma “escola” de banqueiros especialistas em operações ruinosas, importa regressar ao pior momento do liberalismo.

Falamos de um tempo de perversão para negócios ruinosos a imputar aos contribuintes e do liberalismo pervertido que percorreu toda a Europa. Entre nós alguns abusaram muito, caso da SLN/BPN, e outros abusaram moderadamente, caso do BCP.

Mas se a grande perversão ocorreu entre 1995 e 2005 e se espalhou pelos EUA, Canadá, França, Alemanha e muitos outros países, não deixa de haver algo ilógico em tudo isto: terão ficado todos os banqueiros desonestes naquele período de tempo? Lembremos os casos mediáticos aqui ao lado – de Miguel Blesa de la Parra, ex-Caja de Madrid, e de Rodrigo Rato, ex-Bankia e ex-FMI. Ter-lhes-á dado a “macacoa” ou simplesmente viveram num clima de impunidade? Foram tempos em que o rácio de conversão de depósitos em crédito em Portugal chegou aos 160%. Hoje está nos 90%. ●

Falamos de um tempo de perversão para negócios ruinosos a imputar aos contribuintes e do liberalismo pervertido que percorreu toda a Europa

Pretende contratar para a área de Customer Care?
Reforce a sua equipa com o apoio da Michael Page
www.michaelpage.pt



Michael Page

Chefe de Cozinha

Faro • M/F

Empresa de referência no sector que atua procura reforçar a sua equipa com a contratação de um Chefe de Cozinha.

Principais Responsabilidades:

- Coordenar e gerir a equipa;
- Gerir o orçamento;
- Gerir o stock;
- Controlar custos;
- Elaborar ementas;
- Preparar e confeccionar refeições;
- Garantir o cumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho.

Perfil ideal:

- Formação Técnico-profissional de Cozinha ou similar;
- Experiência profissional comprovada em hotelaria;
- Experiência em All-inclusive, Buffet e serviço de grupos/banquetes;
- Experiência na gestão de custos e orientação para resultados;
- Profundos conhecimentos de HACCP;
- Excelente capacidade de liderança e gestão de equipas;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- Disponibilidade e flexibilidade para horários rotativos e por turnos.

Envie o seu CV para João Santos, Michael Page Hospitality & Leisure, através do nosso website www.michaelpage.pt, com a referência 39626.

Michael Page
Hospitality & Leisure

www.michaelpage.pt

National Account Manager

Lisboa • M/F

O nosso cliente é um grande player nacional e internacional em FMCG - Fast Moving Consumer Goods, que pretende reforçar a sua equipa com a incorporação de um National Account Manager para gerir o canal moderno/OFF Trade.

Principais Responsabilidades:

- Negociação de condições comerciais ao nível de Contrato Geral de Fornecimentos e ciclos promocionais;
- Maximização do potencial de vendas;
- Identificação de novas oportunidades de crescimento do negócio;
- Networking com atuais e potenciais clientes;
- Elaboração do plano vendas anual, com base nas diretrizes estratégicas da companhia;
- Definição das Keys Actions de cada canal/cliente;
- Coordenação que equipa de vendas (KAM, KA e Supervisores de Grandes Superfícies);
- Seguimento mensal e trimestral dos resultados por canal/cliente ao nível de margem de contribuição por marca (vendas, investimento, mix);
- Desenvolvimento de plano de recuperação, adequando o trend das vendas aos objetivos da companhia;
- Cumprimento do plano de vendas: V Efectiva, Custos comerciais, Troca e Margem de contribuição;
- Venda incremental vs Rentabilidade incremental;
- Participação ativa nos projetos chave da companhia;
- Controlo da relação com os clientes;
- Gestão de tempo e cumprimento de timings.

Perfil ideal:

- Licenciatura em Gestão em Gestão, Economia ou Marketing (preferencial);
- Domínio do Espanhol e Inglês (falado e escrito);
- Domínio de ferramentas Office (Word, Excel e Powerpoint);
- 5 anos de experiência em mercado de FMCG;
- Forte capacidade analítica e orientação para resultados;
- Facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Elevada capacidade de organização, trabalho e análise de informação;
- Pragmatismo e orientação para resultados;
- Capacidade de liderança e gestão de equipas.

Envie o se CV ao cuidado de Teresa Froes, Michael Page Commercial & Marketing, através do website: www.michaelpage.pt com a referência 39327.

Michael Page
Commercial & Marketing

www.michaelpage.pt

Junior Business Controller

Lisbon • M/F

Our client is a multinacional company, who recently acquired a new Industrial Plant.

Main Responsibilities:

- Oversee the business and financial operations of the company;
- Perform financial analysis and develop financial planning processes;
- Establish the connection with the Group's financial administration in order to implement overall business plans;
- Review financial and operational processes to analyze results and implement cost saving controls;
- P&L management;
- Ensure compliance with the Group's procedures.

Ideal Profile:

- Degree in finance, management or similar relevant field;
- 3 years of previous experience in similar positions;
- Strong financial and analytical skills, with demonstrated knowledge of corporate finance and manufacturing and distribution costing principles;
- Understanding of P&L, balance sheet and cash flow dynamics;
- Strong sense of responsibility and autonomy.

Send your CV to Caroline Alberto, Michael Page Finance, through the website www.michaelpage.pt with the reference 39264.

Michael Page
Finance

www.michaelpage.pt

Customer Support Specialist

Revolut

Oporto • M/F

From clunky apps to hidden fees, banking as we know it is broken. So we decided to build a company from the ground that would challenge the bigger players and reinvent how people interact with their money - for the better.

Traditional banks are slow and expensive. Realistically, you're nothing but a number to them with dollar signs attached. So, one continent at a time, we plan on changing this.

This may sound a little salesy, but we've signed up more than 3m customers without spending a single penny on marketing. It's simple really: if you solve an everyday problem, you don't need to spend a gazillion dollars on fancy marketing campaigns.

Main Responsibilities:

- Providing our users with an outstanding customer experience - it is part of our mission to make Revolut users feel secure whilst using our service;
- Providing excellent customer service via our in-app live chat;
- Representing Revolut online at all times;
- Collaborating with other teams to tackle any customers' issues.

Ideal Profile:

- You'll have flawless English and Spanish language;
- Empathy and love for helping people;
- Ability to explain complex issues in an easy and understandable manner;
- Excellent communication skills;
- Strong attention to detail and analytical skills;
- Driven, self-motivated and highly flexible team player;
- Self-learner, independent problem-solver;
- Bachelor's degree or equivalent;
- Prior customer support experience;
- Strong writing skills and great numeracy and IT skills;
- Multiple languages.

Send your CV to Francisca Santos, Michael Page, through the website www.michaelpage.pt with the reference 39557.

Michael Page

www.michaelpage.pt